

Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional

Seminário

Pesquisa em

4 a 6 de dezembro de 2012
Brasília/DF

SAN



Relatório Final

Seminário

Pesquisa em

4 a 6 de dezembro de 2012
Brasília/DF



Relatório Final

Brasília/DF, 2014.



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome



Realização

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea

Presidenta do Consea

Maria Emília Lisboa Pacheco

Conselheiros(as) do Consea

Sociedade Civil - Titulares

Aldenora Pereira da Silva, Alessandra da Costa Lunas, Allysson Paolinelli, Ana Maria Segall, Anelise Rizzolo de Oliveira Pinheiro, Antonio Ricardo Domingos da Costa, Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite, Charles Reginatto, Christiane Gasparini Araújo Costa, Daniela Sanches Frozi, Denildo Rodrigues de Moraes, Edélcio Vigna, Edgard Aparecido de Moura, Edno Honorato de Brito, Elisabetta Recine, Elisangela dos Santos Araújo, Elza Maria Franco Braga, Gleyse Maria Couto Peiter, Jaime Conrado de Oliveira, José de Ribamar de Araújo e Silva, Leticia Luiza, Luiz de Bittencourte, Maria Aláides Alves de Souza, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria Valéria Militelli, Mariana Ferraz, Marília Mendonça Leão, Mariza Rios, Naidison de Quintella Baptista, Nei Simas Custódio, Olívia Maria da Conceição Lyra da Silva, Paulo Sérgio Matoso, Pedro Makumbundu Kitoko, Renato Sérgio Jamil Maluf, Rosane Bertotti, Sandra Marli da Rocha Rodrigues, Sebastiana Almire de Jesus, Sílvia do Amaral Rigon, Sônia Lúcia Lucena Sousa Andrade, Ubiraci Dantas de Oliveira.

Suplentes

Alcemi Almeida de Barros, Aldenora Gonzalez, Alexandre Seabra Resende, André Roberto Spitz, Antonio José Bom, Armindo Augusto dos Santos, Carmem Sílvia Fontoura, Carmen Helena Ferreira Foro, Claudina Libera Scapini, Daniel Carvalho de Souza, Eduardo Borges Amaral, Ekaterine Karageordgiadis, Emma Siliprandi, Fabio Pierre Fontenele, Fernando Ferreira Carneiro, Irio Luiz Conti, José Carlos do Nascimento Galiza, José Marcos Santos de Menezes, José Rodrigues de Araújo, Julian Perez Cassarino, Juliana Rochet Wirth Chaibub, Luciene Burlandy Campos de Alcantara, Marcia Samia Pinheiro Fidelix, Marcos Rochinski, Marilene Alves de Souza, Mario Kará Moreira, Moisés Pinto Gomes, Nathalie Beghin, Oswaldo Mafrá, Paulo Fernando da Silva Teixeira Filho, Regina Barros Goulart Nogueira, Sandra Inês Sangaletti, Sandra Regina Monteiro, Silvio Ortiz, Tânia Chantel Freire, Theonas Gomes Pereira, Valter Israel da Silva, Vânia Lúcia Ferreira Leite, Werner Fuchs

Conselheiros(as) de governo

Titulares

Aloizio Mercadante, Tereza Campello, Neri Geller, Gilberto Occhi, Miguel Soldatelli Rossetto, José Henrique Paim Fernandes, Guido Mantega, Izabella Teixeira, Miriam Belchior, Ademar Arthur Chioro dos Reis, Manoel Dias, Francisco José Coelho Teixeira, Clélio Campolina, Luiz Alberto Figueiredo, Eduardo Benedito Lopes, José Eduardo Martins Cardozo, Gilberto Carvalho, Eleonora Menicucci de Oliveira, Ideli Salvatti, Luiza Helena de Bairros

Suplentes

Magaly de Carvalho Correa Marques, Arnaldo de Campos, João Marcelo Intini, Paulo Alves Rochel Filho, Onaur Ruano, Albaneide Maria Lima Peixinho, Aloísio Lopes Pereira Melo, Paulo Guilherme Francisco Cabral, Esther Bemerguy de Albuquerque, Patrícia Jaime, Flávio Pércio Zacher, Marcelo Giavoni, Osório Coelho, Milton Rondó Filho, Luis Alberto de Mendonça Sabanay, Maria Augusta Boulitreau Assirati, Selvino Heck, Tatau Godinho ou Raimunda Mascena, Maria Marinete Meres, Silvano Euclênio da Silva

Secretaria executiva do Consea

Valéria Torres Amaral Burity - Coordenadora da Secretaria Executiva

Assessoria Técnica

Mirlane Klimach Guimarães

Marina Godoi de Lima

Rocilda Santos Moreira

Assessoria Administrativa

Edna Gasparina

Danielle Silva

Edgar Hermógenes

Assessoria de Comunicação

Marcelo Torres - Coordenador da Assessoria de Comunicação

Beatriz Evaristo

Michelle Andrade

Patrícia de Sousa

S471

Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (2012 : Brasília-DF).

Seminário Pesquisa em SAN : relatório final / Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. -- Brasília : Presidência da República, 2014.

208 p. : il.

ISBN 978-85-85142-36-0

Seminário realizado em Brasília-DF de 4 a 6 de dezembro de 2012.

1. Política Alimentar - Brasil. 2. Assistência Alimentar - Brasil. 3. Segurança Alimentar - Seminário. 4. Segurança Nutricional - Seminário. I. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. II. Título.

CDD 363.856098

SUMÁRIO

Lista de Siglas	5
Apresentação	11
1 A proposta do Seminário - contexto e objetivos	13
Metodologia	18
2 Abertura	25
Maria Emília Lisboa Pacheco Presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)	26
Eliezer Moreira Pacheco Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Secis/MCTI)	28
Paula Montagner Secretária de Avaliação e Gestão da Informação, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Sagi/MDS)	31
3 Mesas redondas	33
Mesa 1: “Os desafios para a geração de conhecimento e pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional”	35
Mesa 2: “O estado da arte e as demandas brasileiras de pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional”	55
Mesa 3: “Financiamento e a organização da área de pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional”	67
4 Discussões dos grupos de trabalho e plenárias	83
Anexos	105
Anexo I: Versão integral das apresentações das mesas I e II	107
Anexo II. Programação do Seminário Nacional	155
Anexo III. Lista de Participantes	158
Anexo IV. Carta Política do Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional	162
Anexo V. Agenda de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional – versão final pós consulta pública	167
Créditos	202

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
Abrandh	Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos
ANA	Articulação Nacional em Agroecologia
Caisan	Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cecane	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar
Cenargen	Centro Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos e Biotecnologia
Ceresan	Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional
CGAN/MS	Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição/ Ministério da Saúde
CGEN	Conselho de Gestão do Patrimônio Genético
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Conbran	Congresso Brasileiro de Nutrição
Confap	Confederação das Fundações Estaduais de Pesquisa
Conep	Conselho Nacional de Ética em Pesquisa
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CT&I/S	Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde
CVT	Centro Vocacional Tecnológico
Datasan	Portal de Dados e Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Decit	Departamento de Ciência e Tecnologia/ Ministério da Saúde
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada

Ebia	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Epagri	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ESF	Estratégia Saúde da Família
FAP	Fundação de Amparo à Pesquisa
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
Fase	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FCM/ Unicamp	Faculdade de Ciências Médicas/ Universidade Estadual de Campinas
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Funai	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituições de Ensino Superior
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Imip	Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
Losan	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde
Nasf	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
Nepa	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação/Unicamp
Nutes	Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde/UFRJ
Nutec	Núcleo de Alimentos e Química da Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará
Opsan	Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
Palin	Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura/Fiocruz
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PeNSE	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
PESS	Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde
Plansan	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pnaum	Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Uso Racional de Medicamentos
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
PPSUS	Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde
PSE	Programa de Saúde na Escola
Ripsa	Rede Interagencial de Informações para Saúde
Sagi	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
Sesan	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Sisan	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Sisvan	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social /Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SUS	Sistema Único de Saúde
Sober	Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal do Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFFS	Universidade Federal da Fronteira do Sul
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFTO	Universidade Federal de Tocantins
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UnB	Universidade de Brasília
Unesp	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

APRESENTAÇÃO

Com grande entusiasmo apresento aos leitores e leitoras o Relatório Final do Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional realizado, em dezembro de 2012, por iniciativa do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Seus resultados são a expressão da complexidade, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade dos debates sobre a teoria do conhecimento produzido pela ciência, e também o reconhecimento da teoria dos conhecimentos socialmente e historicamente produzidos.

O processo de interação entre pesquisadores de universidades e centros de pesquisa, agências financiadoras e gestores públicos, que assumem o compromisso do diálogo sobre conteúdos e desafios, acenou para a perspectiva de novos caminhos e apoios para a pesquisa, enfatizando a ótica integradora constitutiva das várias dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional.

O Seminário reafirmou valores e princípios, destacando-se, dentre outros, o respeito à cultura alimentar, o direito à informação, e a abordagem que dialoga com o conhecimento popular, o envolvimento comunitário, considerando-se o grupo estudado como sujeito da pesquisa.

As propostas para as políticas de fomento dialogaram com a necessidade de revisão das áreas de conhecimento das agências e inclusão da Segurança Alimentar e Nutricional, a ampliação de financiamento público, o apoio às pesquisas em rede, efetivando-se a interdisciplinaridade.

Foram lançadas as bases para a criação de uma rede de pesquisa com a utilização de meios virtuais e propostas para potencializar a dinâmica de núcleos e fóruns já existentes.

Nos dez anos de recriação do Consea, em 2013, a divulgação das análises, conclusões e propostas no campo da pesquisa tem um significado especial para a reafirmação dessa grande causa da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, sob a égide do Direito Humano à Alimentação Adequada, que nos mobiliza.

*Maria Emília Lisboa Pacheco
Presidenta do Consea*

1

**A PROPOSTA DO SEMINÁRIO
- CONTEXTO E OBJETIVOS**

A realização de pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) envolve um conjunto complexo e diversificado de áreas do conhecimento. Abrange estudos sobre as condições alimentares e nutricionais de populações, os sistemas alimentares, seus atores e aspectos ambientais, a relação entre produção e abastecimento, consumo, culturas e tradições alimentares, além de englobar a avaliação de ações, programas e políticas públicas e a análise de processos que promovem ou que ameaçam a Soberania Alimentar e a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). É um campo temático que requer uma ótica integradora multi, inter e transdisciplinar.

De modo geral, as pesquisas nessa área têm sido financiadas por instituições governamentais por meio de editais próprios, universais e, também, por jovens pesquisadores com bolsas que aportam, principalmente, projetos de iniciativa própria. É notório o crescimento da capacidade brasileira de produzir conhecimento e a desconcentração dos grupos de pesquisas que têm trazido informações sobre essa temática nos últimos anos. Os resultados têm sido bem-sucedidos com produção e disseminação de diferentes indicadores sobre o tema.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional e, conseqüentemente, o conhecimento sobre as ações propostas e as políticas públicas que estão envolvidas nessa temática são interdisciplinares e intersetoriais e não têm origem somente na ação acadêmica. Portanto, devem ser considerados os conhecimentos gerados na sociedade pelos movimentos sociais e populares, por entidades e pelo saber tradicional, por meio de pesquisas participativas.

A partir desse contexto - multiplicidade de informações sobre SAN sendo geradas pontualmente em todo o território nacional e a necessidade de direcionamento do financiamento -, realizou-se o Seminário Nacional de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), considerando que o desenvolvimento de pesquisa deve estar em consonância com as demandas

para promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada. O encontro foi idealizado para pensar intersetorialmente a questão da produção do conhecimento acadêmico, gerando um processo para que todas as fontes de saber possam se reunir na realidade do movimento de SAN.

O **Seminário Nacional de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional** aconteceu no período de 4 a 6 de dezembro de 2012, em Brasília-DF, resultado da realização conjunta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Contou ainda com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e com a Universidade de Brasília (UnB), por meio do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (Opsan).

Reuniram-se no Hotel Saint Paul, em Brasília-DF, pesquisadores de Segurança Alimentar e Nutricional de diferentes instituições e universidades e representantes do governo, sendo incentivados a pensar, discutir e compartilhar as experiências e as expectativas sobre os caminhos da Pesquisa em SAN no Brasil. O Seminário foi idealizado objetivando atender aos seguintes resultados:¹

- Deflagrar as bases para a constituição de uma rede de pesquisadores em SAN.
- Discutir uma proposta de Agenda de Pesquisa em SAN.
- Problematizar os desafios do financiamento e organização da SAN enquanto área complexa do conhecimento.
- Promover o diálogo conhecimento-ação-política e a gestão do conhecimento em SAN.

¹ Programação completa anexo II.

Para organização do referido encontro, foi feita uma abrangente busca de pesquisadores, usando como referência o diretório de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), os editais, pesquisas registradas, dentre outros. Considera-se o resultado dessa busca bastante exitoso, considerando que foram reunidos no evento pesquisadores de todo o Brasil, com considerável diversidade na composição dos participantes, conforme Mapa a seguir.

Figura 1.
Instituições de Educação, Ciência e Tecnologia participantes do Seminário de Pesquisa em SAN. Brasil, 4 a 6 de dezembro de 2012.



Fonte: Grupo de Trabalho de Organização do Seminário.

A programação foi idealizada para que nos três dias de Seminário ocorressem trabalhos e discussões de maneira mais natural e dinâmica, com oportunidade para todos os convidados realmente participarem e contribuírem.

Conformada por docentes-pesquisadores, projeta-se, ainda, a possibilidade de esses profissionais socializarem junto aos alunos e outros pesquisadores os debates com o enfoque nesta temática de modo a contribuir para a formação e qualificação de novos pesquisadores para o grande desafio de realizar pesquisas em SAN.

A Agenda de Pesquisa a ser trabalhada no Seminário foi elaborada a partir do conceito de SAN e dos princípios que regem o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), expressos na Lei Orgânica de SAN (Losan, Lei nº 11.346/2006) (BRASIL, 2006), a saber:

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Quanto aos princípios que regem o Sisan e foram subsídios para a Agenda do evento, citam-se (BRASIL, 2006):

I - universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação;

II - preservação da autonomia e respeito à dignidade das pessoas;

III - participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de Segurança Alimentar e Nutricional em todas as esferas de governo; e

IV - transparência dos programas, das ações e dos recursos públicos e privados e dos critérios para sua concessão.

Cabe ressaltar, nesse contexto, que as dimensões e temáticas referentes às desigualdades vivenciadas por grupos socialmente vulnerabilizados, como povos indígenas, povos e comunidades tradicionais (PCT), gênero, entre outros, são transversais a todos os temas de pesquisa e, portanto, as demandas relativas a esses grupos puderam ser incluídas em todos eles.

Metodologia

Foi desenvolvido um documento base sobre a Agenda de Pesquisa em SAN, apresentado em anexo, elaborado a partir dos resultados das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) e a Agenda de Prioridades de Pesquisa do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit), do Ministério da Saúde (MS).

Destaca-se que as Conferências de SAN têm como objetivo apresentar diretrizes para o governo e a sociedade na implementação de estratégias de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada. Assim, em geral, não são previstos espaços específicos para apresentação de temas de pesquisa, mas existem propostas nesse sentido. O grupo organizador deste Seminário revisou as demandas aprovadas nas quatro Conferências Nacionais e identificou propostas de Pesquisa em SAN entre elas.

Como pressuposto para a discussão da Agenda, adotaram-se as referências conceituais da Lei Orgânica de SAN, da Política e do Plano Nacional de SAN: todas as linhas de pesquisa devem ter

como princípios a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional, o Direito Humano à Alimentação Adequada, a participação social e a intersetorialidade.

Durante o Seminário, a reflexão sobre a Agenda de Pesquisa em SAN foi apoiada pelas mesas redondas, realizadas no período da manhã, e aprofundadas por trabalhos em grupos, cujo objetivo era analisar os resultados das Conferências, sugerir novos temas e atualizar os temas já propostos, com o auxílio de perguntas norteadoras.

Para a organização dos grupos de trabalho, foram definidos cinco temas agregadores com base nos eixos da Política Nacional de SAN², a saber:

- A)** Acesso universal à alimentação adequada e saudável e à água, cultural e socialmente adequadas, considerando as características e/ou desigualdades geográficas, de gênero, étnicas, raciais e demais vulnerabilidades sociais.
- B)** Sistemas sustentáveis e descentralizados de produção, processamento, distribuição e abastecimento de alimentos, considerando extração, pesca e aquicultura, e tecnologias de base agroecológica.
- C)** Educação e Formação em SAN.
- D)** Atenção nutricional em todos os níveis da atenção à saúde articuladas às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional.
- E)** Soberania alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada em âmbito nacional e internacional.

² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>.

Foi destacado aos participantes dos grupos de trabalho que, visando pensar a Pesquisa em SAN frente às desigualdades vivenciadas por populações socialmente vulneráveis (como indígenas, PCT, gênero e outras), era relevante que todos os pesquisadores que discutem e trabalham com tais especificidades estivessem inseridos em todos os grupos.

Os participantes do Seminário foram divididos nestes cinco grupos de trabalho, conforme o interesse pessoal pelos temas. Foram utilizadas perguntas norteadoras para as discussões dos grupos.

Como o objetivo de socializar e integrar os participantes do Seminário, foi sugerido, previamente, que os convidados trouxessem um *banner* (pôster) com apresentações contemplando as seguintes informações: i) nome do pesquisador e, quando pertinente, de seu grupo de pesquisa; ii) instituição, estado, cidade; iii) ano de início das atividades de Pesquisa em SAN; iv) linhas de trabalho; v) formas de organização (pesquisador individual, grupo local, multicêntrico, nacional, internacional); vi) fontes de financiamento; vii) vínculo com programas de pós-graduação; viii) composição da equipe (número de pesquisadores, bolsistas, pós-graduandos); e ix) outras informações que considerar pertinente para o objetivo da sessão.

A primeira sessão dos grupos de trabalho teve o objetivo de proporcionar um momento de diálogo entre os participantes sobre linhas de pesquisa, formas de organização, experiências de pós-graduação, entre outros aspectos. Assim, incentivou-se a apresentação de estratégias e experiências que os participantes têm sobre os processos de organização do seu método de trabalho.

Os pesquisadores interessados também puderam expor pôsteres com resultados de pesquisas, em local específico no evento, embora a Agenda do Seminário não tenha comportado

um período específico para essas apresentações. Os materiais expostos permitiram a interação dos pesquisadores e socialização de informações.

Para a segunda sessão, os facilitadores foram orientados a utilizar a metodologia de *World Café* para proporcionar o compartilhamento de conhecimentos, explorando vivências semelhantes, conectando ideias entre os pequenos grupos de conversa em torno de questões norteadoras.

Essa segunda sessão teve o objetivo de discutir as pesquisas que já existiam, que já vinham sendo desenvolvidas, conforme as questões norteadoras a seguir:

- Quais são os elementos que caracterizam a Pesquisa em SAN? Quais são os desafios de se pesquisar SAN?
- Quais seriam as sugestões em termos de organização dos diversos pesquisadores e grupos envolvidos na produção do conhecimento acadêmico em SAN?

Em uma terceira sessão, distribuiu-se o documento base com as linhas de pesquisa ligadas ao eixo temático ao qual o grupo de trabalho estava. Esse documento teve como origem as demandas de pesquisa das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e a Agenda de Prioridades Decit/Ministério da Saúde.

Nessa ocasião, utilizou-se a metodologia de **Roda de Conversa**, em que se proporciona uma conversa coletiva espontânea com **todo o grupo** para socializar saberes e trocar experiências. Neste primeiro momento, o grupo discutia acerca da seguinte questão:

- Avaliar se ATUALMENTE as **linhas expostas estão sendo realizadas** e em **qual amplitude**.

Ainda nessa terceira sessão, em um segundo momento, a discussão foi direcionada para uma conversa em **pequenos grupos por eixo temático** quanto à questão a seguir.

- Avaliar que linhas de pesquisa **ainda NÃO foram contempladas**.

Por fim, miniplenárias em cada grupo de trabalho foram realizadas para sistematizar e validar o que foi construído.

Após as sessões de grupos de trabalho, todos os participantes eram reunidos para apresentação e discussão em plenária, durante as quais o pessoal responsável pelo apoio ao evento disponibilizavam filipetas para que os pesquisadores pudessem formular, por escrito, perguntas, bem como fazer suas intervenções oralmente, com previsão de tempo para debates.

Outro movimento importante durante o Seminário foi a formação de uma comissão que ficou responsável por trabalhar na elaboração de uma Carta Política (Anexo), registrando as demandas para a promoção da Pesquisa em SAN. Foram recolhidas sugestões de todos os participantes por meio de uma urna e, posteriormente, foi realizada a leitura da proposta da Carta Política durante a plenária, submetendo-a à aprovação dos participantes.

A comissão responsável considerou que houve um relevante número de sugestões temáticas para a Carta Política. Optou por incluir aquelas contribuições que não tratavam de especificidades, privilegiando direcionamentos e recomendações para os principais interlocutores, financiadores e apoiadores da Pesquisa em SAN.

Assim, a Carta Política explicita referências, princípios, valoriza a interdisciplinaridade, sem fazer menção à questão da terra, da água, da saúde ou outras especificidades.

Destaca-se que o Seminário foi uma das etapas para a construção da Agenda de Pesquisa em SAN. As contribuições foram posteriormente consolidadas e disponibilizadas para Consulta Pública, aberta a todos os interessados nessa temática, no período de 10 de junho a 22 de julho de 2013.

2

ABERTURA¹

¹ Programação completa Anexo II.

Maria Emília Lisboa Pacheco

Presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)

Meus agradecimentos ao Grupo de Trabalho de Pesquisa no Consea, aqui representado pela conselheira Elisabetta Recine, e também os meus agradecimentos ao MCTI, ao MDS e a todos os que participaram do processo de preparação deste Seminário.

É importante este momento em que trazemos à tona a produção do conhecimento com a visão de uma ciência engajada, uma ciência cidadã, cuja produção aqui se alimenta da interdisciplinaridade, da intersetorialidade, princípios que nos são muito caros, e estão assegurados na legislação sobre a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A centralidade do alimento é fundamental. Nós vivemos tempos em que alguns autores, como *Jan Douwe van der Ploeg*, chamam de Impérios Alimentares. Há um crescente processo de concentração corporativa desde a produção até o consumo. Também vivemos uma situação bastante preocupante que nos leva todos os dias a pensar sobre que alimento estamos consumindo, que comida temos na mesa. Não só porque há um processo de contaminação dos alimentos na produção, como também desconhecemos, muitas vezes, a composição dos alimentos ultraprocessados com grande tempo de prateleira e também temos dificuldades em assegurar a importância do alimento tradicional em razão da legislação que limita a produção alimentar artesanal.

Mas, ao mesmo tempo, precisamos ficar entusiasmados, porque há um processo de mobilização da sociedade. Como nos disse a Secretária Maya Takagi, precisamos avançar na divulgação, na disseminação, no compromisso político da sociedade, para envolver-se, engajar-se nessa luta que é tão importante.

Observamos que os congressos, encontros dos movimentos sociais, cada vez mais, incluem em sua pauta a questão da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Recentemente, no Brasil, nós lemos com curiosidade um manifesto chamado *Manifesto Cozinhistas*, uma defesa de chefes de cozinha com alguns pesquisadores, do direito ao alimento tradicional, a uma legislação sanitária adequada para os agricultores e agricultoras, assim como um número crescente de organizações participa da *Campanha pela Vida, Contra os Agrotóxicos*. Há vários campos de mobilização, em relação aos quais, e na interação com eles, a produção de conhecimento, a elaboração de pesquisas, a meu ver, será extremamente importante.

Quero assinalar que os resultados esperados neste Seminário são bastante ousados, mas tenho certeza de que com o entusiasmo e engajamento de todos e todas, seguramente, vamos alcançá-los. Pretendemos lançar as bases de uma rede de pesquisadores em Segurança Alimentar e Nutricional, avançar em uma Agenda de Pesquisa.

Consideramos que a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional devem ser constitutivas de uma visão de desenvolvimento e esperamos que sejam incluídos dentre os macro-objetivos de um projeto de sociedade. Uma Agenda de Pesquisa e uma problematização dos desafios, com a promoção do diálogo, seguramente, alimentarão essa perspectiva.

Eu desejo um bom Seminário a todos e todas, e sejam bem-vindos e acolhidos pelo Consea.

Obrigada.

Eliezer Moreira Pacheco

Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, do
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Secis/MCTI)

Bom dia a todas e a todos, saúdo inicialmente aqui os companheiros de mesa, Dra. Elisabetta Recine, a Maya, a Paula Montagner e aos demais aqui presentes.

Esta certamente é uma área que deve preocupar a todos os pesquisadores e a cidadania, em geral, preocupada com o bem-estar da nossa população. Sabemos que o Brasil, na última década, avançou, extraordinariamente, na economia, hoje devemos ser a sétima economia do planeta, entretanto, paradoxalmente, não avançamos em IDH.² Pelo contrário, nossa situação não é melhor do que a de dez anos atrás. Certamente há uma contradição que não conseguimos, ainda, identificar, o que nos leva a essa situação.

Portanto, a ciência e tecnologia, os pesquisadores, os extensionistas, professores em particular, têm um papel muito grande para enfrentar esse desafio. Não vamos enfrentar o desafio da fome no Brasil, da carência alimentar sem muita tecnologia. E certamente, um dos problemas que detectamos é certa fragmentação dos esforços na área da pesquisa nessa área. A departamentalização das universidades, a fragmentação, a rivalidade, a disputa interna são lamentáveis e são um dos entraves para que possamos avançar nesse setor. Nós do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, até por se tratar de um Ministério de poucos recursos, temos apostado muito no trabalho em rede. Então, o trabalho em rede, potencializa, dimensiona, de forma muito mais adequada, todos os esforços. Estamos tendo uma experiência muito boa na área da

² Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

tecnologia assistiva, que é uma área nova, praticamente, no Brasil, pelo menos pouco desenvolvida, através da criação do Centro Nacional de Referência, em Campinas, junto ao CT Renato Archer, inicialmente 29 núcleos de pesquisa em tecnologia assistiva, que têm a tarefa, exatamente, de articular os pesquisadores não só de uma mesma instituição, mas também de outras instituições. E ao lançar o edital, percebemos esse grau de fragmentação na medida em que recebemos três, às vezes, quatro projetos de uma mesma instituição, o que nos obrigava a fazer o contato com os pesquisadores para conversarem entre si e apresentarem um único projeto para ser financiado.

Acho que isso é válido para todas as áreas, inclusive na área de SAN. Nós podemos avançar extraordinariamente desde que possamos estabelecer redes, possamos somar esforços, entender que nessa área não cabem disputas de vaidades ou de títulos acadêmicos, mas sim uma dose muito grande de empenho, até militante, de cidadãos a fim de superar esse problema que o nosso País ainda enfrenta. Nós avançamos extraordinariamente nesse período, como eu me referi, mas como partimos de um patamar muito baixo, o Brasil ainda é um dos países mais desiguais do planeta. Nós éramos o mais desigual, hoje não somos, avançamos em diversos pontos, mas ainda somos um dos mais desiguais. É o mesmo problema da educação. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos mostrou que somos um dos países que mais melhorou a educação de ensino fundamental nesse último período, mas ainda temos uma das piores do planeta, porque exatamente o patamar de onde partimos ainda é muito baixo. Então, certamente, os pesquisadores, as instituições voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão têm sim uma responsabilidade social muito grande.

Talvez, sinais dos tempos, nós percebemos pessoas muito voltadas para si próprias, achando que o seu trabalho basta a si, é a ditadura dos *papers*, correto? Esse tipo de coisa que, infelizmente,

obscurece aquela que é nossa principal responsabilidade. Nós, professores, pesquisadores, que ocupamos certo lugar de destaque, todos nós saímos das instituições públicas, que têm os melhores mestrados, melhores doutorados, com exceções, obviamente, mas que pelo menos estão entre os melhores, entretanto, muitas vezes, esquecemos que esse patrimônio que recebemos nos foi dado pelo povo brasileiro. A população brasileira que nos permitiu isso, mas nos sentimos, muitas vezes, sem a necessária responsabilidade social de fazer com que esse saber, esse conhecimento seja partilhado com todos e que possamos ajudar também, na nossa especificidade, a construir um Brasil melhor. Um bom trabalho a todos nós, obrigado!

Paula Montagner

Secretária de Avaliação e Gestão da Informação, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Sagi/MDS)

A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi) vê neste evento o coroamento de um trabalho, de um esforço de alguns anos, na medida em que, sendo a Segurança Alimentar uma área multidisciplinar, até bem pouco tempo atrás, havia apenas poucos pesquisadores que trabalhavam isolados, e hoje não só temos um número maior de pesquisas – a Sagi coleciona, praticamente, um conjunto de 32 pesquisas na área de Segurança Alimentar – mas, principalmente, sentimos parte do esforço que fez crescer a interface com os grupos de pesquisadores das universidades, ampliando sua multidisciplinaridade.

É bom ver aqui rostos conhecidos, que já trabalharam com as equipes da Sagi, que vieram apresentar os resultados de suas pesquisas em outros seminários, reunidos aqui para que este processo de articulação de conhecimentos setoriais permita aprofundar nosso conhecimento sobre a multidisciplinaridade.

Vale dizer ainda que entendemos que está lançada a semente não apenas para novos espaços de pesquisa, mas também pensando em como pode ser a formação de novos técnicos e pesquisadores, que já estarão inoculados com essa visão de que o tema pertence e cresce a partir de múltiplas visões. Como em todo esforço de construção de um campo de conhecimento, as pesquisas novas estão apoiando o aperfeiçoamento das políticas públicas de Segurança Alimentar, e com isso contribuem para a melhora da qualidade da alimentação e da nutrição de crianças, de adultos e de pessoas com mais idade em todo o País.

Acredito ainda que este esforço vai se revelar importante também para fazer avanços na área de formação, uma vez que vocês que

são pesquisadores são também professores universitários e estão utilizando esse conhecimento multidisciplinar com os estudantes, inculcando neles essa preocupação de que os problemas têm múltiplas visões a serem consideradas, notadamente em países tão extensos quanto o Brasil, que produz uma variedade enorme de produtos e que podem e devem ser preservados na cultura local e nacional, preservando a qualidade da alimentação e o conhecimento acumulado pelos povos e comunidades que vivem nessas regiões.

Deixo aqui a saudação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, e nossa expectativa de que a troca de experiências e os debates e diálogos dos grupos sejam proveitosos, para continuarmos a crescer juntos. Muito obrigada.

3

MESAS REDONDAS

No primeiro dia (4/12), a mesa de discussões versou sobre o tema “O sistema alimentar global e os desafios para a geração de conhecimento e pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional”, com os expositores Luciene Burlandy (Universidade Federal Fluminense e Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional), João Carlos Costa Gomes (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, do Rio Grande do Sul) e Renato Maluf (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional), sob moderação de Elisabetta Recine (Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição - Opsan, da Universidade de Brasília).

A mesa 2, que aconteceu no segundo dia do evento (5/12) e discutiu “O estado da arte e as demandas brasileiras de pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional”, com participação de Maya Takagi (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), de Elaine Pasquim (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e grupo organizador do evento), e Daniela Frozi (pesquisadora Ceresan/ UFRRJ/UFF/ibase; Nutes/UFRJ; Palin/ Fiocruz), sob moderação da Ana Maria Segall (professora associada do curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva/FCM/Unicamp - Universidade Estadual de Campinas).

O terceiro e último dia (6/12) ficou reservado para discussão sobre financiamento e organização da área de pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional, Mesa 3, formada por representantes de órgãos federais de pesquisa e moderação de Renato Maluf (UFRRJ).

A seguir serão apresentados os principais aspectos abordados nas mesas redondas.

Mesa 1: “Os desafios para a geração de conhecimento e pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional”

Moderadora: Elisabetta Recine

Observatório de Política de Segurança Alimentar e Nutrição (Opsan), da Universidade de Brasília (UnB)

Reflexões sobre a Pesquisa em SAN

Luciene Burlandy

Universidade Federal Fluminense (UFF) e Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (Ceresan)

Resumo:

A Pesquisa em SAN precisa ser pensada a partir de perguntas e questões com o intuito de compartilhar os desafios que o Estado necessita enfrentar na temática. A produção de pesquisas em SAN deve ser discutida **não somente** do ponto de vista de fomento de conhecimento, mas também do ponto de vista da ação política. A primeira pergunta: “Qual é o diferencial que a Pesquisa em SAN tem em relação às pesquisas de alimentação, nutrição, agricultura dos vários campos que integram esse cenário mais amplo da Segurança Alimentar?”. E a segunda pergunta: “E os desafios mais específicos dessa abordagem de pesquisa de SAN para analisar o desempenho de sistemas de Segurança Alimentar, políticas, programas, ações e estratégias?”.

Algumas análises são mais amplas, sendo necessário pensar e reconhecer o alcance das pesquisas para construir as mediações analíticas. É possível compreender a partir de

recortes analíticos adotados que considerem a amplitude do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional. É necessário reconhecer esses alcances metodológicos e considerar que o campo da SAN é complexo e abrangente, com condicionantes igualmente complexos, abrangentes e inter-relacionados, considerando-se as variáveis: política, populações e sistemas alimentares.

As pesquisas sobre o tema de SAN podem ser vistas como um campo temático ou, ainda, como uma abordagem analítica. O desenvolvimento de um estudo sobre um conjunto de programas de alimentação, de nutrição, de produção de alimentos pode ser um campo temático ou, ainda, poderá ter uma abordagem diferenciada e uma ótica integradora a partir dos pressupostos de integração, observando os princípios que pautam o campo da SAN: intersectorialidade; equidade nas suas várias faces de gênero, renda, étnica, racial, participação e descentralização.

Atualmente, é necessário fortalecer essa integração e pensar em como operacionalizar as abordagens e mediações analíticas diferenciadas. Os estudos realizados vêm abordando análises de sistemas, de políticas e a situação de SAN em populações, com distintas abordagens: avaliação de desempenho, de impacto ou de processo, sendo algumas com uma ótica analítica, de processos políticos, decisórios e as concepções dos atores e de instrumentos de gestão.

Considerando que uma das características que confere identidade a esse campo da SAN no Brasil é um reforço da ótica integradora de ação política, as pesquisas demandam também uma ótica integradora de análise, como a interdisciplinaridade e a interinstitucionalidade, que não é algo simples de ser feito na prática. É necessário, portanto, sair de uma construção teórica conceitual e construir dados

a partir de diferentes fontes, preservando e reforçando alguns princípios e valores, como a ótica do Direito Humano Alimentação Adequada (DHAA).

Neste contexto, é preciso refletir o que a análise de campo, que reforça princípios e valores, traz de desafios para essas pesquisas, e como trazer a análise destes valores para as pesquisas sobre políticas, ações, programas etc., considerando que os valores democráticos, participativos, o respeito à diversidade e a autonomia são valores que estão postos no campo da Segurança Alimentar e Nutricional.

As pesquisas que se debruçam sobre a análise de resultados e de impactos das políticas têm grande desafio ao considerar esses valores. Que tipo de impacto e de resultado se espera na situação de determinado programa ou na situação de SAN de determinada população? E quanto ao modo de produzir, comercializar ou consumir alimentos? É necessário pensar em resultados nessas diferentes menções.

Alguns movimentos que vão além do próprio campo temático da Segurança Alimentar e Nutricional e que tratam de avaliações de políticas sociais também têm levantado esse desafio. Os programas e as estratégias participativos demandam dinâmicas decisórias distintas que, por vezes, fazem emergir conflitos, além de apresentarem tempos diferenciados. Assim, o que se pode observar é que, até pouco tempo, raros estudos avaliavam programas participativos. Do ponto de vista político, o princípio da participação era caro e praticamente inquestionável.

Outro fator a se considerar é o tempo para a realização das pesquisas, uma vez que há que se pensar no tempo político, no tempo acadêmico, no tempo dos estudos avaliativos, da análise de processos políticos decisórios. O tempo político

pode ser distinto do tempo de uma determinada pesquisa que tem um desenho e perguntas específicas e impõe o desafio de articular os distintos tempos.

Importante ressaltar, ainda, que alguns processos podem, simultaneamente, impactar positivamente em uma determinada dimensão da Segurança Alimentar e negativamente em outra. Alguns resultados econômicos podem ter repercussões “não desejáveis”, por exemplo, a partir de um determinado referencial para o perfil de consumo ou para o ambiente. Da mesma maneira, é possível ter perdas imediatas e ganhos futuros. Pensando na dimensão temporal, por exemplo, as iniciativas emergenciais que vão focar os alimentos industrializados podem contribuir para que esses alimentos continuem sendo consumidos. Cabe refletir: Como pensar em um campo multidimensional e analisar os impactos dos processos? Como pensar essas questões em termos temporais? Será que as pesquisas não deveriam evidenciar os múltiplos efeitos desse processo?

Em face dos desafios, cabe retomar ao início e lembrar que o processo de construção desse campo se deu a partir de um conhecimento compartilhado por gestores, técnicos, instituições da sociedade civil e instituições que são provenientes de campos temáticos distintos, com vocação distinta.

A experiência de desenvolver uma pesquisa articulada com universidades e organizações da sociedade civil, pesquisadores de campos distintos, cujas instituições também tenham vocações distintas, é construída por diferentes olhares e traz enorme riqueza para o processo. Há uma diversidade de conhecimento e de sabedoria que constrói os resultados.

Apesar dessa riqueza, é necessário cautela em alguns pontos de vista: não olhar para o que foi construído ao longo dessa

militância como uma referência. É perigoso do ponto de vista analítico desejar padronizar um *check list* para todas as pesquisas. A preocupação em conhecer melhor os processos e os sistemas de SAN que estão em curso em cada território, com os fluxos de produção, comercialização, consumo e interações políticas, e conhecer esses processos é mais interessante do que pensar em um modelo como referência estática e fechada.

O caminho da pesquisa tem que ser constantemente revisitado. Não pode ser uma *priori* que não tenha uma dinâmica, que não seja flexível. A possibilidade de ser revisitado garante a necessidade de se fazer pesquisa com sentido.

Epistemologia, Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional: campo complexo de conhecimentos

João Carlos Costa Gomes

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
(Embrapa) - Clima Temperado/RS

Resumo:

A agroecologia deve ter um enfoque científico para produzir alimentos dentro dessa estratégia de Segurança Alimentar e de alimentos seguros. O contexto mundial apresenta três (velhos e novos) problemas, em escala global, que são preponderantes no desenvolvimento das ações agroalimentares: a permanência da fome e da miséria, considerada um velho problema, com estatística de um bilhão de pessoas com necessidades de alimentação, segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura); e dois novos problemas que se referem à ausência de governança mundial em relação aos acordos e metas que não são cumpridos; e ao meio ambiente, que sofre mudanças climáticas e eventos extremos que interferem na produção de alimentos.

A causa de devastação de ambientes naturais, o desflorestamento e a destruição de *habitat* natural; problemas do solo (erosão, salinização e perda de fertilidade); problemas de gestão de recursos hídricos; caça e pesca excessiva; efeito de espécies introduzidas sobre espécies autóctones, aumento demográfico; a chegada da Biotecnologia, Nanotecnologia e da Ciência de Materiais, com forte impacto sobre o estoque de recursos, associado, ainda, ao poder das redes sociais; a mudança da estrutura etária, que impõe a substituição de população ativa nos países mais desenvolvidos por pessoas

originárias de países menos desenvolvidos, ocupando espaços de trabalho com sua a mão de obra; as novas categorias de problemas ambientais como as alterações climáticas provocadas pelo homem, a concentração de produtos químicos no ambiente, a escassez de recursos genéticos e o uso total pela sociedade da capacidade fotossintética do planeta: todos esses fatores são considerados também problemas e desafios a serem superados.

Um cenário alternativo independe do desejo da mudança no padrão de consumo. A união de esforços dentro de um processo participativo das pessoas no lugar onde elas vivem tem toda uma mudança de paradigma para viabilizar esse cenário alternativo que é necessário. Isso implica mudança de políticas públicas, que não podem ignorar a emergência das crises e não devem criar a resiliência e capacidade de suportá-las.

A crise na Europa, por exemplo, não foi fruto de uma fatalidade sócio-histórica, e sim resultado do modelo de desenvolvimento que excluiu a base produtiva local. Acaba-se gerando muita produção para importação e, em momentos de crise, não tem mais mercadorias para trocar por dinheiro.

No tocante à Epistemologia, esta pode ser assumida como teoria do conhecimento em geral, e não apenas conhecimento científico. No âmbito acadêmico, esta está centrada em três correntes filosóficas: o Empirismo, o Racionalismo e o Positivismo. O Empirismo é o experimento repetido, o conhecimento pela experiência, a ciência autossuficiente e a dogmatização. No Racionalismo, o domínio sobre a natureza, o conhecimento pela razão e não pela experiência, e o saber científico como verdade absoluta. Já o Positivismo apresenta o conhecimento dos sentidos: os fatos são a única fonte do conhecimento; conhecer para dominar e apropriar a ciência como única fonte de conhecimento válido.

A sabedoria popular tem relevante valor e deve ser reconhecida, embora não seja produzida em um contexto acadêmico-científico. Existem muitas tecnologias úteis produzidas pela pesquisa ou pela ciência convencional. O conhecimento dos agricultores e a experiência dos técnicos podem significar um novo estilo de conhecimento, e não a substituição de um conhecimento pelo outro.

Uma revisão metodológica é imprescindível para uma mudança de paradigma, que não se modifica utilizando os mesmos métodos da ciência convencional. É necessário defender a valorização da agrobiodiversidade do Brasil e dos conhecimentos a ela associados.

Nessa abordagem é fundamental a participação dos atores sociais e a revisão dos processos que permitam trabalhar a ciência não só na visão da comunidade restrita de pares, mas também na comunidade estendida, onde a sociedade possa opinar sobre o fazer em três esferas – como, para quem e por que. O Brasil tem capacidade para resolver problemas, porém o que vai determinar o caminho é o interesse e a atitude. Cabe refletir qual é o mundo que queremos. E responder não depende de capacidade ou de embasamento científico, e sim do desejo de todos.

Diálogo com os participantes:

Várias questões estão conectadas e são muito interessantes. A questão da interdisciplinaridade ou do reducionismo disciplinar: as nossas Academias nos formataram ou nos deformaram a tal ponto que se nós tivéssemos lido as quatro regras do método de René Descartes não teríamos nos metido no beco sem saída onde nós estamos. O que Descartes dizia: a dúvida acima de tudo, não admitir como verdade nada que não seja evidente. Esta é a primeira regra do “método”. Segunda regra: vamos reduzir o todo a tantas partes, a partes tão pequenas quanto possível, para melhor estudá-las. Terceira regra: ir sempre do simples ao complexo. Quarta regra: fazer tantas recontagens para termos a certeza de que não esquecemos nada. Nós ficamos com a segunda regra, a do reducionismo. Não temos dúvida, queremos ter certeza, não fazemos recontagem, porque achamos que o resultado obtido na primeira investida nos aproxima da verdade, e nos esquecemos de voltar para o complexo. A complexidade ficou no esquecimento, e foi reintroduzida agora, há pouco tempo, por Edgar Morin. Então, se tivéssemos seguido o *Discurso do Método*, que é de 1637, quem sabe as nossas Academias fossem diferentes, não estaríamos nessa situação de um reducionismo disciplinar que nos tira a visão do todo. E muitas vezes falamos em multi, pluri ou interdisciplinaridade, mas isso não basta, temos que ir além, para uma visão transdisciplinar, o que significa compartilhamento de marco epistêmico, porque não adianta juntar muitas disciplinas se cada um não abre mão do seu arsenal metodológico, da sua visão de mundo, da forma de tratar determinada situação. Quando existe compartilhamento de um mesmo marco epistêmico, bem aí se reformula um método, reformula-se a estratégia, e passa-se para uma visão mais abrangente e mais complexa, mais sistêmica. Mas ainda não basta a questão da transdisciplinaridade, um grande obstáculo que temos, e aí podemos recorrer a Gaston Bachelard, são os obstáculos epistemológicos. Como vamos interpretar os

conhecimentos socialmente produzidos ao longo da história se fomos formados numa compreensão de que a Academia tem o monopólio do conhecimento válido, que basta aplicar bem o teste estatístico, um método de pesquisa ou um roteiro de investigação e que isso nos aproxima da verdade? Se formos a algum lugar que sirva comidas, um bar, por exemplo, vamos encontrar quatro ou cinco formas de preparar azeitonas, três ou quatro tipos de embutidos, mais alguns tipos de carnes e queijos, alguma bebida, uma cerveja ou um vinho, uma série de coisas que fazem parte da cultura e da felicidade das pessoas. Nenhum dos produtos citados tem a chancela da Embrapa ou de uma universidade na sua descoberta, e eles estão aí, o pão, o azeite, o vinho, a cerveja. As formas de conservação de alimentos foram geradas por acúmulo de conhecimento ao longo de 10 mil ou 15 mil anos de história e nós, formados numa Academia que tem 400 anos de história, pretendemos ou queremos admitir que só o que fazemos é o que tem validade, que esses conhecimentos que estão para além da Academia não têm validade. Como é que vamos desconstruir o pensamento de um pensador, de um pesquisador, que foi formado numa tradição para que ele compreenda que aquilo que foi produzido fora do roteiro da ciência também é relevante para a ciência? Muitos ficam presos na zona do conforto, no laboratório, na área experimental, não conseguem superar esse obstáculo (epistemológico) de compreender que o que é produzido fora da ciência com outro método, por ensaio e erro, alguma outra forma de experimentação, de vivência, de saber fazer naquele lugar é também uma forma de produção de conhecimento que tem a sua validade. Se a gente consegue enxergar isso, as nossas complexidades começam a diminuir, fica mais fácil entender, compreender que vamos trabalhar com os agricultores, não para os agricultores, estar juntos, estar lá com eles, interpretando e sabendo o que eles fazem. Aí vamos conseguir articular um terceiro nível de conhecimento que não é o conhecimento acadêmico puro e simples e que não é a sabedoria popular pura e simples, é a

formulação de um terceiro nível de conhecimento mais complexo que incorpora ciência e sabedoria.

Sobre os especialistas: para trabalhar em determinada situação, necessitamos do apoio da microbiologia, por exemplo, de bons laboratórios, de microscópios para compreender a ciclagem dos nutrientes, da natureza, para compreender determinadas coisas. No campo da Biologia, da Fisiologia, entre tantos, é necessário o conhecimento dos especialistas. Não estou atirando fora a criança com a água do banho, faço uma crítica à Academia, mas estou dizendo que necessitamos dela e que também necessitamos da Academia para que ela se democratize e incorpore essas outras formas de conhecimento. E incorporar não para subordinar, não pra filtrar de acordo com seu interesse, é incorporar de forma não subordinada, porque toda prática pode ser reflexionada criticamente e toda teoria pode ser disponibilizada democraticamente. Penso que quando conseguirmos essa convergência, estaremos nos aproximando da construção do conhecimento agroecológico. Este é um debate que vem sendo feito há muitos anos e que nasce de alguns acadêmicos. Cito três que são referência em tudo que é trabalho acadêmico sobre Agroecologia: Miguel Altieri, Stephen Gliessman e Eduardo Sevilla Guzmán. Altieri, um entomólogo chileno que trabalhava com controle biológico e começa a aplicar alguns conceitos da Biologia e da Ecologia para a agricultura. Gliessman, um americano que foi trabalhar no México vendo manejo dos agroecossistemas pelos agricultores familiares de origem indígena mexicana. E Sevilla Guzmán, um agrônomo espanhol que foi estudar Sociologia na Inglaterra e fez uma imersão profunda na Sociologia agrária, com ênfase no que denomina *neonaorodnismo* “como proposta de síntese teórica de marcos teóricos anteriores” para fundamentar sua opção pela Agroecologia. Então, na origem, um autor enfoca a Agroecologia no campo do movimento social, outro no campo das práticas agrícolas e o outro no manejo de agroecossistemas. Mas todos eles referenciam a necessidade

de dialogar com os conhecimentos indígenas, com os saberes populares, com outras formas de produção do conhecimento.

Quando começamos a trabalhar com Agroecologia na Embrapa, organizamos um projeto de pesquisa que se chama “Transição Agroecológica”, tínhamos clareza de que não vamos sair de uma coisa para outra num corte, não existe essa passagem sem uma fase de transição, por isso o nome do projeto. Depois de quatro anos de pesquisa e de avaliação, estamos projetando iniciar uma nova fase em 2013. Quando começamos, a primeira coisa de que nos demos conta é que não podíamos trabalhar com Agroecologia a partir de uma visão “*embrapocêntrica*”, já que a sociedade vem fazendo isso há 30 anos. E com as organizações sociais, com capilaridade. Partimos para a sistematização de experiências e apareceram 150 experiências no País que se candidataram à sistematização, produzidas por agricultores e por técnicos de ou que trabalham com organizações sociais. Foram selecionadas 72 experiências, algumas das quais apresentadas no Congresso Brasileiro de Agroecologia de 2009. Então qual foi o mote pra esse processo? Foi aprender com, não vamos fazer algo a partir da nossa visão acadêmica, talvez uma visão muito disciplinar. Nós, agrônomos (mas não só os agrônomos) pretendemos ser inter ou transdisciplinares. O professor Mânlio, ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma vez disse que nós, agrônomos, queremos ser inter ou transdisciplinares, mas não gostamos de sociólogos, desconhecemos a existência de antropólogos e nos sentimos mal na presença de filósofos, porque eles pensam. Então essa é a nossa interdisciplinaridade, é preciso fazer um *mea culpa*, porque ninguém é perfeito. Então penso que muitas coisas que aqui foram colocadas passam um pouco pela questão da interdisciplinaridade, da transdisciplinaridade, essa contradição do lócus da produção do conhecimento, essa dicotomia que existe, que é verdadeira, e que nós temos que lutar para rompê-la. A questão da construção conceitual da Agroecologia, como um conceito

multidimensional, como disse antes, uma dimensão epistemológica, que é a teoria do conhecimento, uma dimensão sociológica, que é para que público, para quem nós estamos fazendo, como vamos fazer, por que vamos fazer, para que vamos fazer, tem toda uma inspiração transformadora. Outra coisa que já comentei aqui foi relacionado a desenvolver todo o processo em parceria e diálogo com os movimentos sociais. Temos nos articulado com a ANA, que é a Articulação Nacional em Agroecologia, com a própria ABA (Associação Brasileira de Agroecologia), que representa o movimento no meio acadêmico, e nós da Embrapa. A Embrapa neste caso está na posição de “minorias”. Como nossa colega falou: “vocês ainda são minorias”, somos sim, mas somos muito valentes. Tenho um amigo mexicano, Jaime Moralez, que dizia o seguinte: quando nós começamos a trabalhar com isso, dizíamos que éramos uns poucos loucos, e não é que não sejamos loucos, mas é que agora já não somos tão poucos.

Conhecimento acadêmico e diálogo com as ações de políticas públicas de Segurança Alimentar Nutricional

Renato Maluf

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (Ceresan)

Resumo:

O conceito de Segurança Alimentar Nutricional precisa de muito fôlego teórico para ser compreendido como objetivo de política pública. São várias as teorias, campos teóricos ou campos disciplinares que podem ser mobilizados na pesquisa de SAN.

Abordar esse tema a partir da perspectiva da condição alimentar e nutricional de indivíduos e grupos sociais e explicitar as múltiplas dimensões e determinantes seria tornar a Segurança Alimentar Nutricional como objetivo de políticas públicas formuladas à luz de dois princípios: a Soberania e o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Quanto aos elementos que compõem o contexto brasileiro atual, há que se considerar que, de um lado, há uma crise do sistema alimentar mundial, e não uma mera crise conjuntural, além de o País conviver com a confluência de mais três crises: a econômica, a ambiental e a energética. São crises com temporalidade distintas, sistêmicas e interligadas e que não admitem respostas que não considerem essa articulação.

Esse contexto crítico permite pensar em, pelo menos, quatro eixos de investigação, a saber: (1) a análise das dinâmicas presentes no sistema alimentar mundial e no Brasil, que é um país heterogêneo com distintas inserções e até contradições

entre elas; a estruturação do sistema alimentar mundial e as suas principais dinâmicas, que estão sob o controle hegemônico de um reduzido número de corporações, em que a lógica privada prevalece. O Brasil é um país que respeita a igualdade social, a Segurança Alimentar, é um grande exportador, e usa (e abusa) de transgênicos e de agrotóxicos. Incide no mercado internacional dessa forma.

O segundo eixo (2) como perspectivas futuras e respostas possíveis, alertando para o cuidado que se deve ter para não cair nas armadilhas dos neomalthusianos, que andam de mãos dadas com os tecnicistas. Um desafio que está posto em vários campos. É necessário modelar as alternativas.

O terceiro eixo (3), a persistência da fome, elencando as relações entre fome e desnutrição, condição alimentar nutricional e pobreza e desigualdade.

Finalmente, o quarto eixo (4) de investigação refere-se à capacidade de reunir as dimensões envolvidas: economia, sociedade, saúde, ambiente e cultura. A possibilidade da intersectorialidade se defronta com dois desafios que dizem respeito à natureza do Estado e sua organização.

A experiência tem mostrado que, embora a demanda originária da sociedade nem sempre seja intersectorial, este é um princípio que se desenvolve no Estado. A pesquisa cumpre um papel fundamental na direção da diminuição de fronteiras e na valorização de outras formas de geração de conhecimento. No que se refere às pesquisas em SAN, esta é, possivelmente, uma das principais contribuições, embora ainda seja necessário avançar para a integração entre pesquisa e a gestão governamental. Assim, cabe a reflexão de como se negociar a demanda governamental com a demanda acadêmica e o que se faz com a pesquisa.

Diálogo com os participantes:

Sobre a questão dos interesses, esse é um tema que Luciene Burlandy conhece bastante. Vou acrescentar uma questão que ela também trabalha bem, mas não mencionou, que é o desdobramento importante da questão dos interesses no tema da representação. Como que a capacidade de contemplar a diversidade, porque interesse tem a ver com diversidade, de expectativas e interesses se vê limitada por questões de representação, da capacidade de se representar e de se fazer representar, de se fazer ouvir. Não tenho nada a acrescentar sobre a questão da extensão universitária no que se refere a sua desvalorização. Nosso campo temático favorece bastante a junção pesquisa e extensão de várias maneiras.

- Sobre a construção brasileira da SAN, ela chegou a ser criticada com o uso da referência da Soberania Alimentar para negar a construção da Segurança Alimentar e Nutricional. Tem toda uma questão aí, até cronológica, se quiser, que eu não vou entrar, mas quase que se armou um conflito entre as duas noções. E como nessa trajetória nós também incorporamos a referência do direito humano, a trajetória da SAN no Brasil, anterior ou no mínimo contemporânea à emergência do conceito de Soberania Alimentar, nos final dos anos 1980, teve que se defrontar com o debate sobre soberania e direito, as duas incorporações novas que foram feitas. O que apresentei foi a maneira como eu junto as três referências. É difícil lidar com SAN sem associá-la diretamente a um estado, a uma dada condição: estar em Segurança Alimentar é estar numa certa condição, com vários determinantes, é certo. Já Soberania Alimentar é outra coisa. Além disso, sei que isso é bastante polêmico, mas não creio que se possa formular uma política de Soberania Alimentar, mas sim formular políticas orientadas pelo princípio da Soberania Alimentar. Soberania alimentar não se materializa num indicador, por exemplo, há soberania quando se produz xis por cento do que se come, usando ao menos xis por cento de métodos agroecológicos, se houver xis por cento de diversidade cultural na

dieta etc. Você não mensura a Soberania Alimentar, nem por isso ela tem menos fôlego teórico ou alcance que a SAN, talvez seja o contrário. Uma questão a se enfrentar é a tradição de pensar soberania em termos nacionais, a soberania nacional, quando a Soberania Alimentar não é necessariamente uma referência definida em termos nacionais, embora essa dimensão seja muito forte no discurso político. Além disso, ela é uma noção relacional, isto é, só existe soberania em relação ao outro, havendo ainda o risco de a soberania ser usada num sentido que compromete a soberania do outro. O campo alimentar é fértil nessas ocorrências.

Concordo com o que foi dito, que há narrativas que ganham, em determinados contextos, mais proeminência carregando consigo as demais ou, eventualmente, obscurecendo as outras. Um caso pode vir a ser o debate e a crítica ao modelo agrícola da monocultura com intensa mecanização e uso de agrotóxicos. Parece-me mais possível o êxito dessa crítica pelo lado da saúde em relação à crítica ambiental, isto é, pelo danos desse modelo à saúde humana, navegando na onda da narrativa da obesidade, do veneno, do bem-estar. Pode ser uma narrativa que empurra a outra, então você tem as duas coisas, as narrativas que obscurecem e as narrativas que fortalecem.

Vou escolher algumas questões e também fazer relações entre elas. Estou inteiramente de acordo sobre o desafio de mostrar para a sociedade, traduzir, sobretudo porque não é uma formulação fácil de engolir mesmo; Segurança Alimentar e Nutricional é uma palavra pesada, e você tem que dar a ela um hipersignificado. Eu vou acrescentar duas outras coisas. Primeiro, é preciso convencer a sociedade de que Segurança Alimentar e Nutricional diz respeito a todos os membros da sociedade, e não apenas aos pobres e famintos. Segundo, a respeito da educação, não temos tido muito êxito em incidir na educação, pois o MEC parece entender que nossa temática se limita à alimentação escolar, o que é um erro, por mais importante que a alimentação escolar seja. Incidir nos parâmetros curriculares e nos conteúdos é crucial nessa trajetória.

O anterior guarda relação com o que foi dito sobre não estarmos discutindo apenas Segurança Alimentar, mas também as próprias universidades. A aparência de feudo e a pequena relação com o movimento social são questões postas para as universidades que têm razões boas e nem tão boas, quase sempre nem tão boas, para parecerem com um corpo fechado, muito pouco permeável. O tipo de enfoque que queremos dar para as nossas pesquisas coloca em questão a impermeabilidade da universidade, mais que isso, um dos desdobramentos das pesquisas nessa área deveria ser questionar a relativa impermeabilidade da universidade. Agora, tem também o outro lado, porque não é só a gente buscar os movimentos sociais. É preciso também perguntar o que os movimentos sociais acham do saber, do conhecimento organizado e sistematizado. Essa relação nem sempre é óbvia, ela é uma construção que tem que ser feita.

Não sou muito otimista sobre as institucionalidades, e quero insistir na analogia entre interdisciplinaridade e intersetorialidade, num aspecto que não mencionei na minha apresentação. A analogia tem, claro, uma expressão na institucionalidade, quando se coteja a organização setorial do governo com a organização departamental da universidade. Sem ir muito longe com a analogia, pode-se imaginar uma universidade menos setorializada assim como se demanda por espaços intersetoriais nos governos. O retorno das faculdades ou a proliferação dos núcleos de pesquisa pode contribuir para “desdepartamentalizar” a universidade. Parece-me que as nossas próprias trajetórias também vão nessa direção. Valeria a pena a gente refletir sobre o que andamos fazendo com as nossas disciplinas de origem. Eu, por exemplo, considero-me, cada vez menos, economista, se é que fui economista algum dia, sem com isso dizer que não tenho vícios de economista ou do raciocínio econômico. Porém, atrai-me a tentativa permanente de transgredir, de ultrapassar esses limites disciplinares, mesmo sabendo que eles são fortes. Coisa parecida se passa no governo. É muito difícil imaginar uma institucionalidade distinta, por exemplo,

que reflita uma concepção mais sistêmica. A única vez em que participei de um esforço nessa direção, a convite da Prefeitura do Rio de Janeiro interessada em montar um sistema de Segurança Alimentar ao lado de outros sistemas na administração municipal, o trabalho (interessante) resultou em nada. A propósito, notem que a intersetorialidade por nós reivindicada, que alguns chamam de transversalidade, aplica-se a muitos outros campos. O campo ambiental pode reivindicar a *transversalidade* tanto ou mais que o alimentar. Por algumas razões que valeria a pena até refletir, a SAN ganhou alguma notoriedade no Brasil, mas, de fato, levar adiante esse enfoque demandaria repensar a maneira de organizar o Estado. Eu não sou muito otimista nisso não, ainda que eu veja algumas possibilidades nesses espaços públicos.

Concordo que a iniciativa iniciada com este Seminário acarretará dois movimentos, com importante papel para o Consea em ambos. Um deles é atender a uma necessidade forte de interlocução entre pesquisadores que lidam com SAN com seus diferentes chapéus e vínculos. Ao mesmo tempo, teremos que incidir nas outras redes mencionadas. Contudo, não podemos subestimar a necessidade de uma articulação, com o perdão da péssima palavra, *intracorporis*, porque essa é uma área que precisa, até mesmo para ser reconhecida e legitimada como tal.

Pegando carona na associação com cidadania feita pelo Prof. Malaquias, em texto escrito por Marília Leão e por mim sobre a construção social da SAN no Brasil, afirmamos que a emergência desse nosso tema e desse nosso campo é um dos frutos da redemocratização do Brasil. Então, essa associação com cidadania, na verdade, ajuda a nos explicar como movimento social. Além disso, veremos no Seminário que aumentou muito a produção de trabalhos acadêmicos usando essas referências num interessante movimento em que um tema entra na universidade “de fora para dentro”. Quer dizer, trata-se de um movimento social que se

construiu na redemocratização do País, com forte conotação de cidadania e que vai para dentro da universidade. Não é o único, haverá outros, é certo, como ocorre com boa parte dos temas os quais a universidade se dedica a pesquisar. Vale a pena ter em mente e extrair desdobramentos da perspectiva que está na história dessa abordagem e dá o tom indissociavelmente ligado com democracia, direito e cidadania. Vale muito aqui a referência já feita ao nosso Josué de Castro.

Mesa 2: “O estado da arte e as demandas brasileiras de pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional”

Moderadora: Ana Segall

Professora Associada do Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva/FCM/Unicamp

A Política e o Plano Nacional de SAN: desafios para o conhecimento e o monitoramento dos programas públicos

Maya Takagi

Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Representante da Câmara Interministerial de SAN

Resumo:

1. Foram apresentadas as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com as principais ações identificadas em cada diretriz, e os desafios para a sua implementação, buscando aproximar a atual Agenda da Política e do Plano de SAN à construção de uma Agenda de Pesquisa nesta área.
2. Consolidação da intersetorialidade e da participação social na implementação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).
3. Erradicação da extrema pobreza e da Insegurança Alimentar.
4. Reversão das tendências de aumento das taxas de excesso de peso e obesidade.

5. Ampliação da atuação do Estado na promoção da produção familiar agroecológica e sustentável de alimentos e de valorização e proteção da agrobiodiversidade.
6. Consolidação das políticas de acesso à terra, a reforma agrária e o processo de reconhecimento, demarcação, regularização e desintrusão de terras/territórios indígenas e quilombolas e de demais povos e comunidades tradicionais.
7. Instituição e implementação de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar de modo a promover o acesso regular e permanente.
8. Ampliação do mercado institucional de alimentos para a agricultura familiar, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.
9. Ampliação do acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente para a produção de alimentos.
10. Enfrentamento das desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero, das condições de saúde, alimentação e nutrição, e de acesso às políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Fortalecimento das relações internacionais brasileiras, na defesa dos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Soberania Alimentar.

Os principais desafios colocados para o Sisan foram o fortalecimento da Caisan enquanto espaço efetivo de elaboração e coordenação intersetorial da Política de SAN; o monitoramento do Plansan, por sua considerável amplitude e característica intersetorial; consolidação da concepção e da forma de funcionamento e implementação do Sisan nos estados e municípios (com todos os seus componentes,

incluindo a participação social); capacitação, mobilização e divulgação.

- Para finalizar, foi discutida a construção da Agenda de Pesquisa, com a proposta de que esta contemple as seguintes linhas:
- Análise dos determinantes da Insegurança Alimentar e Nutricional.
- Avaliação de políticas públicas existentes – desenho, efetividade, processos de implantação.
- Avaliação das lacunas nas políticas públicas.

Monitoramento dos resultados das políticas.

Diálogo com os participantes:

Uma das formas de dar visibilidade é ter espaços de articulação ensino/pesquisa/extensão com financiamento do governo. É por isso que a gente trouxe o debate do Centro Vocacional Tecnológico (CVT), porque a gente, da parte do Governo Federal, sentia falta de qualificar esses equipamentos. A gente repassa recursos para os municípios construírem, mas a gente não repassa para manter e a gente também não está lá na ponta para ver se está sendo ofertado com qualidade. E também pode incentivar que ele sirva como espaço de formação e qualificação de estudantes da área de alimentação, da área de nutrição, da área de administração, enfim, tem um leque de oportunidades para servir como espaço também de articulação ensino/pesquisa/extensão. Não acho que a gente tem que monopolizar o debate porque nós estamos aqui falando do nível mais geral de como fazer, articular uma rede de pesquisa em Segurança Alimentar.

Eu vou só pincelar, porque eu acho que quem está na Academia pode dizer mais, como propor a criação de mecanismos permanentes de articulação, por exemplo, uma associação ou uma rede, podendo criar uma rede de pesquisa. Eu acho que o leque realmente é grande, certamente maior do que a pesquisa que a Daniela Frozi conseguiu identificar até o momento. Deve ter muita pesquisa no leque de políticas que a gente falou, que não aparece como tal, sejam atividades de pesquisa, sejam teses, dissertações de mestrado e doutorado. Então, identificar é a primeira coisa e depois criar um espaço, uma institucionalidade de articulação. É importante também criar espaços como esse, mais regulares talvez, de diálogo entre as políticas públicas, gestores de políticas públicas e Academia e sociedade civil, que não aconteçam a cada quatro anos, podendo ser com uma regularidade menor. A gente participa de alguns congressos, tem o Congresso de Nutrição, tem o Congresso Brasileiro de Nutrição (Conbran), a Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober),

mas, de fato, não há um congresso, um espaço que congregue a SAN enquanto campo de pesquisa.

Em relação à água, professor Malaquias, é uma meta; não é ainda um resultado, mas é uma meta que a gente está perseguindo cotidianamente. A meta está associada, de fato, à universalização do acesso à água no semiárido, num curto prazo, por meio da captação de água da chuva – as cisternas – que é um meio já consolidado, avaliado, premiado inúmeras vezes como uma forma apropriada de garantir o acesso à água por meio de uma tecnologia social barata, de baixo custo. Sabemos que não é suficiente nos casos de seca prolongada, mas mesmo no caso dessa seca, ter a cisterna ajuda a que o carro-pipa coloque água, mas tem que ser uma água de qualidade e também não pode ter uso político. Tem os outros fatores associados ao fornecimento da água no semiárido, que são esses fatores do poder político, da perenidade do direito, esse é um tema importante – como as famílias estão acessando esse direito, como a gente está abordando o tema do acesso à água sob a ótica do direito – isso eu acho que é além da oferta da água, não pode ser uma oferta desprovida desses conceitos. Mas a meta, de fato, é universalizar as cisternas para todas as famílias no meio rural, isoladas, até 2014, e isso a gente tem perseguido cotidianamente. Já triplicamos, na verdade, a média anual de construção de cisternas a partir de 2003 que foi quando o governo começou a apoiar, por meio da sociedade civil, a construção dessa tecnologia social. Em relação às trezentas, quatrocentas metas, concordo plenamente com o senhor, aliás, é o nosso maior problema. Eu não coloquei antes essa observação, mas a maior dificuldade foi elencar os dez desafios. A tendência é sempre colocar mais um, mais um e virar 20, só nos desafios. Na questão das metas, é a mesma coisa, você trabalha no sentido de priorizar, no sentido de enxugar, foi um esforço sobre-humano. No PPA, foi criada a figura do objetivo, eliminou-se a figura do programa e resultou em menos objetivos, mas, ainda assim, cada objetivo se desdobra em várias metas e

são metas que, de fato, variam entre metas grandes, como essa, de acesso à água, até metas de capacitação e formação que são importantes, mas são muito fragmentadas. Eu acho que fazer esta discussão é um desafio que a gente tem para o monitoramento do Plano. O próximo ano é o prazo para a revisão do Plano e a gente tem que fazer, de fato, essa discussão. Agora, priorizar é muito difícil, não é difícil só para o governo, é difícil também na discussão com a sociedade, pois a tendência é abraçar as várias abordagens. A tendência é de ampliar e não de restringir. Acho que há um avanço, mas ainda tem um desafio enorme aí para a gente alcançar. Eu quero agradecer e espero estar aqui amanhã para o encerramento. Obrigada.

A Agenda de Pesquisa em SAN: as conferências nacionais de SAN

Elaine Pasquim

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)/
Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
(Secis)/ Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento
da Segurança Alimentar e Nutricional (CGSA)

Resumo:

Apresentou-se o processo de construção da Agenda de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional. Iniciou-se com um breve histórico a partir de 2003, com o aumento de instrumentos legais e institucionais em Segurança Alimentar e Nutricional, coincidindo com o aumento de editais e levantamentos nessa temática. Na 4ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, na Oficina sobre Ciência e Tecnologia em SAN, os participantes propõem a criação do GT Pesquisa no Consea, que objetiva discutir a demanda da SAN para a Ciência e Tecnologia. Envolvendo:

- Desenvolver um processo de definição de uma Agenda de Pesquisa em SAN.
- Articular e trocar experiências entre grupos de pesquisa.
- Gerar evidências para incidir na política pública.
- Qualificar/formar diferentes profissionais em SAN.

A metodologia pensada para construção de uma Agenda de Pesquisa constituiu-se em:

1º passo: Resgatar demandas prévias de Pesquisa em SAN em Conferências Nacionais – I CNSA (Brasília, 1994); II CNSAN (Pernambuco, 2004); III CNSAN (Ceará, 2007); Prioridade em Saúde – Decit/MS (Brasília, 2003); 4ª CNSAN (Bahia, 2011).

1. Contribuição das Conferências Nacionais:

- Conferências retratam o conhecimento disponível à época e a evolução de evidências.
- Demandas submetidas à plenária conforme necessidades identificadas por governo, sociedade civil e comunidade científica ao longo dos anos.
- Com base nas demandas dos Relatórios Finais – identificadas demandas e adaptadas em linhas de pesquisa.

2º passo: Organização das linhas de pesquisa em temas.

- 1.** Orientada com base na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).
- 2.** Referencial teórico/princípios para discussão das linhas de pesquisa (Losan e PNSAN):
 - Soberania alimentar.
 - SAN.
 - DHAA (Direito Humano à Alimentação Adequada).
 - Participação social.
 - Intersetorialidade.
- 3.** Eixos da PNSAN – agrupados em cinco temas de pesquisa.
- 4.** Temas – reuniram as linhas de pesquisa das Conferências.
- 5.** Linhas – podem contemplar quaisquer etapas de conhecimento (da pesquisa básica à aplicada), sem restrições quanto às áreas de conhecimento envolvidas.

3º passo: Discussão no Seminário de Pesquisa em SAN (2012).

1. Complementações/adequações/etc. a partir das listagens de linhas de pesquisa separadas por temas.

4º passo: Consulta Pública (realizada após o Seminário).

1. Contribuições sistematizadas e incorporadas ao texto da Agenda.

Em uma visão geral quanto às linhas de Pesquisa em SAN nas Conferências, percebe-se que:

- Ao se analisar as demandas de Ensino, Pesquisa e Extensão, a maior ênfase estava em propostas de pesquisas, envolvendo temáticas diversas.
- Divulgação de informações aparece como preocupação constante.
- Há temáticas que, apesar de serem demandas das Conferências, não se configuraram como propostas de linhas de pesquisa, mas como gestão da pesquisa.
- As linhas de pesquisa mais frequentes nas Conferências analisadas são:
 - Programas/ políticas públicas;
 - Consumo alimentar;
 - Cadeia agropecuária (produção, abastecimento).
- Grandes linhas consolidadas na temática de SAN.
- Envolvem várias áreas de conhecimento.

A evolução da demanda por conhecimento em SAN pode ser percebida nas demandas de pesquisa apresentadas em cada Conferência como segue:

- Agricultura urbana/periurbana: a partir da 2ª CNSAN (Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional).

- Produção agroecológica/orgânica: a partir da 2ª CNSAN.
- Transgênicos/biossegurança/produção sem agrotóxicos: a partir da 2ª CNSAN.
- Acesso à água: na 4ª CNSAN.
- Alimento seguro e nutricionalmente adequado na produção: 2ª CNSAN.
- Educação alimentar e nutricional: na 3ª CNSAN.
- Sobrepeso e obesidade: apenas na Conferência do Decit/MS.
- Participação social: na 2ª CNSAN.
- Direitos Humanos: indicador de política pública na 4ª CNSAN.
- Volatilidade de preços: na 4ª CNSAN.
- Cultura alimentar/patrimônio: desde a 1ª CNSAN.
- Povos e comunidades tradicionais: a partir da 2ª CNSAN.
- Gênero: na 3ª CNSAN.

Por fim, entende-se que a discussão da Pesquisa em SAN no âmbito do Consea possibilita identificar necessidades para a área de SAN, atualizando, complementando, identificando lacunas nas linhas de pesquisa das Conferências conforme o contexto atual. E, ainda:

- Aprimorar e redirecionar as políticas públicas.
- Formular estratégias para a garantia da SAN e do DHAA.
- Contribuir para a produção de soluções (sendo que a pesquisa não é única neste papel).
- Reafirmar a corresponsabilidade entre atores.

Diálogo com os participantes:

O Centro Vocacional Tecnológico (CVT) é uma unidade de extensão em que se pretende apoiar por meio de Instituições de Ensino Superior, mas também com institutos de educação profissional e institutos de ciência e tecnologia. É uma iniciativa que começou no MCTI em 2003, associada ao deputado Ariosto Holanda. Porém, conforme lembra o próprio Ariosto, quem propôs inicialmente foi o Betinho na Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria pela Vida, em 1994. Assim, a proposta começou pensando a questão da fome e da miséria.

Em relação à possibilidade de parceria com a sociedade civil, na verdade, ela não está excluída, ao contrário. Apenas se pretende que os Centros Vocacionais Tecnológicos estejam vinculados a uma instituição de educação, até para garantir mais sustentabilidade aos projetos, além de ser fundamental para o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação a questão da formação. Ainda é, de fato, uma dificuldade nas instituições de educação valorizar a produção do pesquisador em projetos de extensão. Mas esta é mais uma iniciativa, assim como outras, para estimular a necessidade de construir e fortalecer a extensão. Isso vai aparecendo ao longo do tempo. O próprio CNPq não tinha bolsas de extensão, as bolsas de extensão apareceram há pouco tempo com uma demanda tanto de dentro do Ministério do Trabalho, Ciência e Tecnologia e Inovação quanto das próprias universidades. A demanda vai se configurando nas políticas públicas e nos fortalecendo. E a mesma ideia para o financiamento, assim como o financiamento é um dificultador para o pesquisador.

Em relação à questão de valoração entre as linhas de pesquisa apresentadas, as demandas das Conferências não são voltadas para discutir linhas de pesquisa. Portanto, realmente existem fragilidades das demandas das Conferências, como a questão da análise de hábitos, práticas e cultura alimentar. Então, esse é o objetivo de se haver reunido pesquisadores da área para fortalecer, incluir, rever, alterar, modificar e reforçar essas linhas que se consideram importantes, esse é nosso papel aqui.

Mapeamento das pesquisas em SAN (editais, grupos de pesquisas, banco de teses)

Daniela Frozi

Pesquisadora (Ceresan/UFRRJ/UFF/
Ibase; Nutes/UFRJ; Palin/Fiocruz)

Resumo:

Inicialmente foram abordadas as características da Pesquisa em SAN, considerando que sua abordagem é multidimensional e intersetorial e saindo de uma perspectiva de hiperespecialização do saber para a integração dos saberes (transdisciplinaridade). Nesse mapeamento, foi valorizada a construção do pensamento complexo, considerando o “novo” como possibilidade de conhecimento inovador na ciência dentro do contexto da democracia dado por tecnologias sociais e pelos métodos de pesquisa participativa. Procurou-se aliar a convergência do conhecimento de grupos de Pesquisa em SAN para realidade da pobreza, Insegurança Alimentar, da fome, das desigualdades étnicas, das desigualdades de gênero, de outras desigualdades persistentes e os novos direitos (pobreza e o neoconstitucionalismo).

Foram apresentados a caracterização da Pesquisa e a de pesquisadores de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Quanto aos temas aglutinadores e grupos de pesquisas do Brasil, foram citados Alimentação Escolar, Política de Alimentação e Nutrição, DHAA, Soberania Alimentar e Agroecologia como os principais.

Nesse contexto, foi apresentada a distribuição temporal de dissertações e teses sobre os temas Segurança Alimentar e Nutricional, Insegurança Alimentar e Nutricional, Agroecologia e Soberania Alimentar, no período de 2000 a 2011, mostrando considerável crescimento no desenvolvimento de pesquisas nesta temática.

Atualmente, existem 613 pesquisadores com doutorado, dos quais 10% aparecem como bolsistas de produtividade do CNPq, sendo 58% destes na região Sudeste; 14,3% no Centro-Oeste; 12,6% na região Nordeste; e 12,5% na região Sul.

Ainda existem diversos desafios da Pesquisa em SAN a serem superados: espaços vazios/lacunas, o princípio da indissociabilidade do ensino/pesquisa/ extensão e a incidência política.

Mesa 3: “Financiamento e a organização da área de pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional”

Moderador: Renato Maluf

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (Ceresan)

Financiamento de pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional

Paulo Sérgio Lacerda Beirão

Diretor de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Resumo:

O papel das agências é induzir e atrair competências no sentido de se envolver com temáticas que são de importância para o País. O CNPq tem a missão de ser uma instituição de reconhecida excelência na promoção da ciência, tecnologia e inovação, com elementos centrais do pleno desenvolvimento da nação brasileira, o que obviamente incorpora Segurança Alimentar Nutricional. Está organizado em diretorias, e tem um papel muito importante em manter e disseminar uma cultura científica em todas as áreas do conhecimento no País. E, para tanto, é importante estimular a formação de recursos humanos, qualificar, manter grupos de pesquisas nas diferentes áreas, além de manter essa competência nacional em todas as áreas do conhecimento.

A atuação do CNPq acontece, principalmente, por meio de editais próprios, universais, e incentivo a jovens pesquisadores e financiamento de bolsas que aportam projetos de iniciativa dos pesquisadores.

Os indicadores mostram o crescimento da capacidade brasileira de produzir conhecimento. A distribuição geográfica no desenvolvimento de pesquisas tem melhorado, bem como a desconcentração da capacidade de os grupos de pesquisas gerarem conhecimento.

Visando atender aos problemas da nação brasileira, quando há necessidade de gerar conhecimento sobre determinado assunto e buscar soluções inovadoras, o CNPq lança chamadas com um enfoque mais direcionado, diferente da chamada universal. Nestes, a iniciativa do projeto do pesquisador e a lógica do julgamento são diferentes, para atrair pesquisadores e unir esforços na solução desses problemas.

Quatro exemplos de chamadas dentro dessa lógica, centrados na questão da Segurança Alimentar e Nutricional, podem ser citados. Em 2003, expandir a produção de crescimento aplicado à Segurança Alimentar, com os temas i) Segurança e Educação Alimentar; e ii) Agregação de valores a produtos agrícolas. Em 2008, projetos multidisciplinares para desenvolvimento de diagnóstico e planejamentos territoriais por meio de ações de extensão universitária, buscando promoção da Segurança Alimentar e desenvolvimento local. Em 2010, houve apoio financeiro a projetos que contribuíssem significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, com possibilidade de ampliar e assegurar o acesso regular, permanente a alimentos de qualidade, com dois temas: i) a Segurança Alimentar e Nutricional; e ii) a cadeia produtiva de alimentos. Outro edital com a Sagi/MDS para selecionar propostas para apoiar estudos e avaliações

de ações vinculadas à política de desenvolvimento social e combate à fome, e avaliação dessas políticas.

Existem vários tipos de indicadores para identificar a indução das agências de financiamento. Uma ferramenta é a Plataforma Lattes, onde existe um banco de dados com dois milhões e duzentos mil currículos de pesquisadores, que vão desde iniciação científica até o pesquisador sênior. Hoje estão disponíveis cerca de 1,8 milhões de currículos, possibilitando um panorama nacional, com mecanismos de busca por perfil, competências.

Outro indicador que também está ligado à Plataforma Lattes é o diretório dos Grupos de Pesquisa. Em 2000 existiam oito grupos de pesquisa, que tinham como tema principal Segurança Alimentar. A partir de 2003, mais do que triplicou e foi crescendo de uma forma extraordinária. No último censo, foram apontados mais de 100 grupos de pesquisas, tendo a SAN como temática principal. Esses resultados mostram o poder de indução da agência e que tem funcionado a política de atrair com chamadas focadas as competências instaladas.

Financiamento e a organização da área de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional

Márcia Motta

Diretora substituta do Departamento de Ciência e Tecnologia, do Ministério da Saúde (Decit/MS)

Resumo:

O Departamento de Ciência e Tecnologia, do Ministério da Saúde, realiza o financiamento de suas pesquisas por meio do CNPq e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agências que permitem a concretização e viabilização das ideias e planejamento de pesquisas. O MDS também tem sido um parceiro importante, que tem experiência com a contratação de grandes projetos.

Fazendo um resgate histórico sobre a inserção do tema da alimentação e nutrição na pauta das pesquisas, remonta-se à Constituição Federal de 1988, que passam a ser desenvolvidas no âmbito do SUS políticas e programas de saúde e nutrição, e uma forte inter-relação entre o Direito à Saúde e o Direito à Alimentação Adequada, creditando às políticas públicas de saúde e nutrição um importante papel na promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Ao reconhecer a importância desse papel, o Ministério da Saúde passa a ter uma área técnica de alimentação e nutrição, dedicando-se mais fortemente ao tema.

O objetivo maior é contribuir para que o desenvolvimento nacional se faça de modo sustentável e com apoio na produção de conhecimentos técnico-científicos ajustados às necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas do País.

O princípio norteador é o mérito técnico-científico, associado à relevância.

Os indicadores de saúde relacionados às áreas de Segurança Alimentar são definidos com a Ripsa, tais como índice prevalência do aleitamento materno, taxa de mortalidade infantil, permanência de alimentos, prevalência alimento seguro e saneamento básico, visando acompanhar, monitorar e avaliar as políticas, as ações e os programas que estão em curso nessa área.

Em 2004, a 2ª Conferência de SAN desdobrou dois importantes documentos: Política Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação e Saúde e a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa de Saúde, confeccionada em uma lógica de 24 subagendas. Mais recentemente, em 2011, extrai-se um novo documento de prioridades nacionais de pesquisa em Saúde, do Ministério da Saúde, das quais a Agenda de Alimentação e Nutrição está muito bem representada.

As prioridades de pesquisa normalmente definidas pelos gestores e pesquisadores da área da saúde são viabilizadas por três modalidades. O fomento nacional, que é o formato clássico, por meio da publicação dos editais do CNPq e da Finep com temas específicos, com concorrência de instituições de todo Brasil, ganhando as melhores propostas.

A primeira modalidade de financiamento tem a peculiaridade de fomentar a desigualdade no campo da ciência e tecnologia, por reforçar os lugares e os pesquisadores que têm mais tradição na pesquisa da saúde. Assim, a outra modalidade de fomento foi definida para minimizar essa discrepância, sendo definido um recurso para cada unidade da Federação, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado e com a Secretaria Estadual de Saúde. O Ministério da Saúde repassa recurso

aos Estados, que, por sua vez, realizam os convênios com as Fundações de Amparo à Pesquisa. Só podem participar do edital instituições pesquisadoras do próprio local.

Uma terceira modalidade é a encomenda direta, na qual as pesquisas são encomendadas diretamente às instituições de reconhecida competência, em situações com características específicas ou de urgência.

Algumas pesquisas financiadas pelo MS, que trouxeram relevantes informações nesta área, podem ser citadas:

- Vigitel: Sistema de Monitoramento de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas Não Transmissíveis, por meio de Inquérito Telefônico.
- PeNSE: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (2009).
- Chamada Neonatal: avaliação da atenção ao pré-natal e aos menores de um ano nas regiões Nordeste e Amazônia Legal (Decit/SCTIES).
- Chamada Nutricional para Crianças Menores de cinco anos - Região Norte (CGAN/SAS/MS).
- Pesquisa Nacional de Prevalência do Aleitamento Materno (ATSCAM/SAS/MS).
- Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) - iniciada em agosto de 2013.

Analisando os projetos financiados pelo Ministério da Saúde no período de 2004 a 2010, obtêm-se os seguintes resultados, segundo a modalidade de financiamento: fomento nacional: 185 projetos; fomento descentralizado (PPSUS): 60 projetos; e contratação direta: três projetos.

Diálogo com os participantes:

O Ministério da Saúde lançou um decreto, uma das mais importantes normas lançadas desde a criação do SUS, que estabelece uma nova lógica de organização dos serviços, não mais respeitando os limites territoriais, mas a competência instalada para prestação de serviços. Além disso, tem o projeto QualiSUS, com o objetivo de qualificar a assistência e as Redes de Atenção à Saúde, que não é fácil de ser implementado. As Secretarias Estaduais têm a responsabilidade de colocar essas Redes em funcionamento, diante da dificuldade foi solicitado apoio pelas Secretarias. A edição do Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (PPSUS) no ano passado foi pensada para dar socorro ao processo de implantação dessas Redes. Trata-se de uma edição atípica, com o enfoque muito mais em política, gestão e programas, do que em temas definidos como prioridade da área da saúde, como era tradicional na história do PPSUS. Tradicionalmente, o Decit não interfere nos editais do PPSUS, porque seria uma ingerência, portanto os estados têm a prerrogativa de definir seus temas.

Para o PPSUS deste ano, o tema central são as Redes de Atenção à Saúde, mas o Estado poderia deliberar sobre mais um tema que lhe fosse prioritário. Em Pernambuco, salvo o engano, também foram escolhidas as doenças negligenciadas, acredito que foi um enfoque em redes e doenças negligenciadas.

Reconheço a ansiedade quando se lança um edital na área de Saúde, para identificar o seu tema. Neste caso, muita gente não enxergou porque era um edital diferente, tinha outro enfoque. O PPSUS é bianual, o edital de 2011 foi um edital com enfoque muito específico, porém lançamos a edição 2012, que será viabilizada em 2013, este ano passamos o recurso ao CNPq, que firmou os convênios com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP). No início do próximo ano, deverão acontecer as oficinas de prioridades da edição de 2012. Certamente, o tema alimentação e nutrição figurará, porque é um tema historicamente contemplado nos editais de Pernambuco.

O Ministério participará auxiliando as FAP e a Secretaria de Saúde, que coordenará o processo. Os pesquisadores e profissionais de saúde de todas as áreas serão convidados para definir as prioridades da chamada. O recurso foi repassado em 2013, chamamos de edição 2012, mas na verdade será viabilizado em 2013.

Considerando que um dos resultados do Seminário é deflagrar o processo de consulta pública para a liberação de uma Agenda de Pesquisa em SAN, a ser futuramente entregue às alas de governo, julgou-se necessário discutir as experiências do Ministério da Saúde no que se refere à elaboração de Agenda de Pesquisas de Saúde. Foi sinalizada uma experiência muito rica e muito difícil. Quando em 2003 foi dada a missão de construir uma Agenda de Prioridade de Pesquisa em Saúde, buscou-se a experiência de outros países, para não “reinventar a roda”, porém descobriu-se que poucos tinham feito uma Agenda de forma participativa e democrática. A Agenda do Brasil acabou sendo cancelada em uma Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, com a participação e colaboração de mais de cinco mil pessoas. A Agenda de Prioridade de Pesquisa é muito mais um documento político do que técnico. Para ser um documento estritamente técnico precisaria espelhar claramente quais são as lacunas de conhecimento ou as prioridades de pesquisas em determinada área, mas se os pesquisadores não se enxergassem e participassem do processo, a Agenda estaria morta. Se não há um consenso político do documento, ele está morto. Naquele momento, foi feita a opção por um modelo de construção de uma Agenda que fosse extremamente participativo, ou seja, que tivesse essa chancela social, que contasse com a participação dos atores que militam na pesquisa em Saúde, de uma maneira geral. Nenhuma experiência no mundo era assim, portanto foi muito difícil encontrar um jeito de fazer isso. Foi um longo processo participativo de discussão, do qual participaram pesquisadores e gestores de áreas das 24 subagendas, dentre as quais o tema da alimentação e nutrição foi mostrado inicialmente.

Foi realizado um Seminário, em 2003, com pesquisadores e gestores, e a esses atores se incorporaram, em 2004, por meio da Conferência, os representantes da sociedade civil organizada. Foi uma Conferência com a participação de usuários, de profissionais da saúde e representantes de outras áreas: Ministério da Saúde (MS), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério da Educação (MEC). A próxima Conferência terá que envolver ainda o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), principalmente pela questão da inovação. Não foi fácil, mas foi muito rico o processo.

Considerando que seja extraído daqui um documento com as prioridades de Pesquisa em SAN, num processo de revisão da Agenda, que possivelmente acontecerá por volta de 2014, quando a Agenda fará 10 anos, esse documento certamente será um subsídio muito importante.

Outro ponto de debate foi sobre contemplar na questão do fomento as pesquisas qualitativas, oriundas da extensão universitária que acontece no âmbito no SUS, e que não tenha as bases estatísticas, quantitativas esperadas, tendo como foco a SAN e o DHAA, considerando que esse problema é vivenciado pela saúde, desde 2003, há dez anos. Na saúde, essa é uma tendência natural dos pesquisadores, de valorizar as pesquisas de cunho quantitativo. As abordagens metodológicas qualitativas ficam extremamente prejudicadas, pois não fazem parte da prática dos principais pesquisadores da saúde. Esse é um problema, porém no âmbito do PPSUS conseguimos de alguma forma minimizá-lo, pois existe uma instância final de avaliação que é o comitê gestor, que olha também para as pesquisas qualitativas, uma vez que alguns dos problemas relacionados à saúde só serão respondidos por pesquisas desse tipo. Nos editais nacionais, não há essa instância, a metodologia de verificação avalia se a pesquisa está enquadrada ou não nos requisitos do edital, e após essa etapa tem a análise do Comitê Avaliador (CA), instância que dará a palavra final. O CNPq deveria

criar uma proposta para dirimir problemas dessa natureza. A partir de agora, nos editais do Ministério da Saúde com o CNPq, uma terceira etapa será a Análise de Relevância Sociossanitária. Este é um ganho, depois de batalharmos alguns anos no CNPq.

A participação das faculdades particulares e dos centros universitários, instituições com fins lucrativos, nos editais como o PPSUS, por exemplo, também foi questionada, solicitando um posicionamento de como o Decit tem discutido e deliberado sobre essa questão. No caso do PPSUS, essa decisão independe da opinião do Ministério, pois as regras são firmadas pelas Fundações de Amparo à Pesquisa. Não há uma regra em nível nacional, existem Fundações no Brasil que passam recursos para universidades privadas, ou seja, para entidades com fins lucrativos, outras não podem, porque tem lei estadual que impede. O edital da Fundação *Gates*, sobre prematuridade, por exemplo, tem uma interface com tema de Alimentação e Nutrição, não será um edital para doutor ou mestre, será um edital para quem vai apresentar solução para problemas, para propostas inovadoras. É fruto de uma parceria do Ministério da Saúde, CNPq, Fundação Bill e Melinda Gates, que estão fazendo um trabalho fantástico no mundo, colocando recursos para a pesquisa em Saúde no mundo. Obrigada.

Financiamento de estudos e projetos em SAN

Maurício França

Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

Resumo:

A Finep é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência da Tecnologia e Inovação (MCTI). É uma “irmã” do CNPq, porém atua mais diretamente com instituições, apoiando CNPJ, e não CPF.

Desde 2003, a Finep considera a temática de Segurança Alimentar e Nutricional como prioritária e a inseriu na política operacional. O investimento brasileiro na área da inovação da ciência e tecnologia conta com investimento público e privado, e tem o desafio de alcançar um maior volume financeiro.

A Finep atua com quatro modalidades básicas de financiamento e apresenta o desafio atual de integrá-las, as quais serão apresentadas tendo em vista a importância de conhecê-las para pensar em uma agenda futura, vislumbrar financiamentos e intensificar os investimentos nessa área.

A primeira modalidade é o financiamento reembolsável, cujo banco da Finep empresta para a empresa e a empresa paga de volta para a Finep o valor principal e os juros. Existe considerável parcela do financiamento para as empresas que atuam hoje no setor da alimentação no País: esforço da BR Foods, da Seara, da Natura, Alimentos do Sistema Agroflorestal. É o apoio direto à empresa e tem investimentos intensivos em capital.

A segunda é o financiamento não reembolsável, destinado às universidades, aos institutos de pesquisas, organizações do terceiro setor e organizações sociais.

A subvenção econômica e a inovação, o terceiro tipo, é uma novidade que veio com a lei da inovação, e permite destinar um recurso não reembolsável para empresa que tem finalidade lucrativa. Somente é utilizado quando existe o elevado risco associado ao desenvolvimento e existe o interesse em fomentar que o pesquisador/empresário desenvolva determinada tecnologia ou, ainda, fortaleça a base científica de determinada tecnologia.

A quarta modalidade é um investimento em capital empreendedor, direcionado às empresas de base tecnológica, geralmente nas mãos de jovens “brilhantes”, com excelentes ideias, que precisam de aporte de capital para colocá-las num produto ou em um serviço inovador.

No campo da Segurança Alimentar e Nutricional, o grande interesse da Finep **é que** projetos colaborem com a sistematização de experiências locais, fazendo a interação com metodologias participativas, que conseguem estruturar um conhecimento que vem de fora do território, porém é apropriado porque está produzindo no território.

Na produção do conhecimento, alguns exemplos podem ser citados: o desenvolvimento da tabela brasileira de composição de alimentos, um projeto estratégico fundamental para o Brasil, e a pesquisa nacional de consumo alimentar e perfil nutricional de escolares, de âmbito nacional, com pesquisadores que participaram diretamente da geração de referência metodológica dessa pesquisa.

Outro projeto também importante, que trata de uma articulação muito intensiva no estado de São Paulo, é a Rede SAN. Uma rede coordenada com mais 28 municípios do estado de São Paulo, cujo compromisso do Poder Executivo municipal é a articulação de uma grande rede que

tem base educacional, visando levar para esses municípios a importância de estruturar processos que funcionem num sistema complexo de Segurança Alimentar e Nutricional.

Estruturar uma cadeia produtiva exige um arranjo complexo que deve estar inserido no território. Para tanto, é necessário considerar inúmeras dimensões do conhecimento e articulação política.

A popularização da ciência e da tecnologia precisa ser feita, e geralmente o é, por especialistas. Porém sem avanço no saber local, fazer isso é muito difícil. Trata-se de um conhecimento que é transdisciplinar. A articulação no território é extremamente rica e as decisões devem ser vistas nesse coletivo.

Na dimensão da estratégia participativa de produção, destaca-se a atuação na economia solidária, com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social, projeto em que o Brasil conseguiu estruturar uma rede de incubadoras de cooperativas populares em 86 universidades brasileiras. Esses equipamentos públicos “incubam” empreendimentos econômicos e solidários que têm a sua base produtiva na autogestão de prestação de serviços.

Financiamento e a organização da área de Pesquisa em SAN: a produção e contribuição da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Paulo Jannuzzi

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Resumo:

O fomento à produção científica se dá de diferentes formas: o fomento à pesquisa básica é feito pelo CNPq, Capes e Finep, e existe o fomento dirigido para o desenvolvimento de pesquisas que respondam as questões específicas que os ministérios necessitam, que é o que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Saúde têm procurado fazer. Esses editais têm preocupações mais específicas, com perguntas que precisam ser respondidas e, eventualmente, existem questões que a comunidade acadêmica não percebeu como relevantes.

Nesse processo, ainda existe um duplo esforço: de os ministérios fomentarem essas pesquisas e de a própria comunidade começar a perceber que essas perguntas são importantes de serem respondidas para o aprimoramento da política pública. Os editais específicos estão sendo desenhados para garantir que de fato se consiga colocar quais são as grandes perguntas.

A Sagi é uma secretaria finalística do MDS, interessada nos detalhes da informação, garantindo a qualidade e a consistência. Em alguns casos, o sigilo da informação é necessário para proteger a instituição. Algumas informações são públicas, outras possuem algum tipo de constrangimento na sua divulgação.

A possibilidade de articular o Datasas (Portal de Dados e Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome) com os dados e produção de outros observatórios que existem no Rio Grande do Sul, na Bahia e em outros estados, interessa-nos ainda ter alguma possibilidade de *links* dentro daquele portal Data Social e nos interessa também conseguir fazer parceria para mapear melhor a produção de conhecimento nas instituições que produzem informação dessa natureza, que pode ser fundamental para os gestores.

A Sagi criou um portal na página eletrônica do MDS, o qual, gradativamente, está incorporando resultados e indicadores de pesquisa, a produção de conhecimento nos diferentes campos de atuação. Esse projeto é um investimento, e é considerado parte importante do esforço de aprimorar programas e ações na área de desenvolvimento social e combate à fome, por meio da disseminação, capacitação e apropriação de conhecimento pelos diferentes níveis de gestores envolvidos.

Se forem somadas todas as rubricas de mais ou menos dez ministérios que atuam na área social, é possível perceber que o Brasil chega aos 25% do PIB em política social. Esse valor é bem maior do que os 18% da média de países latino-americanos, porém está muito aquém dos 33% de países europeus na base, Espanha, Portugal e outros.

Produzir informação e fazer com que esse conhecimento chegue para os técnicos e gestores é muito importante. A chamada popularização da ciência preconiza que a sociedade se aproprie das informações. Para tanto, uma das linhas de trabalho é a capacitação de cursos de extensão. Valorizar esse tipo de esforço de disseminação de conhecimento técnico

nas diferentes regiões pode ser outra forma de mensurar, concretizar e objetivar o esforço que as universidades fazem nesse campo. Confere concretude para um esforço invisível e absolutamente fundamental.

É legítimo que os editais do Poder Executivo tenham preocupações mais específicas, com perguntas que precisam ser respondidas, sem que isso signifique cooptação e sem ferir a autonomia universitária. A produção de conhecimento, de fato, tem que ser livre, tem que ter espaço para criatividade, e é isso a que os editais de universidades se propõem. Porém, uma parte disso tem que ser legitimamente “encomendada”. É necessário, acima de tudo, fortalecer o diálogo, para que a universidade entenda quais são as perguntas que precisam ser respondidas.

No último edital lançado pelo MDS, um dos aspectos citados como muito importante foi a realização de uma oficina no começo do projeto com os gestores, oportunizando contato para explicitar melhor quais são as questões fundamentais a serem respondidas, bem como quais são as bases de dados disponíveis e, ao final do projeto, a apresentação dos resultados e a transferência de conhecimento para a implementação mais direta na política pública.

Representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC)

Representante da Confederação das Fundações Estaduais de Pesquisa (Confap)

A Capes foi convidada, mas informou que devido a um processo de reuniões internas não foi possível mandar um representante. Além da Capes, a Confederação das Fundações Estaduais de Pesquisa (Confap) foi convidada e também não pôde comparecer.

4

DISCUSSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO E PLENÁRIAS

Conforme mencionado, a metodologia de trabalho do Seminário contou com o aprofundamento das discussões propostas nas mesas redondas por meio de trabalhos em grupos. Primeiramente, os grupos apresentaram propostas quanto aos elementos e desafios da Pesquisa em SAN. Em um segundo momento, relataram estratégias e oportunidades quanto à organização dos pesquisadores da área. Por fim, expuseram as discussões sobre as linhas de pesquisa atualmente realizadas e as lacunas frente àquelas sistematizadas das Conferências e exibidas no documento base.

Assim, os cinco grupos analisaram os resultados das Conferências, sugeriram novos temas e atualizaram os temas já propostos, com o auxílio de perguntas norteadoras, organizados da seguinte forma.

1ª Plenária: Elementos e desafios da Pesquisa em SAN

Esta sessão teve o objetivo de discutir o processo de Pesquisa em SAN, conforme as questões norteadoras: quais são os elementos que caracterizam a Pesquisa em SAN? Quais são os desafios de se pesquisar SAN?

2ª Plenária: Oportunidades de colaboração entre pesquisadores

Nesta sessão, foram apresentadas sugestões para ampliar oportunidades de colaboração e organização dos diversos pesquisadores e grupos envolvidos na produção do conhecimento acadêmico em SAN, a partir da questão: quais seriam as sugestões em termos de organização dos pesquisadores e grupos envolvidos na produção do conhecimento acadêmico em SAN?

3ª Plenária: Compreensão da Pesquisa em SAN na perspectiva do passado e do presente

Em uma terceira sessão, os grupos dialogaram a partir de um documento base elaborado a partir das demandas identificadas nos relatórios finais das Conferências Nacionais de Segurança

Alimentar e Nutricional e na Agenda de Prioridades de Pesquisa, publicado pelo Decit/Ministério da Saúde. Os grupos avaliaram se ATUALMENTE as **linhas expostas estão sendo realizadas** e em **qual amplitude, e** puderam também sugerir inclusões e reorganização de itens.

A seguir, estão apresentadas as sistematizações dessa atividade e a síntese das plenárias correspondentes.

1. Desafios para a Agenda de Pesquisa em SAN:

A) Princípios e valores

- Quando feita uma análise dos últimos seis anos, esse momento é como o coroamento de um esforço desses anos na medida em que este é um campo multidisciplinar no qual havia poucos pesquisadores, às vezes pesquisadores de áreas diferentes que não conversavam entre si. Atualmente, há um conjunto de pesquisadores nessa área, com apoio de organismos de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo fundamental o apoio por organismos públicos.
- Refletiu-se sobre a questão da complexidade do tema de SAN como provocador da demanda de novas perguntas, a necessidade de busca de boas perguntas e de novos caminhos para se conseguir as respostas.
- Solicitou-se desdobramento mais aprofundado acerca dos conceitos de Soberania Alimentar e Direito Humano à Alimentação Adequada. Ainda, foi solicitado um auxílio no pensar a respeito das narrativas que cada conceito de Segurança Alimentar e Nutricional traz e acaba excluindo.

- Necessidade de trabalhar os interesses em um conceito no sentido positivo, interesses diferentes entre os vários atores da Segurança Alimentar e Nutricional.
 - Foi ressaltada a importância do tema Segurança Alimentar e Nutricional e sua relação com a interdisciplinaridade e a intersetorialidade, princípios caros, inclusive assegurados na própria legislação sobre a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
 - Ressaltou-se que o que fez a área de SAN crescer foi a interface com as universidades e instituições de pesquisa.
 - Características relatadas: respeito à cultura alimentar; respeito à Soberania Alimentar; Direito Humano à Alimentação Adequada; Direito à informação sobre SAN; multidisciplinaridade/interdisciplinaridade: processo em construção.
 - Reconhecimento da SAN como campo para o desenvolvimento de tecnologias sociais.
- Processo de ação social:
 - Diagnosticar grupos que vivem em Insegurança Alimentar e Nutricional com o ponto de vista local: “Fome para quem a vive e não para quem a mede”.
 - Preocupação com o empoderamento comunitário.
 - Inclusão e participação social.
 - Retorno aos pesquisados.

- Modelo de ação social:
- Deve prever o elemento de Educação Alimentar e Nutricional.
- Sustentabilidade (todos os níveis: social, cultural, econômico).
- Elemento político na medida em que aponta para outro modelo de desenvolvimento.
- Exige a relação estrutura-conjuntura.
- Considera os aspectos éticos.
 - Respeito à diversidade sem perder o objetivo de universalização.
- Campo de Pesquisa:
 - Interdisciplinaridade buscando chegar à transdisciplinaridade.
 - Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
 - Diálogo com parceiros internacionais.
- Complexidade do tema de SAN:
 - Baseada em princípios para dimensões diversas.
 - Referência à Política de SAN.
- Envolvimento do gestor em SAN:
- Pesquisa aplicada.
 - Educação e formação continuada em SAN (Academia e gestão governamental).

- Grupos de pesquisa abordam:
- Todos os aspectos de SAN.
- Temas específicos.
- Várias áreas de conhecimento agregadas.
- Ótica analítica integradora com base em elementos do conceito de SAN, seus princípios e valores.

B) Abordagem metodológica

- Fomentar a participação dos grupos de estudos no campo da Segurança Alimentar e Nutricional nas políticas públicas com desdobramento para a sociedade, inclusive tendo assento no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. Como exemplo foi citado o grupo de pesquisadores do Espírito Santo.
- Selecionar demandas de pesquisa socialmente relevantes com respeito ao conhecimento popular e envolvimento comunitário e inserir o grupo estudado como sujeito da pesquisa.
- Fortalecer a relação ensino/pesquisa/extensão. Esse diálogo com as instituições para além da universidade faz diferença no desenho e nas perguntas de pesquisa, nos conceitos e narrativas. Deve haver um aprofundamento nos debates no que diz respeito a esses temas. Os interesses não são estáticos, por vezes são cristalizados.
- Pautar a SAN na Agenda Nacional.
- Garantir abordagem local/micro (mesmo nos projetos em rede).

- Conciliar os tempos: acadêmico e burocrático/ pesquisa e políticas públicas.
- Aplicar o conhecimento gerado à (re)formulação de políticas públicas.
- Compatibilizar a pesquisa com ações que promovam a sustentabilidade (garantia de acesso à terra + meios de produção = acesso à alimentação).
- Transformar a pesquisa em projetos de intervenção, buscando a vinculação política com os processos e projetos de desenvolvimento social (ex.: território da cidadania).
- Tornar transparentes os resultados de pesquisas contratadas.
- Retornar para a universidade essa discussão sobre pesquisas, de tal modo que os alunos também se apropriem desse conhecimento e permitam avançar nessa direção, uma vez que esse é um tema da atualidade.
- Dar publicidade aos resultados, inclusive aos grupos “objeto” das pesquisas em linguagem de fácil compreensão (como exigência nos editais).
- Disseminar a abrangência do conceito de SAN na sociedade e Academia.
- Agilizar a emissão de autorizações para realização das pesquisas: Funai, Conep, CGEN.
- Realizar mapeamentos (com georreferenciamento) de grupos populacionais específicos para superar

sua invisibilidade.

- Incluir a SAN na formação teórico-metodológica do pesquisador.
- Reconhecer alcance e superar limites dos indicadores – exemplo: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) avalia percepção e acesso –, associando DHAA e Soberania Alimentar.
- Criar novos métodos e indicadores.
- Aprimorar os métodos para mensurar a SAN que envolvam os elementos subjetivos e objetivos.
- Trabalhar a diversidade.
- Promover mudança da postura pessoal dos pesquisadores, considerando a questão da adequação e compreensão da linguagem (do pesquisador com outras áreas e com a comunidade).
- Definir as áreas de conhecimento.
- Considerar as regiões do Brasil.
- Conhecer as especificidades envolvendo o controle social.
- Possibilitar o acesso aos bancos de dados dos Comitês de Ética de pesquisas.
- Fomentar a implantação da SAN em nível de mestrado e doutorado nas IES federais e estaduais.
- Apoiar a ação do pesquisador local cooperado, indígena, quilombola e outros.
- Realizar pesquisas sobre temas e conceitos não consensuais (regulamentação da publicidade de

alimentos, alimentos saudáveis x não saudáveis) baseadas em referenciais técnicos que definam uma alimentação saudável.

C) Intersetorialidade, transdisciplinaridade, interdisciplinaridade e multidisciplinaridade

- Efetivar a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a intersectorialidade.
- Abrir o diálogo das universidades com institutos de pesquisa e com os saberes locais.
- Aproximar o debate de SAN às redes que dialogam com movimentos sociais, buscando integrar o saber popular com o saber científico.
- Internalizar e institucionalizar o conceito de SAN e de Pesquisa em SAN nas ações e políticas dos órgãos públicos.
- Estreitar o diálogo entre as ciências: da saúde, naturais/ambientais, sociais.
- Mapear a complexidade multidisciplinar da SAN.
- Ampliar o reconhecimento do conceito de SAN como ação política, como questão e Agenda de Pesquisa pela comunidade científica e como campo temático dentro da ciência e tecnologia.
- Transmitir os pressupostos teórico-metodológicos interdisciplinares da SAN desde a graduação.
- Revisar as áreas de conhecimento do CNPq para incluir SAN.
- Criar um Plano Nacional de Pesquisa em SAN com ministérios articulados pelo MDS.

- Articular a comunidade acadêmica no campo da SAN para influenciar na definição da Agenda nas agências de fomento nas respectivas esferas.
- Considerar a especificidade da Pesquisa em SAN diante da dinâmica de produção da pesquisa social interdisciplinar e das exigências de produtividade.
- Fomentar a articulação e a multidisciplinaridade entre os pesquisadores, de tal modo que essa área cresça e traga a possibilidade não só de fomentar política pública de qualidade com direcionamento e capacidade de atuar de modo adequado, mas também que contribua para a formação.
- Fomentar a visão de um cientista cidadão para uma ciência cidadã, com o compromisso político com a mudança social, pensando no pesquisador como um agente político.
- Aumentar do intercâmbio interinstitucional nacional e internacional e pesquisas colaborativas.
- Criar programas de pós-graduação voltados aos povos e comunidades tradicionais.
- Promover o rodízio entre pesquisadores-coordenadores e IES.
- Ampliação dos trabalhos multicêntricos nas regiões Norte, Sul e Sudeste, de modo a suprir a carência de pesquisadores.
- Estimular os Conseas estaduais e municipais como lócus de articulação para que as prioridades de

pesquisas sejam pautadas como ações de SAN e como locus de reverberação dos resultados (produtos).

2. Política de fomento à Pesquisa em SAN:

A) Papel dos gestores

- Superar a dificuldade dos gestores de refletirem sobre a prática (sem tempo e espaço).
- Garantir recursos para mapeamento da situação de SAN de povos e comunidades tradicionais em diálogo com o IBGE, para que seja desenvolvida e aplicada metodologia apropriada no próximo Censo Agropecuário.
- Ampliar o financiamento público com alocação de recursos para projetos e pesquisadores/extensionistas da rede de pesquisa e extensão em SAN.

B) Recursos e proposta para editais

- Atrair mais recursos para financiamento.
- Estimular comitês avaliativos interdisciplinares e a autoavaliação para crescimento e fortalecimento.
- Encontrar fontes de financiamento que respeitem a autonomia da pesquisa e do pesquisador.
- Flexibilizar os editais para pesquisas com grupos etnicamente diferenciados, sem perder de vista populações não marcadas por fatores étnicos (ex.: pobres/extremamente pobres em áreas urbanas).
- Adequar os editais de pesquisa à complexidade da SAN.

- Incluir nos editais estímulos às propostas interdisciplinares para formação (mestrado acadêmico e profissional para gestores e doutorado).
- Publicar editais que:
 - Apoiem pesquisas em rede, com participação de grupos emergentes (universidades do interior) em todas as etapas do processo.
 - Apoiem pesquisas etnográficas.
 - Apoiem publicações (livros, coletâneas e suplementos periódicos em SAN).
 - Apoiem a efetivação da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão por meio da valorização de pesquisadores e de pesquisas que atuam com essas dimensões.
 - Considerem a complexidade da SAN.
 - Estimulem propostas interdisciplinares para aproximação de pesquisadores em uma perspectiva transdisciplinar.
 - Abordem os princípios e diretrizes da Política Nacional de SAN.
 - Estimulem/fomentem as ações em parcerias entre instituições acadêmicas, serviços, ONGs, movimentos sociais, entre outros.

3. Criação de Rede de Pesquisa:

A) Articulação

- Criar uma plataforma virtual com garantia de recursos financeiros e humanos para:
 - Socializar/divulgar experiências de pesquisas, metodologias, resultados, bancos de dados.
 - Potencializar os fóruns já existentes (ex.: Fórum Brasileiro de Soberania Alimentar), explorando especificamente a discussão de pesquisas.
 - Conectar pesquisadores.
 - Receber demandas da sociedade.
 - Viabilizar um Repositório Nacional de Pesquisas em SAN: banco de dados do que se pesquisa em SAN.
 - Investir em mídia para divulgar amplamente os resultados das pesquisas e das tecnologias sociais ligadas à área de SAN, inclusive para os atores sociais envolvidos.
 - Apoiar núcleos e fóruns.

B) Apoio à organização dos grupos de pesquisa e pesquisadores

- Formar uma rede entre a Academia, o poder público e a sociedade civil com ampla participação social (discentes, associações, movimentos sociais e gestores).
- Criar o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em SAN (funcionamento de instituições em rede).
- Utilizar a rede digital do MCTI.
- Promover eventos científicos regulares nacionais e regionais com participação social.

- Criar uma associação científica em SAN.
- Fortalecer as revistas acadêmicas em SAN.
- Atribuir à Caisan o espaço de articulação da rede de SAN.

Grupo 1. Segurança Alimentar e Nutricional para povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária

No que concerne à situação atual – presente –, o grupo fez um minucioso levantamento dos estudos e das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas, dentro das linhas sistematizadas no documento base do Seminário.

Em relação ao futuro, foram redigidas as linhas que já tinham sido apresentadas nas Conferências, com a inclusão de alguns tópicos temáticos considerados interessantes, para que passem a constar como linhas de pesquisa. Acesso aos serviços e programas públicos de garantia de direitos, em especial, o direito à terra, políticas públicas e seus efeitos na Segurança Alimentar e Nutricional, mercado de trabalho e geração de emprego e renda, e acesso aos alimentos, identificação e mapeamento de aspectos socioeconômicos culturais, linguísticos, nutricionais, territoriais, demográficos e ambientais, construção de indicadores de SAN, para povos tradicionais e povos indígenas.

Além disso, deve ser contemplado o impacto de empreendimentos sobre a Segurança Alimentar e Nutricional: de infraestrutura, como usinas, ferrovias, estradas etc., transição agroecológica, etnobiodiversidade, saberes e práticas de alimentação, questão agrária, posse da terra, segurança territorial e violência, direito de propriedade intelectual, etnodesenvolvimento, valorização dos produtos tradicionais e artesanais de patrimônio cultural.

Grupo 2. Sistemas sustentáveis e descentralizados de pro-

dução, processamento, distribuição e abastecimento de alimentos, considerando a extração, pesca e agricultura, e tecnologias de base agroecológica

Inicialmente, foi feita uma chuva de ideias com os integrantes do grupo. Posteriormente, focado no documento base, foi feito um exercício de agregação em grandes temas, sendo possível identificar outras linhas de pesquisa que não tinham sido relacionadas no levantamento prévio. Houve algumas divergências entre os participantes do grupo, como o debate sobre separar as diretrizes da pesquisa nacional de Segurança Alimentar e as linhas de pesquisa. Por fim, a maioria do grupo entendeu que as linhas de pesquisa políticas devem ter uma confluência que não impede que as ações se descolem da linha.

Considerando que os princípios participativo e sustentável devem permear todos os itens dessa linha de pesquisa, os temas interagem, cruzam-se e não são estanques. Assim, foram organizados os temas de zoneamento, mapeamento e georreferenciamento, em termos de pesquisa da diversidade agroalimentar, dos sistemas e espaços de produção e da biodiversidade.

Em termos de necessidade de pesquisa de pesca e agricultura, foram debatidos os temas: agricultura urbana e periurbana; a construção social da agroecologia; a caracterização do agricultor; qual tipo de agricultor hoje que está se inserindo na transição agroecológica; quem está desenvolvendo os processos da agroecologia; e as pesquisas sobre a transição agroecológica.

Sobre a questão do tema distribuição de alimentos: pesquisa em relação aos acessos dos agricultores aos mercados; às análises dos circuitos curtos de produção, distribuição e consumo de alimentos; aos sistemas de abastecimento, incluindo atacado, centrais de abastecimento e varejo; e às feiras, aos equipamentos públicos de preparo e distribuição de alimentos, restaurantes populares e cozinhas. Pesquisas em relação aos desperdícios de alimentos; à

logística de distribuição; a compras institucionais pelo programa de aquisição de alimento e o de alimentação escolar; ao consumo do consumidor e acesso aos alimentos, entre outros.

Foram agregados também temas sobre agrobiodiversidade nesse item, como pesquisa em relação às cadeias produtivas do extrativismo, ao manejo de produtos florestais não madeireiros, mantendo as tecnologias sociais de produção, processamento, distribuição e comercialização de alimentos, pesquisas em sistemas de produção de alimentos, dos povos e comunidades tradicionais, incluindo os fatores culturais.

As pesquisas sobre recursos genéticos, considerando a conservação e a promoção do uso desses recursos, os levantamentos e conservações dos parentes silvestres das plantas nativas e cultivadas, manejo comunitário da agrobiodiversidade, e o uso e a conservação dos recursos genéticos.

Outro tema que deve ser desenvolvido refere-se à análise comparativa sobre aspecto econômico, social, nutricional, ecológico, cultural e de custo energético. O custo ecológico elevado da proteína bovina foi considerado por um dos integrantes do grupo, seu impacto ecológico, sua ocupação de espaço, seu longo ciclo de produção e reprodução, seu custo econômico elevado, seu efeito de poluição do ar metano e compactação. Assim, pesquisas em relação a proteínas alternativas, agricultura familiar e campesinato; pesquisas de produção para o autoconsumo, formas coletivas e solidárias de produção de alimento e organização sociopolítica, no sistema diversificado de produção e de processamento de alimentos; o acesso aos meios de produção, água, terra e sementes; assistência técnica, extensão rural, seguro agrícola, infraestrutura de moradia rural; obtenção de alimentos seguros de qualidade e nutricionalmente adequados; a relação dos papéis do estado e mercados nos sistemas alimentares; e o acesso e a qualidade da água foram temas referenciados.

O grupo debateu ainda os temas: mapeamento e dimensionamento da qualidade e disponibilidade hídrica superficial e subterrânea; pesquisas relacionadas à legislação; sistemas de produção agropecuária, compatíveis com a proteção de áreas e recargas dos aquíferos e de corpos hídricos; relacionadas ao saneamento rural e destinação de resíduos da produção agropecuária; aos sistemas de otimização do armazenamento e uso da água no sistema de produção agroecológica; e pesquisas em avaliação hídrica dos sistemas de produção agropecuária.

Grupo 3. Educação e formação

Em relação a olhar para o passado na perspectiva do presente, o grupo debateu que as linhas de pesquisa levantadas pelas Conferências têm sido realizadas, porém podem não ter a contextualização com as expectativas da comunidade. Além disso, foi sinalizada a falta da discussão de ferramentas metodológicas e indicadores que contemplem as linhas de educação e formação em Segurança Alimentar e Nutricional, que não necessariamente estão sendo pensadas no contexto de aproximação com o Direito Humano à Alimentação Adequada e Sisan. Assim, por exemplo, a questão da cultura alimentar e consumo regional, às vezes o pesquisador tem linhas de pesquisa nesse sentido, mas é solto esse vínculo com esse contexto de SAN.

Foi discutida a importância de um referencial teórico, uma identidade comum entre os pesquisadores da área e, nessa discussão, foram colocados possíveis identidades comuns do Direito Humano à Alimentação Adequada, o engajamento e a proximidade com a comunidade, que podem ser propiciados pelos financiamentos e editais, vinculando as diretrizes da política de SAN de modo que haja uma cientista cidadã, de uma ciência cidadã, com compromisso político com a mudança social, pensando no pesquisador como um agente político.

Em relação a pensar o futuro a partir do balanço do passado e

do presente, o grupo entendeu que as Conferências não foram suficientes para tratar as linhas de pesquisa desse tema. Assim, o grupo propôs outras linhas, a saber: Segurança Alimentar e Nutricional nos projetos político-pedagógicos das instituições de educação das escolas do campo urbano e comunidades tradicionais, aqui incluindo diversos níveis de educação do ensino fundamental; educação superior; metodologia de formação e educação permanente junto aos profissionais da área; metodologia de gestão e controle social no Sisan; metodologias de educação para o consumo sustentável; aproximação de saberes em SAN nos currículos; relação entre o saber popular e o acadêmico em processos contextualizados na realidade local; métodos de pesquisa em SAN que atendam às demandas da comunidade e da Academia, para a formação e para a Educação Alimentar e Nutricional; avaliação de impacto das pesquisas na apropriação dos resultados pela comunidade; desenvolvimento de formas de socialização do conhecimento produzido; processos de interdisciplinaridade em SAN dentro do mesmo curso e em cursos diretamente correlacionados, ou não com a área – foi citada, por exemplo, a arquitetura como um curso que não é diretamente correlacionado, mas que pode ter relação quando se pensa em desenvolvimento urbano –; processos de intersetorialidade envolvendo gestores, sociedade, alunos de graduação e pós-graduação; discussão em estudos e propagandas, em *marketing*, a abordagem de SAN em Direito na Alimentação Adequada nos conteúdos dos currículos em todos os níveis de educação; avaliação de impacto de uma abordagem de ensino mais próxima à comunidade, incluindo cronograma, execução e resultado; avaliar integração ensino/pesquisa/extensão; aplicação da transversalidade de SAN nas diversas disciplinas, saberes e práticas pedagógicas em diferentes cenários de SAN.

Grupo 4. Atenção nutricional em todos os níveis da saúde

O grupo fez um trabalho de analisar cada linha de pesquisa e agregar as semelhantes. Não foram excluídas linhas de pesquisa. Foram criados temas que são “guarda-chuvas” para outros temas.

No desenvolvimento de métodos e técnicas de avaliação do consumo alimentar houve avanços, produziram-se dados de prevalência mais estruturados, lapidando métodos com instrumentos validados, mas ainda falta aprimorar a avaliação do consumo alimentar de crianças, sugerindo a inserção desse indicador na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF). Outra necessidade é a de investigar a dinâmica do sistema agroalimentar industrial e seus impactos na nutrição e saúde.

Em relação ao passado, o grupo observou que faltam estudos longitudinais, e um avanço na distribuição dos agravos nutricionais. Quanto ao problema da obesidade ainda há predominância do senso comum, sem reconhecimento da obesidade como doença com necessidade de entender seu fenômeno etimológico, principalmente, no que se refere à questão psicossocial.

E para o futuro, foi sugerida a melhoria daqueles estudos já citados: são inúmeras linhas de pesquisa, vindas de diversas épocas. E o que torna difícil a correlação com o tipo de pesquisa. Conforme citado e recomendado por outros grupos, foi discutida também a divulgação de todas as linhas de pesquisa financiadas com recurso público.

Sobre o exercício de aglutinação das linhas de pesquisa, todas foram enumeradas e reagrupadas. Por exemplo, a linha de estudos epidemiológicos, periódicos de saúde e nutrição foi associada a “determinantes da fome e da desnutrição”, “análise da distribuição dos determinantes e fatores de risco da desnutrição”, “modelos preditivos da saúde e nutrição”, “distribuição e análise cartográfica dos determinantes e fatores de risco para carências nutricionais e nutrientes”, “análise da distribuição dos determinantes e fatores de risco do sobrepeso e obesidade”, “diagnóstico periódico sobre a situação de SAN da população utilizando metodologias participativas, inquéritos do Sisan etc.”, “pesquisa em alimentos e nutrição que considerem um conhecimento popular e acadêmico”.

Observou-se que sobre o tema “Determinantes da fome e da

desnutrição” foram levantados os que mais se sobressaíram. A retomada das ações nacionais em torno desse tema, o volume de informações que geradas e, por consequência, a articulação com a saúde e as ações no SUS trouxeram avanços, porém, ainda é necessário avançar quanto à pobreza absoluta e a fome.

As pesquisas com transgênicos e impactos na saúde e no meio ambiente não existem, ou são muito pontuais, sendo necessário avançar quanto a esses aspectos. Avançou-se bastante na alimentação saudável no ambiente escolar e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), com inúmeros estudos para contribuição científica dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (Cecanes), e que o Programa de Saúde na Escola (PSE) também seja objeto de estudo.

Pesquisas na área de tecnologia de alimentos com interface em SAN são importantes, especialmente, quanto ao desenvolvimento de produtos para necessidades especiais, também discutidos pelo grupo. Embora esse tema tenha tomado mais visibilidade, ainda há muito a ser feito.

É necessário investigar, também, a dinâmica do sistema agroalimentar industrial e seus impactos na nutrição e saúde.

Por fim, foi discutida a necessidade de desenvolver meios que garantam a nutrição dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), em específico dentro da Estratégia Saúde da Família (ESF), e a análise da construção da intersetorialidade da SAN no SUS.

Grupo 5. Soberania Alimentar, SAN e o Direito Humano à Alimentação Adequada

Foram discutidos os subtemas monitoramento do Direito Humano e Alimentação Adequada e do impacto da Insegurança Alimentar sobre as condições de saúde, dimensões sociais e monitoramento

dos processos e avaliação dos resultados, impactos e relações intersetoriais da política e programas de SAN.

Todas as observações do grupo em relação ao passado foram vistas como coisas que já estavam sendo feitas, porém com necessidade de complementação, de fortalecimento no futuro. O grupo entendeu que os métodos e a construção de indicadores têm sido trabalhados, mas há pouca valorização, principalmente de registro metodológico. Recomenda-se, então, publicar metodologias de avaliação e os espaços locais para divulgação de pesquisas. Há uma dificuldade, principalmente em experiências locais, em virtude de uma resistência de periódicos em aceitar publicações regionais.

Ressaltou-se que atualmente já se têm grandes pesquisas e grandes ofertas de bancos de dados: Pesquisa de Orçamento Familiar (POF); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), mas ainda faltam alguns bancos tornarem-se públicos, alguns dados de políticas públicas se tornarem mais acessíveis para os pesquisadores. Consideram que houve relevante avanço nos indicadores de SAN, mas faltam indicadores de Direito Humano à Alimentação Adequada e de Soberania Alimentar.

A universidade está aprendendo a trabalhar de forma intersetorial, porém, ainda precisa de fortalecimento, tendo em vista a intersetorialidade ser um novo fator para os envolvidos e a avaliação de políticas ainda ocorre de forma muito incipiente.

Em relação a perspectivas futuras, o principal ponto de vista e discussão do grupo foi sobre a questão da pesquisa em Soberania Alimentar, com recomendações de se desenvolver um marco teórico referencial sobre esse princípio.

É premente a necessidade de investimento na formação de novos pesquisadores como uma perspectiva de pesquisa futura, pesquisa em processamento de alimentos e novas tecnologias, em relação à Segurança Alimentar Nutricional.

A trajetória dos debates que ocorreram durante o Seminário tem no horizonte a identificação de temas de Agenda de Pesquisa que levantassem as demandas de pesquisa a partir das necessidades das políticas públicas, dos movimentos sociais, das organizações e das atividades acadêmicas, como desdobramentos das reflexões. A perspectiva é de, em um futuro próximo, possibilitar uma construção de uma associação científica desse tema, que legitime o tema na Academia. Ainda, a realização da consulta pública da Agenda de Pesquisa, com a análise das recomendações das quatro Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e discussões ocorridas durante este Seminário, com possibilidade de inserção das sugestões nos diferentes temas de pesquisa relacionados às distintas dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A consulta pública foi realizada nos meses de junho e julho de 2013 e o documento submetido à consulta está apresentado no Anexo VI.



ANEXOS

ANEXOS:

- I. Versão integral das apresentações das mesas I e II
 - A) Epistemologia, Agroecologia & Segurança Alimentar e Nutricional: campo complexo de conhecimentos. João Carlos Costa Gomes – Embrapa/Clima Temperado
 - B) A Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Desafios para o Conhecimento e o Monitoramento dos Programas Públicos. Maya Takagi – Sesan/MDS
 - C) Financiamento e a Organização da Área de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Márcia Luz da Motta – diretora substituta do Departamento de Ciência e Tecnologia – Decit/SCTIE/MS
 - D) A Agenda de Pesquisa em SAN: as Conferências Nacionais de SAN. Elaine Pasquim – CGSA/Secis/MCTI
 - E) Conhecimento acadêmico e diálogo com as ações e políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional. Renato Maluf – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/CPDA e Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (Ceresan)
- II. Programação do Seminário Nacional
- III. Lista de Participantes
- IV. Carta Política do Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional
- V. Agenda de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional – versão final pós consulta pública

ANEXO I. Versão integral das apresentações das mesas I e II

Epistemologia, Agroecologia & Segurança Alimentar e Nutricional: campo complexo de conhecimentos

João Carlos Costa Gomes

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
(Embrapa) Clima Temperado/RS

A apresentação foi organizada com três focos: um a partir de um contexto mundial complexo, porque as análises relacionadas a qualquer campo do conhecimento não podem estar descoladas de um contexto mais amplo. Então tento evidenciar a conexão desse contexto com o tema que é o objetivo deste Seminário, com coisas que estão acontecendo e que às vezes fogem do nosso controle ou da nossa percepção. Outro foco é a questão da Epistemologia, a professora Luciene colocou muito bem, nós temos que questionar constantemente os nossos pressupostos, não é a partir de verdades dadas que nós vamos fazer mudanças de paradigma, e o terceiro é a defesa da Agroecologia como enfoque científico para produzir alimentos considerando a estratégia de Segurança Alimentar e de alimentos seguros.

Contexto mundial: o que nos reserva o futuro?

Temos que levar em conta que existem novos e velhos graves problemas em escala global. Silvio Crestana, ex-presidente da Embrapa, chama atenção para alguns deles. Por exemplo, a fome e a miséria, que não são problemas novos. É um problema velho e a FAO aponta em torno de um bilhão de pessoas que têm necessidades alimentares. Outro problema, mais recente, é a ausência de governança mundial. Acordos e metas não cumpridas e muitas vezes não acordos sobre temas que deveriam ser tratados

globalmente (Kyoto, Doha). Hoje a ONU, a FAO, o FMI e o BID, por exemplo, têm pouca ou nenhuma influência no tema em pauta, a governança. Por falta dela, temos visto a explosão de crises cada vez mais frequentemente. E outra questão que é recente, também, é a questão ambiental, que pela primeira vez é reconhecida em escala global. Estamos vendo a emergência de temas como a questão da pegada ecológica, as externalidades negativas sobre sistemas de produção e agroecossistemas, a ocorrência de eventos extremos, mudanças climáticas, entre outros.

E se a gente perguntar: mas afinal de contas, o que o mundo nos reserva? Um geógrafo americano, Laurence Smith, passou quatro ou cinco anos rodando o mundo, tentando descobrir como é que vai ser o mundo em 2050. Ele afirma que tem cinco tendências que são inexoráveis: o aumento demográfico, a pressão por recursos naturais, os efeitos da globalização, da tecnologia e das mudanças climáticas.¹ Quase sempre essas tendências estão entrelaçadas entre si.

O aumento demográfico

Porque Smith enfatiza essa questão da demografia? Hoje somos mais de sete bilhões de pessoas, supõe-se que em 2050 a população mundial se estabilize em torno de 9,2 bilhões. Mas o que nos chama a atenção é a velocidade com que vem ocorrendo esse acúmulo de cada bilhão de pessoas. Nós chegamos ao primeiro bilhão com 11.800 anos, e o último com 12 anos apenas. Se nós quiséssemos fazer uma janta em casa hoje à noite e convidar as pessoas que nasceram hoje, teríamos que colocar cerca de 220 mil novas cadeiras à volta da mesa porque esse é o número de pessoas que estão chegando. Imagine o tamanho da encrenca que isso significaria. Outro ponto é o fator de consumo. Se nós esperarmos

¹ SMITH, Laurence C. **O mundo em 2050**: como a demografia, a demanda por recursos naturais, a globalização, a mudança climática e a tecnologia moldarão o futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

que em 2050 os pobres de hoje tenham a mesma capacidade de consumo que os ricos de hoje, vamos ter que produzir alimentos para o equivalente a 105 bilhões de pessoas, quando o mundo terá “apenas” 9,2 bilhões de habitantes. Isso porque os europeus, americanos e japoneses consomem 32 vezes o que produzem, portanto têm um fator de consumo de 32 e também produzem 32 vezes mais lixo do que uma pessoa que tem fator de consumo igual a um, ou seja, uma pessoa que produza exatamente a mesma quantidade que consome. Repito, para no futuro nivelar o consumo dos pobres de hoje com o dos ricos de hoje, teremos que produzir o equivalente ao consumo de 105 bilhões de pessoas em um mundo que vai ter 9 bilhões e 200 milhões, tal o desperdício que essa sociedade moderna proporciona. Por isso, o fator de consumo representa uma das causas da pressão sobre os recursos naturais, mas não só.

Pressão por recursos naturais

Algumas coisas novas começam a surgir como conceitos-produto dessa pressão demográfica com forte implicação para os recursos naturais. Por exemplo, dois conceitos que saliento: água virtual e pegada hídrica. Água virtual significa a água necessária para produzir determinados produtos e que “viaja” neles sem que se tenha a exata noção de seu volume. Só o milho, o trigo e o sorgo produzidos nos Estados Unidos e exportados para o México carregam sete bilhões de metros cúbicos de água por ano. Estão exportando água virtual, não apenas *commodities*. Essa quantidade de água seria o suficiente para cobrir todo o Reino Unido com quatro centímetros de água, só com a água que vai no milho, no trigo e no sorgo. Outro dado: a água consumida na produção de arroz, soja e milho no Rio Grande do Sul, sustentaria a pegada hídrica de 34 milhões de pessoas no Brasil. Estou falando apenas de pressão sobre o recurso água, não estou considerando outros impactos ambientais produto de formatos tecnológicos. Então, a pressão sobre os recursos naturais é de uma escala que às vezes a

gente não tem dimensão.

Um estudioso do tema, Jared Diamond,² fez uma análise sobre por que civilizações desaparecem e publicou um livro chamado *Colapso*. Por que as civilizações, afinal de contas, desaparecem? As principais causas estão relacionadas com a devastação de ambientes naturais: desflorestamento e destruição de *habitats* naturais, problemas derivados do uso do solo (erosão, salinização e perda de fertilidade), problemas de gestão de recursos hídricos, caça e pesca excessivas, efeito de espécies introduzidas sobre espécies autóctones, aumento demográfico. Isso não parece uma radiografia do Brasil de hoje? Todas essas causas estão relacionadas com o desaparecimento das sociedades e elas não parecem ficção quando comparadas com a nossa realidade. E o autor menciona novas categorias de problemas ambientais: alterações climáticas provocadas pelo homem, concentração de produtos químicos no ambiente, escassez de recursos genéticos, uso quase no limite da capacidade fotossintética do planeta pela sociedade atual.

Tecnologia

A questão da tecnologia, que influencia nossas vidas no cotidiano, nos últimos anos também tem significado aumento de esperança de vida para as pessoas, promovendo mudanças na estrutura etária. Estamos vendo decréscimo de população em muitos lugares, e quem vai substituir essa falta de população? Nos países mais desenvolvidos, vão ser pessoas originárias de países menos desenvolvidos, portanto, muitos africanos, muitos asiáticos e talvez muitos latino-americanos acabem ocupando espaços, inclusive como mão de obra, nos Estados Unidos, no Japão e na Europa, e isso pode significar mudança de paradigma cultural, ideológico, religioso. Esse é um processo que está acontecendo. Ainda temos a questão

² DIAMOND, Jared. **Colapso:** como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005.

da biotecnologia, da nanotecnologia, das ciências materiais, o que também significa aumento de impacto sobre o estoque de recursos. E uma grande novidade proporcionada pela tecnologia é o poder das redes sociais e do terceiro setor. Hoje, muito mais do que um memorando, ou uma ordem de serviço, é um *e-mail* de um amigo de uma amiga de um amigo de uma pessoa que eu não conheço e que acaba influenciando minha decisão. As autocracias do Oriente Médio ruíram quase todas por força da mobilização social, das redes sociais. Então, quando a gente fala em tecnologia, nós podemos perguntar: qual é o mundo que nós desejamos? A resposta está no desejo, não na capacidade, porque a capacidade para resolver problemas nós temos, o que vai determinar, para mim, é, afinal de contas, a nossa atitude, aí é que pode acontecer o diferencial.

Mudanças climáticas

A atividade humana e industrial está mudando a composição da atmosfera, deslocando a natureza para o norte, cerca de três quilômetros a cada década, isso parece que não é nada, mas se fosse a casa da gente, ela se deslocaria 700 metros por ano. Imagine você chegar em casa e a sua casa estar a dois ou três quarteirões lá na frente. Isso tem influência sobre os ciclos fenológicos, sobre o florescimento das plantas, as migrações de pássaros, nascimento de filhotes, que têm aumentado quatro dias por década. Um caso caricatural que mostra essa migração foi o surgimento de um híbrido de um urso cinzento e de um urso polar. Na região do polo, existe controle populacional, para não deixar a população nem crescer muito, nem desaparecer. Quando a população aumenta, vendem a cota de caça de um urso por US\$ 45 mil. Um americano comprou uma cota para matar um urso polar, foi lá, matou o urso, quando viu, não era urso polar, era um híbrido entre um urso cinzento que vive no Canadá que tinha migrado por conta da mudança climática e que passou a ocupar o *habitat* do urso do polo, e tinha cruzado e proporcionou um novo ser, pela primeira vez relatado pela ciência, mostrando que, realmente, a natureza está se deslocando para o norte em função das mudanças climáticas.

O que nos reserva o futuro: cenários para o caso brasileiro

Temos um cenário possível: Brasil como potência agroalimentar. Nós saímos mais rapidamente da recente crise econômica porque temos a chamada “âncora verde”. Podemos nos tornar o celeiro do mundo, mas isso pode significar a primarização e a desindustrialização da economia. Hoje 35% do PIB agrícola já dependem da agricultura. Se esse é um processo competitivo, ele é ainda mais seletivo. Se ele é seletivo, ele é exclusivo, ele pode aumentar a exclusão de produtores e aumentar a perda da biodiversidade. Qual é o padrão agroindustrial que serve de referência para esse modelo? O do Paradigma da Revolução Verde, com dependência de insumos. Mais de 90% do potássio que utilizamos é importado, e no dia em que o “Dono do Potássio” disser que não quer mais vender potássio, como é que vamos produzir? Outra referência são as monoculturas, que nos levaram ao primeiro lugar mundial no consumo de agrotóxicos. São 5,2 quilos de agrotóxicos por habitante por ano, e uma boa parte vai para a nossa mesa. Outra parte é exportada, com a água virtual. É isso o que nós estamos fazendo. Estamos contaminando e exportando não só água em *commodities*, mas também estamos exportando nossos recursos naturais e, quiçá, mão de obra mal paga também.

Mas tem o cenário alternativo, que depende de desejo. Esse cenário está relacionado com mudança no padrão de consumo, dietas magras, produtos verdes, consumidores mais conscientes, novo papel da agricultura familiar, novo pacto social rural-urbano, novos e segmentados mercados. O que implica qualidades socialmente construídas que respeitem o “saber fazer”, que respeitem os conhecimentos e os saberes locais, que sejam patrocinados pelos processos participativos, que levem ao empoderamento das pessoas no lugar em que elas vivem. Tem toda uma mudança de paradigma para poder viabilizar esse cenário alternativo, incluindo a produção do conhecimento. Esse novo padrão no campo da agricultura, da pesquisa agropecuária, já vem sendo exercitado

por um grupo da Embrapa, e não só dentro da Embrapa, mas com apoio em várias universidades e organizações brasileiras que vêm batalhando, defendendo a duras penas o enfoque agroecológico como base científica. Isso significa valorizar a autonomia de agricultores, a diversificação da matriz produtiva, a consolidação de novos formatos tecnológicos, a busca da sustentabilidade. Não só sustentabilidade, mas também a durabilidade ou processos duráveis para contribuir com a Segurança Alimentar e Nutricional, para a geração de resiliência e a produção de riquezas socialmente construídas. Isso é o que está por trás e alimenta o que chamamos Paradigma Agroecológico.

A ocorrência desse cenário implica mudanças de políticas públicas. Nós que trabalhamos no estado, sempre tivemos duas grandes referências: o desempenho e a conformidade. Nós estamos acostumados com a obediência às normas e com a questão do desempenho, com as métricas de desempenho nas Academias, publicações em periódicos bem pontudos no “qualis” e coisas do gênero. Mas nunca trabalhamos duas coisas, sendo uma delas a emergência de crises. E se ignorarmos a possibilidade de emergência de crises, é óbvio que não criaremos resiliência ou capacidade de suportar as crises. E essa é uma coisa absolutamente contemporânea. Quem iria imaginar, há quatro anos, que a Velha Europa, que parecia ter alcançado tudo em termos de estado de bem-estar, estivesse hoje imersa em uma profunda crise? Crise que não é uma fatalidade sócio-histórica, é o produto de um modelo de desenvolvimento que eles adotaram, que excluiu a base produtiva local, que acabou com muita produção, porque importam quase tudo, inclusive mão de obra. Quando a crise emerge, não tem mais mercadoria para trocar por dinheiro, nem dinheiro para comprar mercadoria, é só papel trocado por papel. Isso é uma economia falsa, uma economia volátil que pode ruir a qualquer momento. O que está acontecendo lá? Altíssimas taxas de desemprego e muita gente sem saber como sair do “beco-sem-saída” em que se colocou ou foi colocada.

Epistemologia

Vejam a questão da epistemologia. Epistemologia como teoria do conhecimento, não só a teoria do conhecimento produzido pela ciência, mas a teoria dos conhecimentos socialmente produzidos, historicamente produzidos, que alguns autores chamam de uma “outra epistemologia”, a “epistemologia natural”. Portanto, aqui assumo epistemologia como teoria do conhecimento em geral, não apenas do conhecimento científico. E o que estamos falando é o seguinte: se queremos outro paradigma, com foco agroecológico, não vai ser a partir das correntes filosóficas que sustentaram a ciência convencional e a sociedade do jeito que ela está que vai proporcionar a base teórica para questionar os nossos pressupostos e para ir além.

E as nossas Academias estão muito assentadas em três das principais correntes filosóficas: o Empirismo, o Racionalismo e o Positivismo. Empirismo de Bacon, em que o conhecimento se produz pela experiência. O experimento repetido é ainda um ícone da nossa experimentação, principalmente nas ciências agrárias, nas ciências naturais. Se não houver experimentação repetida, e é isso que o Bacon dizia, porque o conhecimento, segundo ele, vem dos sentidos, da experiência, se não houver conhecimento repetido, repetição experimental, muitas vezes nem aceitam os *papers* nas revistas acadêmicas, ou os trabalhos de dissertação, de tese de doutorado etc.

Outra corrente é o Racionalismo, em que Descartes dizia: vamos reduzir o todo a partes pequenas para melhor estudá-las. Nós chegamos ao cúmulo de ter superespecialistas que não entendem mais nada da realidade, não sabem conectar o que fazem, qual é o sentido daquilo que fazem, com a complexidade do mundo onde estão inseridos. E o Positivismo é uma corrente da ciência que só aceita verdades, não tem dúvidas, só tem certeza, portanto, ela é afirmativa, e pretende ter o monopólio sobre o conhecimento válido.

No Empirismo e no Racionalismo, uma das coisas principais era o domínio sobre a natureza, e esse era o mote de Bacon, e ele dizia o seguinte: nós temos que torturar a natureza para obter dela os seus favores.

Para o Positivismo, a ciência representa a única fonte do conhecimento válido, e isso acabou levando a uma dogmatização. No Positivismo se pretendia utilizar o estatuto teórico da Física, à época a ciência que melhor tinha resolvido seus problemas, para todos os campos do conhecimento, até para a Psicologia, em que se imaginava que aplicando o estatuto teórico da Física conseguiria interpretar inclusive reações de seres humanos, quando uma coisa não tem nada a ver como a outra.

Agora vou passar para alguns outros debates e os contextos da pesquisa e da ciência, não só como uma coisa que é manejada por aquela entelúquia de sábios que se outorga o direito de decidir o que fazer, como fazer e para quem fazer, mas que necessita de um controle social, de ser trabalhada em um contexto em que se faça ciência com as pessoas, uma ciência política, com uma “epistemologia engajada”. Isso significa uma “nova filosofia da ciência”, que trata da questão dos paradigmas, dos debates contemporâneos, dos contextos da pesquisa, da pluralidade interna e da análise sobre o próprio papel da ciência, que não deve ser interna a ela mesma, deve ser submetida a algum tipo de controle social. Além disso, não existe uma visão determinística da ciência, se ela é assim não significa que não poderia ser diferente, promovendo uma nova aliança entre homem e natureza, não mais baseada na tortura para obter os seus segredos, mas em novas perguntas que podem implicar outras respostas, inclusive em alguns sonoros NÃO.

Então, seria essa uma nova visão filosófica da ciência. Muitas vezes, quando a gente fala de filosofia, as pessoas confundem com ideologia, e quem não tem ideologia nem filosofia pode comer um

“prato feito” e muitos que dizem que não têm, que são neutros, que a ciência é neutra, que a ciência é universal e não sei mais o quê. Ou estão na “feliz ingenuidade” ou “dentro da zona do conforto”. E muitos, às vezes, ou têm objetivos questionáveis ou são ingênuos. Essa nova filosofia pressupõe a articulação entre o conhecimento científico e o conhecimento cotidiano, com base em processos participativos, em particular com a participação dos atores sociais, o que implica toda uma revisão dos processos que nos permita trabalhar a questão da ciência não só na visão da comunidade restrita de pares, mas da comunidade estendida de pares, em que a sociedade possa opinar sobre o que fazemos, como devemos fazer, para quem vamos fazer e por que vamos fazer.

Agroecologia

A Agroecologia representa o enfoque científico capaz de dar suporte para um outro estilo de agricultura que seja capaz de contribuir para a Segurança Alimentar e Nutricional. Não só para a agricultura, também para sociedades sustentáveis. Nesse sentido, Agroecologia não deve ser vista ou adotada com uma visão reducionista, apenas como prática agrícola, agricultura ecológica ou movimento social. Além disso, por preconceito, muitas pessoas fazem conexão entre Agroecologia e ideologia. Dizem que o que nós fazemos tem um viés ideológico. Entretanto, Tony Judt, um escritor considerado por muitos como um dos mais importantes historiadores e pensadores da atualidade, autor de *Reflexões sobre um século esquecido 1901-2000*,³ sustenta que “nada é mais ideológico, afinal, do que a afirmação de que todos os assuntos e políticas, públicos e privados, devem girar em torno da economia globalizada, com suas leis inevitáveis, e exigências insaciáveis”. Se alguém que professa a Agroecologia, afirma isso em determinados espaços acadêmicos, vão dizer: está louco! Isso aí é uma verdade do mercado! Todavia, para fazermos uma ciência

³ JUDT, Tony. **Reflexões sobre um século esquecido 1901-2000**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

engajada, uma ciência que está entranhada com pessoas, que a sociedade espera e necessita e que é dialogada, que é socialmente construída, aí isso é considerado um processo ideológico. Não é assim? Tem sido assim. Nada é mais ideológico do que a defesa do *status quo* e do paradigma que o sustenta. Felizmente essa barreira aos poucos está sendo superada.

Um cuidado que devemos ter é que o “paradigma” tem uma força inercial muito grande, a oportunidade, às vezes, chama os oportunistas. E que muitas vezes aparecem com propostas que mascaram possibilidades mais concretas, como essa que eu estou defendendo no campo da Agroecologia. Estamos vendo os discursos a favor da “economia verde”. Hoje tem grandes corporações transnacionais comprando pequenas fábricas de insumos biológicos porque estão enxergando nesse espaço um espaço de reprodução do capital, não é aquela questão produzida dentro do contexto sócio-cultural-histórico, mas trocando seis por meia dúzia, projetando um novo tipo de dependência. Valor e preço não são sinônimos, tem muita gente querendo colocar preço em algumas coisas. Quanto “custam” os impactos ou o que vale a preservação da estética? São valores, são coisas que, às vezes, não têm preço.

O enfoque científico da Agroecologia contempla múltiplas dimensões: uma dimensão epistemológica, que trata da teoria do conhecimento, “para que” nós vamos fazer esse conhecimento; uma dimensão sociológica, “para quem”, e isso significa que o *locus* da Agroecologia é a agricultura familiar, com seus múltiplos públicos também; uma dimensão metodológica, que implica revisão dos procedimentos de pesquisa, “por que” nós estamos fazendo; e também, uma dimensão tecnológica, que envolve a tecnologia de produção, o “que” e “como” fazer. Sobre a dimensão epistemológica, não é possível trabalhar a partir das correntes filosóficas como o Empirismo, o Racionalismo, o Positivismo, que sustentam a ciência convencional. Temos que ter uma outra visão, de pluralismo

de métodos, de técnicas, uma outra relação entre sociedade e natureza, promovendo a articulação do conhecimento científico com o conhecimento cotidiano, e isso implica a participação dos atores sociais. Na dimensão sociológica, a agricultura familiar significa que agricultor é diferente de produtor rural, muitas vezes a gente vê nos escritos, nos *papers*, produtor rural, pequeno agricultor, agricultor familiar como se fossem a mesma coisa e não são, são sujeitos diferentes. Um produtor rural pode comprar o pacote tecnológico na internet e pode comercializar diretamente na bolsa de mercadorias. Dominando a informação, consegue fazer o seu *metiê*. Já um agricultor domina outro tipo de conhecimento, baseado na sabedoria. Os agricultores e agricultoras sabem qual é a época de cortar a madeira para não “carunchar”, qual é a época de “deitar” as galinhas para que os pintos possam nascer saudáveis, como se guardam as sementes para tê-las saudáveis e produtivas no próximo plantio, no ano que vem, tem que dominar os ciclos dos ventos, os ciclos das águas. “Cerração baixa é sol que racha”, “geada na lama é chuva na cama”, quantos ditos populares que nós ouvimos dos nossos avós, dos nossos tios, dos nossos pais e que têm uma enorme sabedoria que não foi produzida em um contexto acadêmico, pela aplicação de um modelo científico, e que tem o seu valor, que tem que ser reconhecida e recuperada antes que desapareça.

A dimensão metodológica implica revisão de métodos, não vamos querer fazer uma mudança de paradigmas usando os mesmos métodos da ciência convencional, e Albert Einstein já dizia: não se resolve um problema utilizando as mesmas ferramentas que ajudaram a criá-lo. E temos uma dimensão tecnológica, também. A questão é: se vamos produzir a agricultura em bases mais saudáveis, temos que diminuir a dependência de insumos, valorizar a nossa agrobiodiversidade, os conhecimentos a ela associados. Existem muitas tecnologias ainda que produzidas pela pesquisa convencional, ou pela ciência convencional, que têm utilidade,

além dos conhecimentos dos agricultores e a experiência dos técnicos que vêm trabalhando no campo há tanto tempo e a tão duras penas. Isso significa um novo estilo de conhecimento, não é a substituição de um conhecimento pelo outro.

Quais os desafios e as perspectivas para o futuro, qual é o mundo que nós queremos? Não depende de capacidade, não depende de base científica, só depende do nosso desejo. Depende de nós!!! Muito obrigado.

A Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: desafios para o conhecimento e o monitoramento dos programas públicos

Maya Takagi

Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
(MDS) e representante da Câmara Interministerial de SAN

A iniciativa do Seminário é importante no bojo da consolidação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – a necessidade, de fato, de constituir uma rede de pesquisa na área que existe de forma informal. Ela existe, nós conhecemos, tem diálogo, tem vários conselheiros do Consea que representam a pesquisa da universidade, mas, ao mesmo tempo, não há um espaço mais institucionalizado, mais formalizado de relacionamento, de troca de informações e, inclusive até, de publicação, que é um dos desafios de construirmos um conjunto de instrumentos para consolidar a Segurança Alimentar e Nutricional enquanto conceito, enquanto direito, enquanto política pública no Brasil.

No Brasil existe um esforço imenso em consolidar conceitos, acho que isso ainda não está dado, apesar de estarmos em um caminho

positivo. Olhando para a sociedade, a Segurança Alimentar e Nutricional ainda não é absorvida enquanto conceito, enquanto direito. Eu acho que isso é um desafio da sociedade, um desafio de todos nós juntos, seja no governo, na sociedade civil ou na Academia e, além disso, o famoso tema da intersetorialidade continua sempre presente como um desafio de consolidação de conceitos. Não estamos falando apenas da área da saúde, nutrição, não estamos falando apenas na área agrícola, agrária, não estamos falando apenas da área ambiental, da produção sustentável. Nós estamos falando de tudo isso ao mesmo tempo e tentando olhar como esses processos, esses eixos se consolidam em um conceito mais amplo de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Agora recentemente, nesse ano, no Comitê de Segurança Alimentar Mundial foi discutida com todos os países do mundo a necessidade de se avançar no conceito de Soberania Alimentar, o que é bastante positivo, pois da sociedade civil se pautou um tema, um conceito, que agora os estados colocaram como meta avançar na construção desse conceito.

Mas não estamos falando só de conceitos, obviamente, estamos falando da gestão pública, da gestão pública participativa – é outro tema que nos envolve a todos. Então, o esforço da intersetorialidade, o esforço da condição participativa, que certamente a gente vai trabalhar ao longo dos três dias, é o tema da gestão. A gente ainda carece de instrumentos de avaliação de gestão, seja no nível nacional – a gente está com esse esforço todo de estabelecer uma câmara de gestão intersetorial da política de Segurança Alimentar – seja no nível estadual, seja no nível local. A gente sabe que tem muitas pesquisas, muito mestrado, muito doutorado na área da gestão local, da gestão territorial, da gestão regional, e isso também tem muito a somar nessa discussão toda de que estamos falando.

Agora, queria também reforçar nesse diálogo sociedade civil-governo-Academia, que a gente tem um instrumento de gestão

importante pela primeira vez, que é o primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, um instrumento de gestão que a gente pode utilizar para ter uma ideia geral de como o governo está enxergando a política de SAN, como o governo está monitorando essa política e como nós podemos fazer um diálogo mais articulado com um instrumento de trabalho para a Academia na área de avaliação de políticas. O campo é bastante amplo. Estamos permanentemente nesse diálogo de aprimoramento das políticas e de conceitos, de práticas, seja no campo nacional, seja no campo internacional.

Minha fala representa a Caisan – acho que é importante fixar esses conceitos – é uma fala da Câmara Interministerial da Segurança Alimentar, que executa, coordena e monitora o Plano de Segurança Alimentar Nutricional. É assim que o governo está organizando e estruturando a sua atuação intersetorial na área da Segurança Alimentar Nutricional.

A minha fala busca aproximar essa visão de como está organizada a execução da política por meio de um plano. Ela aterrissa a partir de um plano que tem objetivos, metas, iniciativas ancoradas no PPA de 2012 a 2015. Então, organiza-se nos oito eixos na política de Segurança Alimentar e ali vai inserindo os programas, as iniciativas, as metas de quatro anos. A proposta é basicamente nos aproximar da Academia e da pesquisa, em relação a essa forma que o governo está se estruturando, está executando, está implantando e monitorando a sua política de Segurança Alimentar e Nutricional. Ainda fazendo um preâmbulo, esse Plano foi construído de forma consertada com a sociedade civil, teve um diálogo na sua construção a partir de oficinas. Foi, assim, em conjunto com a construção do PPA, que também teve um processo de diálogo com a sociedade civil. Foi feito um recorte do PPA, mas não só um recorte simples, uma releitura de alguns objetivos de forma que eles ficassem mais claros, mais aderentes à política alimentar nutricional e, de forma consertada, a sociedade civil,

por meio do Consea, deu uma anuência, opinou, colocou seu ponto de vista, e nós conseguimos ter um Plano. É o primeiro Plano, e eu vou tentar fazer uma apresentação bastante resumida e, ao final, eu vou colocar algumas questões, de como a gente enxerga a participação da pesquisa para as políticas públicas no geral.

Basicamente, eu vou apresentar diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e, dentro das diretrizes, as principais ações identificadas em cada diretriz e os desafios do Plano, buscando aproximar Agenda da Política e do Plano de Segurança Alimentar, na perspectiva de uma Agenda de Pesquisa. Estou fazendo um recorte – não estou falando que toda pesquisa está associada à política pública, mas que boa parte delas, da árvore de possibilidades, do leque de atuação da pesquisa, da interface da Academia na área de Segurança Alimentar, uma boa parte está associada a monitoramento e avaliação de políticas públicas. Tem toda atenção ao monitoramento da situação de Segurança Alimentar, a identificação dos problemas alimentares, a questão econômica e social mais geral, mas estou falando especificamente da questão do monitoramento de políticas públicas.

Começo colocando os dez desafios que o Plano definiu, dez principais desafios. Esses são os problemas principais e, a partir deles, a gente organiza a atuação de políticas, programas, com base nas metas colocadas por meio dessa seleção.

1. Consolidação da intersetorialidade e da participação social na implementação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).
2. Erradicação da extrema pobreza e da Insegurança Alimentar.
3. Reversão das tendências de aumento das taxas de excesso de peso e obesidade.

4. Ampliação da atuação do Estado na promoção da produção familiar agroecológica e sustentável de alimentos e de valorização e proteção da agrobiodiversidade.
5. Consolidação das políticas de acesso à terra, da reforma agrária e do processo de reconhecimento, demarcação, regularização e desintrusão de terras/territórios indígenas e quilombolas e de demais povos e comunidades tradicionais.
6. Instituição e implementação de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar de modo a promover o acesso regular e permanente à alimentação – foi criado um grupo de trabalho na Caisan que trabalhou esse tema, um tema que, ao longo dos anos, nas últimas décadas, perdeu terreno e nós não temos hoje uma política nacional de abastecimento alimentar, isso foi tema inclusive da última plenária do conselho.
7. Ampliação do mercado institucional de alimentos para a agricultura familiar, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais – envolve todo Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa de Alimentação Escolar, outras compras institucionais e direcionar, canalizar o poder de compra do estado dos seus três níveis, municipal, estadual e nacional para agricultura familiar mais pobre, para organizações indígenas, organizações quilombolas.
8. Ampliação do acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente para a produção de alimentos.
9. Enfrentamento das desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero, das condições de saúde, alimentação e nutrição, e de acesso às políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

10. Fortalecimento das relações internacionais brasileiras, na defesa dos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Soberania Alimentar.

A partir desses dez desafios, como o Plano está organizado? Está organizado dentro das oito diretrizes da Política de SAN. A primeira diretriz é a própria institucionalização, no território nacional, do Sisan. Esses mecanismos de gestão, participação e controle social. Esse é um processo em permanente construção. Desde que a política foi constituída, o Consea foi criado, criou-se um marco legal para que essa institucionalidade de construção participativa inter-setorial seja também refletida no território. Como que você reflete todo o território? Criando estruturas de pactuação, de participação social e de construção inter-setorial nos estados e nos municípios. E, paralelamente, você estimula a criar canais de articulação nas três esferas, seja interconselhos, seja intergoverno, nisso eu não vou entrar em detalhes, mas esse é o desenho do sistema.

Hoje a gente já tem 24 estados que aderiram ao sistema, que criaram suas câmaras inter-setoriais, que têm seus Conseas, temos diversos municípios com conselhos, com alguma institucionalidade da parte da gestão pública, para gerenciar e coordenar a parte de Segurança Alimentar, mas ela ainda não está desenhada totalmente. Ainda falta a instituição dos mecanismos de concertação, para que você consiga trabalhar a regulamentação da política, a implantação da política, o monitoramento entre esses três níveis, que é a história das câmaras bipartite e tripartite, que está desenhada em todos os marcos legais.

Então, o que nós, da Caisan, enxergamos como os principais desafios? Um é o fortalecimento da Caisan, da Câmara Interministerial enquanto espaço efetivo de elaboração e coordenação inter-setorial da Política de Segurança Alimentar e o fortalecimento das Câmaras Inter-setoriais também nos estados e nos respectivos municípios. Isso envolve o próprio monitoramento desse Plano,

como a gente elabora, como a gente consegue se apropriar e fazer com que a sociedade civil e o governo se apropriem das metas, na sua integralidade do Plano, e consigam planejar de forma horizontal, algumas ações, porque elas não são executadas apenas por um setor. Um exemplo: tem vários ministérios que executam ações de assistência técnica junto à população rural. Eles precisam planejar juntos essas ações e monitorar juntos seus resultados, identificando conjuntamente os desafios e os gargalos para ter um resultado melhor. Hoje, sem um plano, sem você identificar quais são essas ações, quais são essas metas, fica mais difícil. Tendo um plano, fica mais fácil, ainda assim isso não garante que você faça essa articulação horizontal. Então, uma coisa é mostrarmos e entregarmos, para a sociedade e para o próprio governo, e dizer o Plano está andando, essa meta atingiu 50%, 60% do que tinha planejado até agora, qual a perspectiva, quais as dificuldades, etc. Outro papel importante do monitoramento do Plano, é conseguir, no dia a dia, fazer esse trabalho de articulação conjunta.

Outro desafio: a implementação do sistema nos estados e municípios, consolidar essa concepção, na forma de funcionamento do Sisan. Hoje a gente ainda não acha que tem uma concepção comum de sistema, em todos os níveis. Mesmo dentro do governo, mesmo dentro do Consea e entre as instâncias dos conselhos estaduais e municipais. Então, isso também é um desafio ainda permanente e o tema fundamental que é a permanente capacitação, mobilização, divulgação na linha de consolidar, na sociedade, o conceito de Segurança Alimentar nacional, o conceito de Direito Humano à Alimentação Adequada – que alimentação é um direito – e tudo o que está associado a isso, ao ato de se alimentar. Isso foi colocado um pouco ontem, os determinantes de uma má alimentação, o quanto a alimentação resulta em outros fatores, para o bem e para o mal, de saúde, de geração de renda, de autonomia, de preservação da biodiversidade, enfim, o conjunto de temas que estão associados a essa temática de Segurança Alimentar e Nutricional. A partir do

desafio geral da Sisan, entramos na Diretriz 1, que é a promoção do acesso universal à alimentação adequada. Obviamente, o primeiro desafio, o primeiro programa ou a primeira ação que vem à nossa frente é a transferência de renda. Uma transferência de renda, o Programa Bolsa Família, que atinge 14 milhões de famílias pobres e que, praticamente, universalizou o acesso à renda, e essa renda está associada, como todas as pesquisas mostram, fortemente, à alimentação, não necessariamente uma alimentação rica, balanceada, a gente sabe disso, mas uma quantidade básica, necessária para a sustentação da família. Então, um desafio que salta aos olhos, nesses próximos três anos, porque a gente já está no primeiro ano do PPA, é fazer a inclusão no Cadastro Único daquelas famílias que até hoje nunca foram atendidas. Isso é uma das principais metas do Brasil Sem Miséria. Havia a estimativa, pela Secretaria do Bolsa Família, de que existiam 800 mil famílias que tinham condições, critérios de entrar no Bolsa Família, mas que o município não chegou a cadastrar, e muito associada a diversas condições: comunidades indígenas, comunidades quilombolas, região Norte, área rural, todos sabem, nessas regiões de maior dificuldade de acesso e maior vulnerabilidade. Na verdade, a meta já foi praticamente alcançada, mas o governo está revendo as estimativas para ver que ainda há famílias, mas é muito difícil você dizer: tenho tantas mil famílias que estão fora. Então, o grande desafio é criar mecanismos de acessar, identificar, colocar no Cadastro Único para que ela possa entrar numa rota de transferência de renda e na rota de inclusão produtiva.

Ainda na **Diretriz 1** do acesso, tem a própria alimentação escolar. Há muitos estudos - e a gente vê a importância do tema na quantidade de estudos que tem - que analisam o impacto da alimentação escolar na SAN e, mais recentemente, todo o trabalho de monitoramento do direcionamento da compra da alimentação escolar para agricultura familiar local. Esse é um grande tema, é um grande passo que a política de Segurança Alimentar deu, mas

como ele é extremamente descentralizado, cabe aos municípios e estados fazerem essa compra e é difícil monitorar os resultados de forma global.

Outro desafio: qualificar e modernizar a gestão dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Desde 2003, com o projeto Fome Zero, esse conjunto de programas teve começo com a recriação do Consea, com o Programa de Aquisição de Alimentos, com o próprio Bolsa Família, com o conjunto de programas que foram implantados, e o Governo Federal passou a apoiar a construção de equipamentos municipais, que são os restaurantes populares, as cozinhas comunitárias, os bancos de alimentos. Então, uma coisa é você implantar – foram implantados em torno de 500 desses equipamentos, em especial nos grandes municípios – mas tem um desafio importante de qualificar a gestão desses equipamentos na direção do acompanhamento das famílias, da melhor oferta de serviços, da qualificação dos trabalhadores que atuam nesses serviços, da ampliação da capacidade de atuação desses equipamentos para além da oferta de serviços. Você consegue articular ações de saúde, ações de assistência social, ações de capacitação profissional, então tem esse desafio de qualificar a atuação desses equipamentos que a gente tem trabalhado. Depois eu vou colocar uma proposta de uma iniciativa de articulação com universidades, com instituições de ensino para esse tema específico.

Na **Diretriz 2** (eu estou fazendo apenas *pincelamentos*, pois tem mais de 300 metas no Plano e eu estou pincelando algumas para exemplificar aqui nossa fala), temos o tema da Promoção do Abastecimento e Produção de Sistemas Descentralizados de Bases Agroecológicas Sustentáveis de Produção, Extração, e Processamento e Distribuição de Alimentos. Enfim, o grande desafio que a gente está se colocando é a implantação da Política Nacional de Abastecimento. Dentro da Caisan foi feito todo um trabalho de elaborar um projeto de lei, um substitutivo, na verdade,

ao projeto de lei do Senado para a gente implantar uma política, criar uma institucionalidade e chamar atenção para a necessidade de ter essa política. No tema da Política Nacional de Agricultura Urbana, a Sesan está iniciando um trabalho de normatização do que é a agricultura urbana, do que é o agricultor urbano, quais os serviços que estão associados a isso, porque hoje não há essa normatização e também não há uma política nacional de agricultura urbana. Outro tema é do abastecimento dos mercados, com ênfase nos mercados institucionais: incluir cada vez mais agricultores mais pobres, do perfil do Pronaf A (assentado), A/C e B que são os mais vulneráveis. Os mercados institucionais têm uma capacidade de compra, obviamente, mas se você não canalizar para os mais pobres, para aqueles que têm menos condições, essa capacidade vai para as organizações já estruturadas, que têm uma condição de ocupar mercados até maiores. Então tem toda uma discussão da questão do limite. Até dando um exemplo, o limite do PAA, por família, é R\$ 4,5 mil por ano na modalidade da doação simultânea. Se a gente for ver pela média, hoje os agricultores não entregam nem os R\$ 4,5 mil. Está em torno de R\$ 3 mil, mas há uma demanda forte das organizações do campo em ampliar para R\$ 8 mil e para R\$ 20 mil. Quer dizer, há organizações que têm uma capacidade de oferta grande. E o Pnae se somou a isso e ampliou de R\$ 8 mil para R\$ 20 mil o limite por agricultor, enquanto houve manutenção do limite do PAA. Se a gente não segura isso no PAA, a gente vai beneficiar os que hoje estão com mais recursos em vez de conseguir trazer mais público da agricultura familiar, e trazê-los para o mercado institucional e, a partir daí, que eles possam se organizar e buscar outros mercados. Este é só um exemplo aqui dos nossos desafios do dia a dia enquanto gestão. Acho que cada um deles dá, de fato, uma pesquisa, um estudo, um caso.

Há a questão da qualificação dos serviços de assistência técnica e extensão rural, isso mais na área agrícola, o acesso à terra,

o desenvolvimento econômico das mulheres rurais, a questão do modelo de produção agroecológica, o aperfeiçoamento do mecanismo de gestão do conteúdo de educação voltado ao uso de agrotóxicos, organismos geneticamente modificados e demais insumos. Isso são metas do Plano de Segurança Alimentar.

Diretriz 3: a questão dos processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional – é um grande desafio intersetorial. Este tema aparece nas estratégias de Educação Alimentar nos diversos ambientes: na escola, nos espaços de assistência social, nas redes de saúde, e todos enfrentamos aquele grande desafio do aumento do sobrepeso e da obesidade, nos adultos e nas crianças, fundamentalmente. Quem não assistiu ao documentário *Muito além do peso* tem que assistir. A proposta é trabalhar aqui a Agenda Pública, promover ciência, tecnologia e inovação para Segurança Alimentar e Nutricional associada a essa diretriz. Na semana passada, a gente lançou nosso primeiro marco de referência em Educação Alimentar e Nutricional que traz o conceito, práticas, espaços onde essa área Educação Alimentar deve ser promovida e praticada, e define uma Agenda Pública para implementação que está associada à formação profissional, pesquisa e extensão. Se a gente não formar profissionais que tenham essa visão de como abordar o tema da Educação Alimentar e Nutricional, a gente também vai perecer, não vai ter mecanismos de incidir sobre esse tema. Outras questões a avançar: uma agenda federativa intersetorial, de articulação e mobilização social, agenda com entidades da sociedade civil, que várias delas praticam, já são parceiras, e trabalhar o tema da especificidade da Educação Alimentar e Nutricional junto a povos e comunidades tradicionais.

Na **Diretriz 4**, temos como principais temas a questão da Regularização Fundiária e a Política de Fomento e Estruturação da Produção. Essa é uma novidade que cresceu agora com o Brasil Sem Miséria, no eixo da inclusão produtiva. Foram criados novos instrumentos e lançadas chamadas de assistência técnica

e extensão rural específicas para promover maior qualificação da oferta de serviço articulado com o recurso de R\$ 2,4 mil por família, a fundo perdido, não a crédito, para iniciar essa superação via produção para o autoconsumo e geração de excedentes que possa ser canalizado para o PAA. Esse é um tema que não está totalmente desenhado. Não está regulamentada a ideia do fomento coletivo - você poder fazer projetos coletivos e pagar coletivamente e é um grande desafio para gestão pública, porque todo repasse de recursos hoje é regrado por uma legislação que dificulta a implantação desse tipo de projeto.

Diretriz 5: tema da saúde, do fortalecimento da alimentação e nutrição dos indivíduos. Aqui temos o conjunto de principais desafios que a gente coloca, começando pela Implantação do Plano Intersetorial de Controle e Prevenção da Obesidade, que foi elaborado também pela Caisan, e a ideia é que ele seja também monitorado, executado, acompanhado pela Caisan com a participação do Consea. Estimular o aumento da cobertura da Vigilância Alimentar e Nutricional e a questão da regulação e controle da publicidade de alimentos, um grande desafio para quem está militando há muitos anos na área, está colocado aqui como desafio.

Diretriz 6: do acesso à água. Todo mundo está acompanhando e quem não reside no semiárido e não atua lá na região está acompanhando pela mídia a atual grande seca - é um grande desafio ainda garantir o acesso universal à água de qualidade para toda a população brasileira.

Diretriz 7: a questão internacional. O Brasil sempre foi, historicamente, receptor de cooperação internacional, receptor de alimentos e agora nós temos condição de ser doadores. Nós somos já doadores de alimentos - Milton Rondó está aí para testemunhar os desafios de a gente inverter a lógica e ser doador - e podemos aperfeiçoar nossa condição de ser também doadores de

experiências, de práticas, de programas, de políticas e de recursos para nossas prioridades, África, América Latina, cooperação Sul-Sul. Este é o desafio colocado na Diretriz 7.

Na **Diretriz 8** está o monitoramento e a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada. A questão de disponibilizar informações e indicadores, implantar a própria metodologia de monitoramento do Plano que está associada ao direito, a garantia de mecanismos de exigibilidade, a formação e capacitação no tema, temos um amplo horizonte a desenvolver.

Antes de acabar, eu só queria reforçar, nessa linha do que a gente falou, de qualificar equipamentos e trabalhar a mobilização e capacitação, que está em discussão com o Ministério da Ciência e Tecnologia a criação de Centros Vocacionais Tecnológicos em Segurança Alimentar e Nutricional. Já apresentamos no Consea. Não sei se todos conhecem os Centros Vocacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia, são estruturas vinculadas a universidades, a um *pool* de universidades, nos moldes até do Cecane, mas não têm relação com eles, em que você trabalha formação de estudantes, com bolsas, para estar casado com alguma estrutura de execução, uma estrutura de atendimento, algum serviço à sociedade. O que a gente está propondo é que esteja próximo de um restaurante, de uma cozinha, de um banco de alimentos ou de mais de um, ou de uma central de abastecimento para você trabalhar como espaço de formação e escola de capacitação para os usuários, para os trabalhadores e para os estudantes. Eu vou passar bem rápido aqui e vou deixar para o debate mais ou menos o que a gente está trabalhando na discussão da construção dessa Agenda.

Concluindo, essa Agenda, nessa questão da demanda, o que a gente considera importante que a Academia pode contribuir: primeiro, isso já foi colocado ontem, a Academia pode contribuir na análise dos determinantes da Insegurança Alimentar e Nutricional, no nível micro, no nível meso e no nível macro. Macro na linha do

que o Renato S. Maluf estava falando ontem; micro no sentido da localidade, como que se incide na localidade, ou seja, avaliar se as políticas hoje, essas que a gente apresenta, têm condições de incidir sobre os determinantes, ou não. Ou a gente vai atuar no efeito e não na causa. Isso é um tema de pesquisa que perpassa tudo. O segundo é avaliar as políticas que existem, em relação ao desenho, em relação ao escopo, suas atividades, seus processos de implantação - também a Luciene Burlandy falou ontem, não é só o resultado, mas é também o processo que vale. O terceiro: avaliar lacunas nessas políticas, seja por conta dos determinantes, seja nessa forma de implantação. Um quarto ponto é o monitoramento desses resultados. Como isso incide sobre a realidade. Seja nas pessoas, na sua condição de Segurança Alimentar e Nutricional, seja na comunidade, seja na localidade, na região, seja no País. Então esses são os níveis de incidência das políticas. Basicamente uma forma de sintetizar um pouco a contribuição que a Academia já tem dado à questão do acompanhamento e avaliação de políticas públicas. Obrigada.

Financiamento e a organização da área de pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

Márcia Luz da Motta

Diretora substituta do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit), do Ministério da Saúde (MS)

Bom dia a todos. Em primeiro lugar, agradeço o convite ao Departamento de Ciência e Tecnologia na pessoa do diretor, Dr. Jaílson Correia, que não pôde comparecer, devido a uma viagem que estava agendada anteriormente. É com grande prazer que falarei para uma comunidade tão atuante na área da pesquisa em Saúde, pesquisadores e profissionais dedicados ao tema da Alimentação e Nutrição. Hoje falarei sobre o financiamento e a organização da área de pesquisa em Saúde no âmbito do Ministério da Saúde, especificamente, em Segurança Alimentar e Nutricional.

Faço a ressalva que muitas das nossas ações de fomento são concretizadas por meio de duas agências que estão representadas aqui, nossos velhos parceiros de trabalho, diria até que se trata de um casamento. Por exemplo, o Decit tem um casamento bem-sucedido com o CNPq, de vez em quando discutimos a relação, com a Finep também, mas trata-se de casamentos muito bem-sucedidos, pois são por intermédio dessas agências que conseguimos viabilizar nossas ideias, as grandes propostas de pesquisa, pois o Ministério não dispõe de uma máquina para isso, preparada para contratar pesquisas, especialmente por um processo de concorrência pública. O MDS também é um parceiro importante ao longo dos últimos anos, e recentemente foi útil conhecer a experiência do MDS na contratação de grandes projetos para utilizarmos na Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Uso Racional de Medicamentos (Pnaum). Estou me sentindo muito à vontade nesta mesa, pois são velhos parceiros de trabalho.

Eu inicio a minha fala destacando a Constituição Federal de 1988, quando passam a ser desenvolvidas, no âmbito do SUS, políticas e programas de saúde e nutrição. A forte interligação entre o direito à saúde e o direito à alimentação adequada credita às políticas públicas de saúde e nutrição um importante papel na promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Reconhecendo a importância desse papel, a partir da Constituição de 1988, o Ministério da Saúde passa a ter uma área de alimentação e nutrição dedicando-se mais fortemente a esse tema. A partir daí, são definidos indicadores de saúde que ajudam na gestão, especialmente para área de alimentação e nutrição, com a ajuda da Ripsa, que é a Rede Interagencial de Informações para Saúde e tem como um dos objetivos a definição de informações essenciais e consistentes para a análise das condições de saúde no País. Em 1995, o Ministério da Saúde e a Representação da Opas no Brasil acordaram em cooperar no aperfeiçoamento de informações para a saúde, a estratégia proposta foi a criação da Ripsa.

Figura 2.

Indicadores de saúde relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional

Indicadores de saúde relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional:

- ✓ Índices Antropométricos para todas as etapas do curso da vida
- ✓ Baixo peso ao nascer
- ✓ Prevalência do Aleitamento Materno
- ✓ Acesso ao Pré-Natal
- ✓ Taxa de mortalidade infantil
- ✓ Prevalência da anemia ferropriva
- ✓ Prevalência da hipovitaminose A
- ✓ Monitoramento do teor do iodo no sal
- ✓ Alimento Seguro
- ✓ Saneamento Básico

A principal sistematização dos indicadores e fontes de dados de saúde é feita por meio do IDB/Ripsa (Indicadores e Dados Básicos para a Saúde da Rede Interagencial de Informações para a Saúde), da qual faz parte a maioria dos indicadores trabalhados inclusive no âmbito do Consea.

Fonte: Decit/SCTIE/MS.

Esses indicadores ajudam a acompanhar, monitorar e avaliar as políticas, ações e programas nesta área que estão em curso. Um tempo depois, foi implantada a área de pesquisa dentro do Ministério da Saúde. Hoje a questão de pesquisa em Saúde no Ministério está consolidada. Em 1994 foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde, nesse evento foi proposta uma ampla agenda que permitisse ao setor de Ciência e Tecnologia em Saúde gerar e incorporar conhecimentos voltados para a compreensão e a solução dos problemas de saúde do País, resgatando a importância do papel do Ministério da Saúde no contexto de C&T. Em 2004, aconteceu a 2ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde. Nesse momento, foram produzidos dois documentos, a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e a Agenda Nacional de Prioridade de Pesquisa em Saúde, muitos dos presentes

conhecem e contribuíram para sua elaboração. Recentemente, em 2011, foi produzido um novo documento de prioridades denominado Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde (PESS), trata-se de um documento que define as prioridades de pesquisa para o Ministério da Saúde, para a gestão, no qual a área de alimentação e nutrição está representada, porém não é um documento de prioridades nacionais de pesquisa em Saúde. Para o Decit, o documento Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde é uma bíblia, tentamos seguir à risca o que está definido, os princípios norteadores são a questão do mérito e do apelo científico, associados à questão das mudanças. Isso é muito importante, pois neste ponto áreas sensíveis à saúde emergem no campo da relevância da ação sanitária. O objetivo maior é contribuir para que o desenvolvimento nacional se faça de modo sustentável, com apoio na produção de conhecimentos técnico-científicos ajustados às necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas do País.

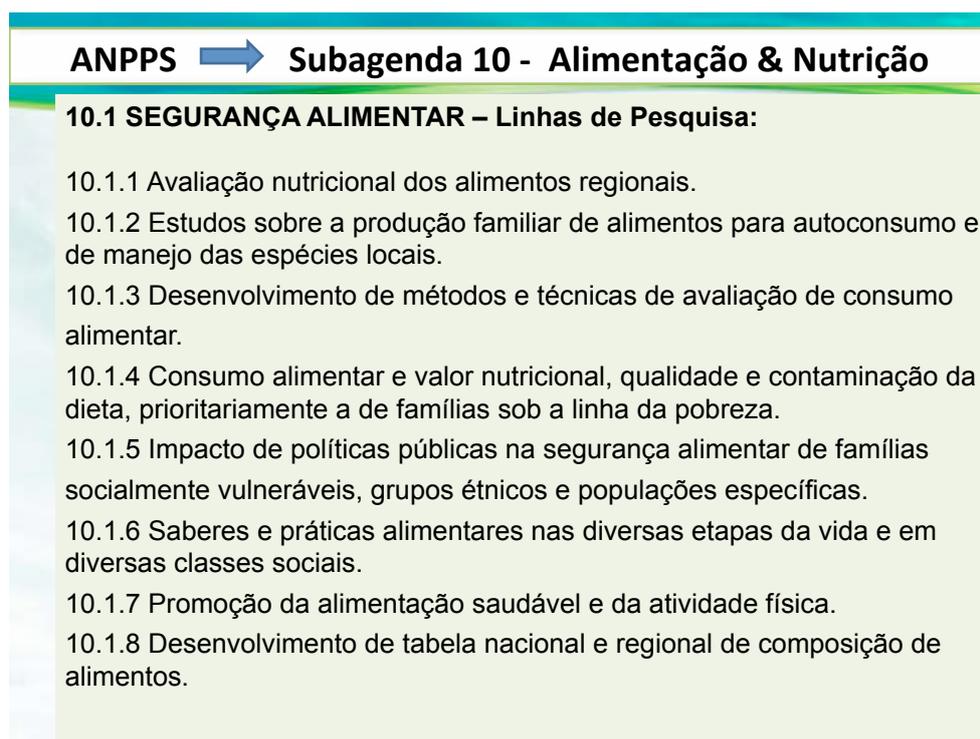
Figura 3.
Política Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação em Saúde



Fonte: Decit/SCTIE/MS.

O outro documento é a Agenda Nacional de Prioridade em Pesquisa, que foi confeccionada sob uma lógica de subagendas, são 24 e estão enumeradas no sumário do documento, cada uma dessas corresponde a uma área de investigação. Pode representar uma área de atuação em saúde ou de conhecimento, por exemplo, saúde da mulher, saúde da criança, da população negra, pesquisa clínica, doenças transmissíveis, doenças não transmissíveis, a 10ª é uma Agenda de Alimentação e Nutrição. Cada uma das subagendas tem uma série de linhas de pesquisa que são, na verdade, as prioridades de pesquisa para aquela área.

Figura 4.
Linhas de pesquisa da Subagenda
Alimentação e Nutrição da ANPPS



Fonte: Decit/SCTIE/MS.

Para viabilizar as prioridades, que foram definidas por gestores e pesquisadores da área de Saúde, utilizamos como estratégia de fomento três tipos de modalidades. O fomento nacional,

a modalidade clássica, que é operacionalizado por meio dos editais do CNPq e da Finep. Lança-se um edital com um tema específico, que chamamos de edital temático, são definidas as linhas de pesquisa de interesse e podem concorrer instituições do Brasil inteiro, e no processo de julgamento as melhores propostas são selecionadas. Esse tipo de modalidade acaba reforçando os lugares, os pesquisadores e instituições que têm mais tradição, principalmente aqui na região Sudeste, mais especificamente no eixo Rio-São Paulo. Sabendo desse problema, lançamos o PPSUS, Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (SUS). O principal objetivo dessa modalidade é contribuir para a diminuição das desigualdades regionais na produção de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (CT&I/S), via parceria entre Decit/MS, Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, Secretarias Estaduais de Saúde e CNPq. Passamos os recursos do Ministério da Saúde para o CNPq, que, por sua vez, realiza os convênios com as Fundações de Amparo à Pesquisa. Participam do edital as instituições e pesquisadores locais. Além dessas, o Decit dispõe de uma modalidade denominada contratação direta, que ocorre em casos bem específicos, e em situações de urgência lançamos mão dessa modalidade. A seguir, apresento alguns resultados desde 2004, especificamente, de financiamento à pesquisa na área de Alimentação e Nutrição. Nesse ano lançamos um edital de aproximadamente R\$ 4,3 milhões. Em 2005, foi lançado o edital Alimentação, Nutrição e Promoção da Alimentação e Modos de Vida Saudável, de aproximadamente R\$ 5 milhões. Em 2006, tivemos a PNDS, a Pesquisa Nacional do Desenvolvimento em Saúde da Criança e Saúde da Mulher, que contemplou esta temática.

Figura 5.
Editais temáticos lançados pelo Decit/MS sobre o tema Alimentação e Nutrição

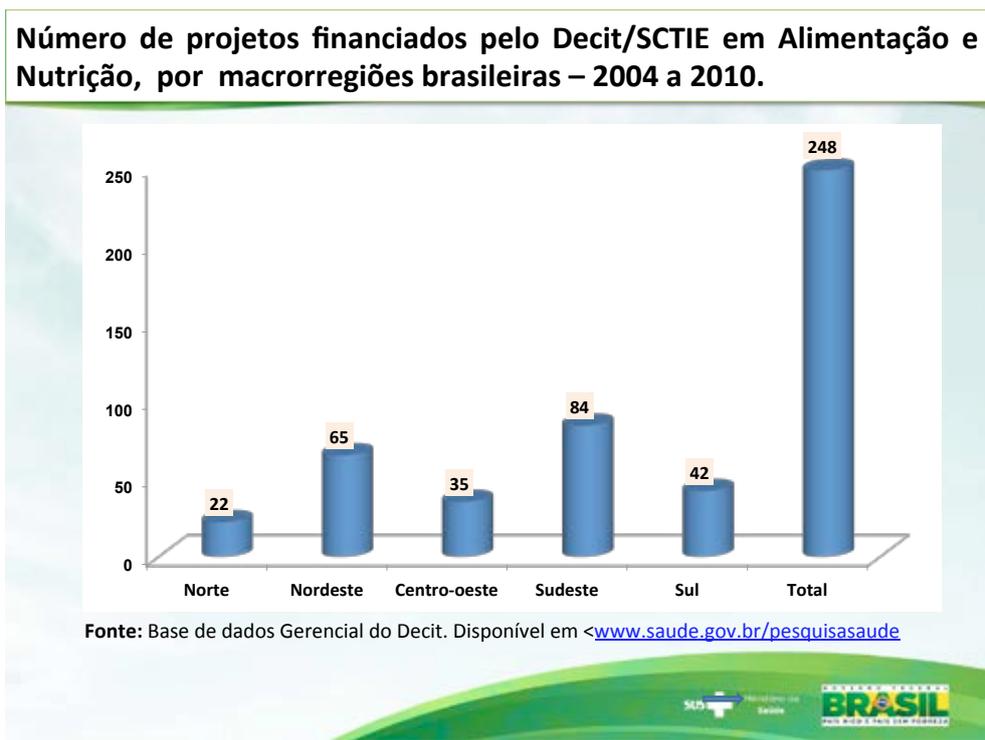


Fonte: Decit/SCTIE/MS.

No âmbito do Ministério da Saúde, com financiamento de outras áreas, tivemos a pesquisa do Sistema de Monitoramento de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por meio de um inquérito telefônico. Trata-se de um estudo desenvolvido pela USP, em 26 estados, que contempla o tema da Alimentação e Nutrição. Há ainda uma iniciativa da Secretaria de Vigilância a Saúde (SVS), com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), na qual com uma amostra de representatividade nacional, serão realizados exames bioquímicos, com coleta de sangue e coleta de urina para 16 mil pessoas. O questionário abordará também questões de alimentação e nutrição. Acreditamos que é uma pesquisa que trará dados importantes para pesquisadores e gestores dessa área.

Ao longo dos últimos anos, o Decit tem fomentado projetos sobre esse tema. Foram 248 projetos, com um aporte de recursos na ordem de R\$ 12,7 milhões. Na distribuição por região, podemos observar uma concentração na região Sudeste, como foi dito anteriormente.

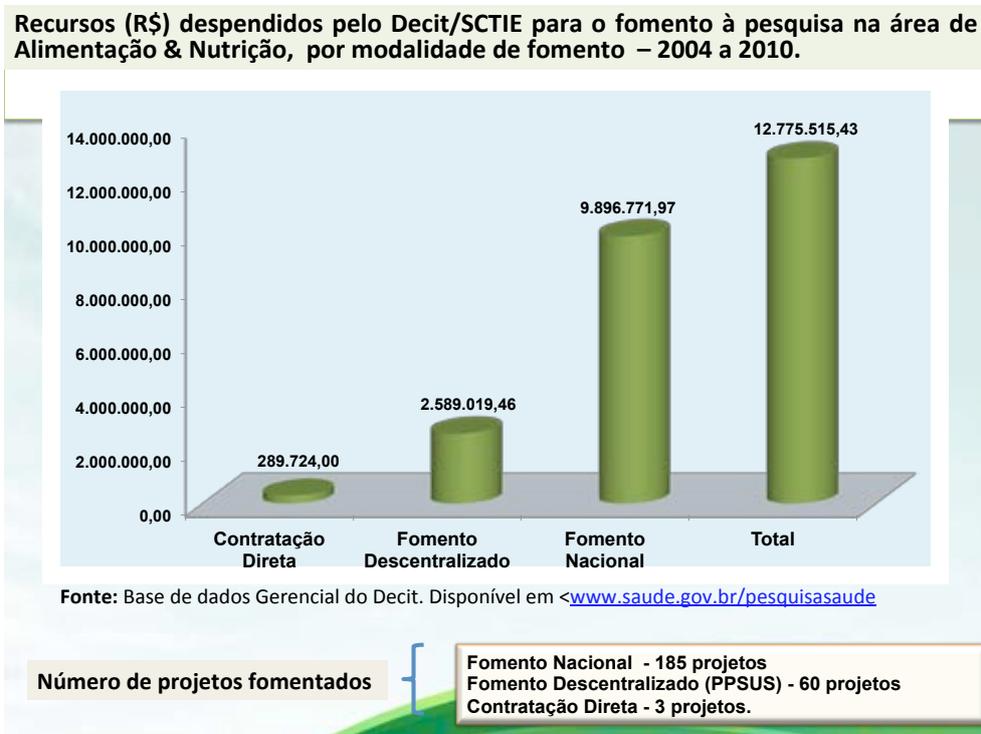
Figura 6.
Projetos financiados em Alimentação e Nutrição



Fonte: Decit/SCTIE/MS.

Na modalidade de fomento nacional, foram apoiados 185 projetos, no fomento descentralizado, 60, e apenas três na contratação direta. No PPSUS foi investido cerca de R\$ 2,5 milhões.

Figura 7.
Projetos financiados em Alimentação e Nutrição por modalidade de fomento



Fonte: Decit/SCTIE/MS.

A Agenda de Pesquisa em SAN: as Conferências Nacionais de SAN

Elaine Pasquim

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

A discussão sobre a Agenda de Pesquisa é fundamental para embasar e subsidiar a organização dos pesquisadores e possibilitar um real impacto social da Academia, baseado em necessidades reais da sociedade e da gestão. Nesta apresentação, eu explico como o grupo organizador pensou esse processo de construção da Agenda.

Em 2003, vários instrumentos legais e institucionais, relacionados à SAN, começaram a surgir, demandando maior produção acadêmica, intercâmbio de informações e conhecimento interdisciplinar, editais. Diante disso, os pesquisadores começaram a identificar as demandas, as necessidades e questões para a Ciência e Tecnologia na área de Segurança Alimentar e Nutricional. Durante a 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, houve uma oficina que tratou a Ciência e a Tecnologia nessa temática, resultando como demanda a criação, no Consea, de um GT (Grupo de Trabalho) que discutisse a Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional. No início de 2012, essa demanda foi concretizada, e no âmbito desse GT Pesquisa em SAN foi pensada a proposta deste Seminário.

O GT Pesquisa objetiva discutir a demanda de Segurança Alimentar e Nutricional para a Ciência e Tecnologia, envolvendo: o desenvolvimento de um processo de definição de uma Agenda de Pesquisa; a articulação e troca de experiência entre grupos de pesquisa; a geração de evidências para incidir nas políticas públicas; a qualificação e formação de diferentes profissionais em SAN.

Segue detalhamento, passo a passo, de como foi esse processo da construção da Agenda:

1º passo. Foi feito o resgate das demandas prévias de pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional. As Conferências Nacionais se constituem em grande fonte de informações, mesmo a discussão de pesquisas e de linhas de pesquisas não sendo o foco principal de seus debates. Entretanto, as demandas das Conferências apresentavam propostas de pesquisa e linhas de pesquisas que retratam o conhecimento disponível à época e a evolução das evidências. Além disso, essas demandas são validadas conforme as necessidades identificadas por governo, sociedade civil e comunidade científica ao longo dos anos, portanto, ao serem submetidas a uma plenária. Assim, a partir dos relatórios finais,

foi possível identificar as linhas de pesquisa discutidas ao longo dos anos pelas Conferências Nacionais de SAN, da primeira à quarta. Utilizou-se, ainda, o Relatório da Agenda de Prioridade em Pesquisa de Saúde do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit), do Ministério da Saúde. O Seminário do Decit/MS para discussão das linhas de pesquisa em Saúde teve como um dos subtemas a Segurança Alimentar e Nutricional e, por esse motivo, seu relatório também foi considerado.

Como linha do tempo, as contribuições relativas à Pesquisa em SAN nas Conferências começam com a primeira em 1994; dez anos depois, a segunda em 2004; a terceira em 2007; e a quarta Conferência em 2011. O Seminário para discussão da Agenda de Prioridades em Saúde do Decit aconteceu em 2003.

2º Passo. As linhas de pesquisa foram organizadas em temas, que foram definidos conforme os eixos da Política Nacional de SAN e os princípios da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan): Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional, Direito Humano à Alimentação Adequada, Participação Social e Intersetorialidade. Baseado nos oito eixos da Política, foram agrupados cinco temas correlatos, que reuniram as linhas de pesquisa identificadas nas Conferências. Conforme o assunto, as linhas de pesquisa foram reunidas, reorganizadas, separadas em cada um dos cinco temas. Estas linhas podem contemplar qualquer etapa de conhecimento, da pesquisa básica à aplicada, sem restrições quanto às áreas de conhecimento envolvidas. Não foram definidos critérios de seleção/exclusão das linhas de pesquisa; estas foram apenas reagrupadas.

3º Passo. Foi realizada uma discussão no Seminário de Pesquisa para complementações, adequações da listagem das linhas de pesquisas previamente separadas por temas. Esta terceira etapa de construção da Agenda pretendeu reunir as discussões realizadas durante os Grupos de Trabalho com o conhecimento

advindo da Academia, as informações fornecidas pelos gestores – como as que a Maya Takagi trouxe, referentes às demandas frente ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional –, e as apresentações das mesas deste Seminário, que abordaram um histórico sobre a Pesquisa em SAN.

Em um próximo passo, foi disponibilizado para consulta pública o documento discutido neste Seminário, como uma forma de ampliar o debate para a sociedade como um todo, movimentos sociais, incorporando e sistematizando essas contribuições no texto da Agenda.

Em uma visão geral, muitas das demandas relacionadas à ciência, tecnologia e inovação nas Conferências eram relativas a ensino, pesquisa e extensão. Dentre essas demandas, a maior ênfase foi em propostas de pesquisas envolvendo temáticas diversas, áreas de conhecimento diversas. Há temáticas que, apesar de serem demandas de Conferências, não se configuram como propostas de linhas de pesquisa, mas de gestão de pesquisa ou gestão de ações, programas e políticas públicas de ciência e tecnologia. A divulgação de informações, por exemplo, aparece como preocupação constante em todas as Conferências analisadas, embora não se configure, propriamente, uma linha de pesquisa. Portanto, estas propostas relacionadas à gestão da pesquisa não foram incorporadas à Agenda.

Retomando a Agenda, especificamente em relação aos temas, optou-se por dividir os grupos de trabalho pelos seguintes agrupamentos:

Tema 1. Acesso universal à alimentação adequada e saudável e à água, cultural e socialmente adequadas, considerando as características e/ou desigualdades geográficas, de gênero, étnicas, raciais e demais vulnerabilidades sociais, incluindo povos indígenas, quilombolas, demais povos e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária. Em geral, aqui se trata mais do acesso para consumo, e inclui desde SAN entre povos e

comunidades tradicionais até doenças específicas, impacto de grandes projetos, impacto de políticas públicas, saberes e práticas alimentares, e transição agroecológica de base familiar. Assim, reuniram-se nesta temática ampla as linhas de pesquisa correlatas a ela.

Tema 2. Sistemas sustentáveis e descentralizados de produção, processamento, distribuição e abastecimento de alimentos, considerando extração, pesca e aquicultura, e tecnologias de base agroecológica; acesso à água em qualidade e quantidade, neste caso, com foco maior para produção. As linhas de pesquisa identificadas nas Conferências e incorporadas a este tema incluem: cadeia de produção agropecuária, potencial econômico das vocações regionais, produção voltada para a obtenção do alimento seguro e adequado nutricionalmente, agricultura urbana, cultivos tradicionais e orgânicos, tecnologia sociais, transição agroecológica de base familiar e agrotóxico.

Tema 3. Educação e Formação, compreendendo linhas relativas à Educação Alimentar e Nutricional; e à formação profissional e processos de educação permanente nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional e de Direito Humano à Alimentação Adequada. Abrange desde o consumo alimentar, cultura alimentar, conhecimento popular e acadêmico e Educação Alimentar e Nutricional. Essas foram as linhas abordadas nas Conferências, e talvez, já se possa identificar lacunas a serem complementadas, como no caso da formação profissional, que foi o trabalho estimulado nos grupos.

Tema 4. Atenção nutricional em todos os níveis da atenção à saúde articulados às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional. Esse tema ficou bastante denso, pois incorporou a Agenda de Prioridades em Saúde, do Decit/MS, quanto à discussão específica da Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde. As linhas de pesquisa contidas neste tema são: determinantes da

fome e da desnutrição, alimentação saudável no ambiente escolar, necessidades alimentares especiais, alimentos regionais, atividade física, composição de alimentos, alimentação institucional, biossegurança, alimentos industrializados, aleitamento e complementação alimentar, carências nutricionais, sobrepeso e obesidade, manejo clínico dos problemas nutricionais, avaliação nutricional, agrotóxicos.

Tema 5. Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada em âmbito nacional e internacional, inclusive o monitoramento da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, o impacto da Segurança Alimentar sobre condições de saúde ou de outras dimensões sociais, e o monitoramento de processos e avaliação de resultados, impacto e relações intersetoriais da política e programas de SAN. Estão neste tema as linhas de pesquisa relativas a: políticas públicas de SAN, participação social, orçamento, volatilidade de preços de alimentos, indicadores de direitos humanos para a formulação de políticas públicas, avaliação de ações, programas e políticas públicas, indicadores sobre a situação de Insegurança Alimentar e Nutricional.

Então, em uma visão geral, as linhas de pesquisa mais frequentes em todas as Conferências, desde 1994 até a última, em 2011, são basicamente três: programas e políticas públicas, consumo alimentar e cadeia agropecuária. Estas linhas, na verdade, parecem tópicos guarda-chuvas, que envolvem várias outras linhas e são tópicos já consolidados nas discussões sobre Segurança Alimentar e Nutricional.

Em relação à evolução da demanda pelo conhecimento em SAN, da primeira Conferência à última, percebe-se que a demanda pelo conhecimento se modifica ao longo dos anos. Por exemplo, a linha de pesquisa sobre agricultura urbana e periurbana só aparece a partir da II Conferência; a produção agroecológica e orgânica também só aparecem a partir da segunda; organismos geneticamente modificados, biossegurança e produção sem

agrotóxicos a partir da segunda; o acesso à água, como linha de pesquisa, só aparece na quarta Conferência. Pode ter aparecido, com certeza, nas Conferências anteriores como demanda de gestão de programas, mas como linha, só na quarta. A linha referente a alimento seguro e nutricionalmente adequado na produção só a partir da segunda; Educação Alimentar e Nutricional, na terceira; sobrepeso e obesidade aparecem como linha de pesquisa apenas na proposta do Decit, não aparecendo como linha de pesquisa nas Conferências de SAN. A linha de pesquisa quanto à participação social é apresentada a partir da segunda Conferência; o direito humano como indicador de política pública, na quarta Conferência; a volatilidade de preços também na quarta. Cultura alimentar e patrimônio alimentar são propostos desde a primeira Conferência, mas povos e comunidades tradicionais em Segurança Alimentar e Nutricional aparecem diretamente apenas na segunda; e gênero, a partir da terceira Conferência. Estas linhas revelam que, conforme a evolução do contexto social, econômico e político, novas demandas de conhecimento são necessárias.

Diante disso, fica a pergunta: de que Pesquisa em SAN precisamos? As Conferências apontam algumas lacunas, mas precisam ser complementadas e atualizadas conforme o contexto atual. Assim, a discussão da Pesquisa em SAN durante o Seminário previsto no âmbito do Consea visou possibilitar que as linhas propostas fossem aprimoradas e redirecionadas frente às necessidades da sociedade e da gestão das políticas públicas, contribuindo para a garantia da SAN e do Direito Humano à Alimentação Adequada, por meio de produção de conhecimentos que aportem soluções para essas necessidades.

Ressalta-se que a pesquisa não é a única nesse papel e que, na verdade, é necessária uma corresponsabilidade entre atores. Desse modo, é responsabilidade de todos buscar construir em conjunto uma proposta de Agenda que congregue o conhecimento da Academia, o saber popular, o governo e o controle social. Obrigada.

Conhecimento acadêmico e diálogo com as ações e políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Renato Maluf

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/CPDA e Ceresan
(Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional)

Bom dia a todas e todos, queridos e queridas companheiras de mesa, quero começar manifestando minha enorme satisfação pela realização de um antigo desejo nosso, que circulava no Consea há anos, de promover esse evento. É bom que vocês saibam, se é que já não sabem, que a origem do Seminário que estamos iniciando está na demanda dos colegas da universidade, pesquisadores, para que promovêssemos um debate desta natureza. O Consea acolheu, com muita sabedoria, essa demanda. Espera-se que eu trate da geração de conhecimento acadêmico em SAN, o que farei com uma abordagem que faz o conhecimento dialogar com as ações e políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional. Seguindo a orientação do grupo organizador do Seminário, lançarei questões para reflexão e debate, porém, irei fazê-lo na forma de afirmações talvez um pouco ousadas.

Organizei a apresentação em três blocos, começando pela discussão do estatuto teórico-conceitual da Segurança Alimentar e Nutricional. Se queremos discutir pesquisa e geração de conhecimento, é preciso começar enfrentando a nossa referência principal. Já argumentei em texto a respeito de que, no meu modo de ver, a noção de Segurança Alimentar e Nutricional não possui um estatuto teórico que lhe daria a condição de conceito, sendo mais propriamente uma noção que expressa um objetivo de política pública. Todas as noções que expressam objetivos de políticas públicas estão sujeitas a distintas acepções, dependendo de quem as está utilizando, dependendo do ator e do “lugar” desde o qual ele fala. Pode se tratar de governos

nacionais, organismos multilaterais, movimentos e organizações sociais ou agentes econômicos. Como outras, a SAN é uma noção que envolve conflitos, já se disse que é uma noção em disputa.

No entanto, ressalto o esforço de conceituação que tem sido feito principalmente no Brasil, mas não apenas aqui, com a pretensão de retirar a SAN dos limites dos enfoques setoriais, sejam eles o agrícola ou o da saúde, e também para ir além da dimensão compensatória ou emergencial como ela é, comumente, considerada. A pretensão é de tornar a SAN um objetivo orientador de estratégias. Nesse sentido, a SAN é, inescapavelmente, normativa, uma referência normativa, um “dever ser” que, portanto, expressa uma intenção. Por essa razão, costumo fazer uma analogia com o desenvolvimento sustentável, noção que, a meu ver, tem estatuto análogo ao que atribuo à SAN.

Decorre do anterior que são várias as teorias ou campos disciplinares que podem ser mobilizados na Pesquisa em SAN. Mencionarei três temas com os quais eu mesmo já estive envolvido, mas, certamente, haverá vários outros. Tenho sustentado que existe uma questão alimentar no desenvolvimento, para além do tema da SAN, estritamente falando. Os países e seus governos se defrontam, permanentemente, com a questão alimentar englobando não apenas a dimensão socioeconômica, mas também a política e, crescentemente, a cultural. De forma analítica, pode-se avaliar a SAN em termos da condição alimentar e nutricional de indivíduos, famílias, grupos sociais ou mesmo países, tendo em conta que ela tem múltiplas dimensões, múltiplos determinantes. Por fim, pode-se abordar a SAN como um referencial de política pública, recorrendo ao chamado enfoque cognitivo. Em suma, a SAN tem essa característica que limita, de certo modo, suas possibilidades teóricas, mas não a torna menos importante.

Por isso mesmo, mais fôlego conceitual têm as duas outras referências que, no meu modo de ver, são-lhes correlatas,

a saber, a Soberania Alimentar e o direito humano à alimentação. No entanto, aqui cabe uma ressalva. A noção de Soberania Alimentar é fruto das lutas sociais, foi assim que ela emergiu, o que me leva a afirmar que a maneira como ela vem sendo usada ainda não lhe dá o alcance conceitual que pode vir a ter. Ela tem sido usada como instrumento de luta, conceitos podem ser usados como instrumento de luta, porém é preciso ainda maior desenvolvimento da noção de Soberania Alimentar para que ela chegue ao patamar que proponho. Desafio semelhante se coloca para o direito humano à alimentação, embora seja bem distinta trajetória da qual ela emergiu. Minha interpretação sobre o modo como juntamos essas três referências no Brasil toma a SAN como objetivo de políticas públicas a serem formuladas, por sua vez, à luz de dois princípios: a soberania e o direito. Por aí, vejo bastante possibilidade de avançar.

O segundo conjunto de questões se refere a elementos de contexto, mais propriamente às questões de pesquisa colocadas pelo contexto atual, ainda mais sabendo que vivemos em um contexto crítico. De um lado, temos uma crise de alimento sobre a qual muitos de nós vimos desenvolvendo uma interpretação que a toma não como uma mera crise conjuntural, mas como uma crise do sistema alimentar mundial. Essa crise, infelizmente por más razões, colocou a alimentação e, com ela, a agricultura, de volta ao centro do debate internacional. De fato, há uma crise estrutural do sistema alimentar mundial que não está só, já que estamos frente a uma confluência de quatro crises: a alimentar, a econômica, a energética e a ambiental, esta última sobretudo climática. São crises com temporalidades distintas, mas o fato é que são, todas elas, sistêmicas e interligadas, não admitindo respostas que não levem em conta essa articulação. Esse é o diagnóstico que vem desenvolvendo o Consea já há algum tempo.

Esse contexto crítico nos permite pensar em, pelo menos, quatro eixos de investigação que eu arriscaria a levantar aqui. Primeiro,

obviamente, cabe analisar as dinâmicas presentes no sistema alimentar mundial, e no Brasil como partícipe desse sistema alimentar mundial – talvez, um dos principais contribuintes para o perfil adquirido pelo sistema alimentar mundial dada a importância do País nesse campo. Muitas referências podem ser mobilizadas nesse eixo, por exemplo, trabalhando com a noção de regime alimentar, que sustenta estarmos vivendo sob o regime alimentar das corporações, no qual a estruturação do sistema alimentar mundial e as suas principais dinâmicas estão sob a égide, o controle hegemônico de um reduzido número de corporações, portanto é a lógica privada que prevalece. Entre outras, há questões de governança que são globais. Está sendo perdida a referência do multilateralismo, levando as questões ligadas aos alimentos, incluindo a agricultura, a serem definidas seja pela lógica privada das corporações, seja pela organização de grupos de países mais poderosos, os diversos Gs que estão por aí. Há vários “Brasis” que se expressam nessa problemática, pois além de ser um país heterogêneo, como a maioria dos países é, caracteriza-se neste campo, em especial, por ter distintas inserções, aliás, com contradições entre elas. Somos um País que, ao mesmo tempo, projeta estratégias que dizem respeito à igualdade social e proclama a Segurança Alimentar, enquanto é um grande exportador, usa e abusa de transgênicos e dos agrotóxicos e incide no mercado internacional com este perfil.

Segundo, verificar as perspectivas futuras e respostas possíveis. Há riscos reais, sim, podendo-se dizer que o planeta não aguenta a reprodução do modelo atual. Mas é preciso tomar um cuidado, já que facilmente se cai em uma armadilha que nos armam os eternos neomalthusianos de mãos dadas com os tecnicistas. Uma população crescente resulta em aumento na demanda por alimentos, portanto, é preciso produzir com mais tecnologia, no caso, seguir fazendo “mais do mesmo”. Existem alternativas, claro, e é preciso pensar nelas. No entanto, gostaria de insistir na ideia

de nos dedicarmos mais a tratar da questão das transições, um desafio que está posto em vários campos. Modelar alternativas, imaginá-las, nem é tão difícil. Exige um pouco de imaginação, é certo, mas é possível ao menos esboçá-las. Mais complexo é avaliar os desafios das transições necessárias dos modelos vigentes aos padrões alternativos.

Terceiro: a persistência da mazela da fome. Claro que seguem como eixo de investigação e, obviamente, de ação as questões relacionadas com pobreza e desigualdade. Já sabemos quão complexas são as relações entre pobreza, desigualdade, fome, desnutrição e condição alimentar nacional.

Por fim, o quarto eixo de investigação que, pode-se dizer, congrega todas as questões que costumamos discutir diz respeito à articulação entre modelos de produção e padrões de consumo. Acho que já temos bem estabelecido entre nós que não se pode discutir ambas as dimensões separadamente, porém, para avançar nessa investigação, deve-se ser capaz de reunir economia, sociedade, saúde, ambiente e cultura.

Com esses elementos, chego a um ponto que se destaca entre os desafios analíticos e metodológicos subjacentes à temática do Seminário, que é a relação entre interdisciplinaridade e intersetorialidade. Julgo que está bastante bem estabelecida entre nós a compreensão de que o atingimento do objetivo da SAN requer ações e políticas públicas intersetoriais, por se tratar de um fenômeno com múltiplas dimensões. Esclareço que utilizo a expressão ações e políticas públicas para me referir, não sei se com suficiente rigor teórico, aos programas e ações que não são apenas governamentais, mas que têm sentido público. O pressuposto da intersetorialidade requer, contudo, discutir melhor como traduzir intersetorialidade em ações integradas. Realizar ações envolvendo múltiplos setores não traz novidade nenhuma, pois isso se faz já há muito tempo, como as conhecidas ações em parceria. Porém, uma

questão a ser pensada é como ir além de ações multissetoriais e chegar a ações integradas.

A possibilidade da intersetorialidade se defronta com, pelo menos, dois desafios que dizem respeito à natureza do Estado e à sua organização. Primeiro, a organização setorial do Estado. Ela não é fortuita, muitas vezes nos incomoda, mas tem razões a serem buscadas numa certa racionalidade que implica certa disciplinaridade. Além delas, há também questões relativas a poder. Então, a organização setorial do Estado é uma expressão de formas de conhecimento (disciplinar), com instrumentos e linguagens próprias, mas ela é também uma expressão de poder. Ao lado disso, outra característica que se coloca como desafio para as ações intersetoriais é a composição dos governos. Os governos são uma composição, todo governo é uma composição. Com frequência a gente se queixa e critica os governos por contemplarem mais de uma posição, mas deveríamos estar aliviados por ser assim. Governos monolíticos são sinônimos de totalitarismo, e totalitarismo não é algo que se deseje. É claro que nos incomoda muito quando a composição vai além do tolerável e se baseia em procedimentos questionáveis, chegando a configurar contradições explícitas entre os setores. Seja como for, este é um segundo fator que coloca desafios para a construção da intersetorialidade na medida em que governos não são um bloco e se tem que lidar com as composições heterogêneas com métodos democráticos. Um autor disse que a democracia é concordar em discordar. Creio que se lida melhor com isso quanto mais capazes formos de dar visibilidade aos conflitos de visões e interesses. A pesquisa tem também um papel a desempenhar aí, não é?

Isso me leva à questão da participação social. Embora importante, não é objeto específico da nossa discussão analisar os papéis da participação, critérios de representação, espaços públicos que envolvem a participação social etc. No entanto, entendo que há um objeto específico de reflexão e pesquisa, no que se

refere à participação social, relacionado com a demanda por intersectorialidade. Quem a demanda e quais são as dinâmicas promotoras de intersectorialidade? A experiência brasileira tem mostrado que, embora as demandas que vêm da sociedade nem sempre expressem uma perspectiva intersectorial – aliás, no mais das vezes, são demandas setorializadas – a construção da intersectorialidade se dá mais “de fora para dentro” do Estado do que por dinâmicas internas ao Estado. Isto é, ela se dá mais por pressão da sociedade do que por um desdobramento da dinâmica normal de governo. Creio que vale a pena refletir sobre essa questão.

Por último, abordo brevemente a questão do conhecimento interdisciplinar. Como consequência do que disse antes, são frequentes as queixas, insatisfações e críticas devidas à dificuldade do diálogo intersectorial no interior dos governos. Quando elas partem dos colegas da Academia, costumo lembrar que isso não é nem um pouco diferente da nossa dificuldade de fazer diálogo interdisciplinar na Universidade. São dificuldades muito parecidas, envolvem questões análogas, embora em campos distintos. Na Academia também, assim como no Estado, campos disciplinares envolvem questões de linguagem e conhecimento específico e também questões de poder. A epistemologia da ciência passa também por questões de poder. Aliás, eu pertencço a um campo disciplinar que é bastante bem treinado em usar o conhecimento como instrumento de poder, que é a economia. Penso que a pesquisa cumpre um papel fundamental na direção da diminuição das fronteiras disciplinares, junto com a valorização de outras formas de geração de conhecimento. Eu diria que esta talvez seja uma das principais contribuições da Pesquisa em SAN pelo que ela favorece, mais do que em outras áreas, em termos de possibilidades de ultrapassar fronteiras.

Não obstante, é preciso enfrentar a questão da relação entre pesquisa e gestão governamental. É uma antiga questão que

envolve, entre outras, a pergunta sobre como são formuladas as demandas de pesquisa (por quem e em que termos) e o que é feito com os resultados. Este Seminário deveria se debruçar sobre ela. Nós da Academia somos muito ciosos da nossa autonomia, e eu sou inteiramente favorável a ela. Incluo-me entre os que pensam que os programas de pesquisa não têm que ficar atrelados aos governos. Porém, vivemos a ambiguidade, por exemplo, de organizar um seminário para discutir pesquisa direcionada para a ação pública. Nada de errado, a meu ver, porém há uma mediação aí, em termos de saber até onde e como se negocia a demanda governamental em face das demandas ou temas que vêm da Academia. Quanto ao destino dado aos resultados da pesquisa, a experiência brasileira recente no campo da SAN já é expressiva a ponto de permitir uma avaliação a respeito. O governo brasileiro tem promovido estudos e pesquisas de boa qualidade, muitos de nós aqui já devemos ter participado de editais. Porém, tenho dúvidas sobre a capacidade que esses estudos e pesquisas têm tido de gerar debates a partir de suas contribuições. Eram essas as questões que eu queria lançar para debate. Obrigado!

ANEXO II. Programação do Seminário Nacional

Local: Hotel *Saint Paul*, Brasília/DF

Data: 4 a 6 de dezembro de 2012

Organizadores: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Resultados esperados:

1. Deflagração das bases de constituição de uma rede de pesquisadores em SAN.
2. Avanços na definição de uma Agenda de Pesquisa em SAN.
3. Problematização dos desafios do financiamento e organização da SAN enquanto área complexa do conhecimento.
4. Promoção do diálogo conhecimento-ação-política e a gestão do conhecimento em SAN.

Data/Horário	Atividade
Dia 4 de dezembro	
8h30 às 9h30	Credenciamento, entrega de materiais, identificação para participação nos grupos de trabalhos
9h30 às 10h	Cerimônia de Abertura
	Maria Emília Pacheco – Presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
	Eliezer Moreira Pacheco – Secretário de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social – Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação
	Paula Montanger – Secretária Adjunta de Avaliação e Gestão da Informação – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Data/Horário	Atividade
10h às 12h15	<p>Mesa 1: “Os desafios para a geração de conhecimento e pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional”</p> <p>Convidados:</p> <p>Luciene Burlandy – Universidade Federal Fluminense e Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional</p> <p>João Carlos Costa Gomes – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária</p> <p>Renato Maluf – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional</p> <p>Moderadora: Elisabetta Recine – Observatório de Política de Segurança Alimentar e Nutrição – Universidade de Brasília (UnB)</p>
12h15	Almoço
13h45 às 14h30	Orientações sobre a programação e dinâmica do Seminário – Elisabetta Recine
14h30 às 18h30	<p>Sessão 1: Grupos de Trabalho – Mapeamento dos pesquisadores e estratégias de organização, avanços e oportunidades para ação em rede</p> <p>Responsáveis – Moderadores</p>
Dia 5 de dezembro	
9h às 11h	<p>Mesa 2: Estado da arte e demandas brasileiras de pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Política e o Plano Nacional de SAN: desafios para o conhecimento e o monitoramento dos programas públicos – Maya Takagi – Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS e representante da Câmara Interministerial de SAN • A Agenda de Pesquisa em SAN: as Conferências Nacionais de SAN – Elaine Pasquim – Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação • Mapeamento das pesquisas em SAN (editais, grupos de pesquisas, banco de teses) – Daniela Frozi – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) <p>Moderadora: Ana Segall – Universidade Estadual de Campinas e Consea</p>
11h às 12h30	<p>Apresentação e diálogo sobre os resultados dos trabalhos em grupo do dia anterior</p> <p>Responsáveis – moderadores</p>

Data/Horário	Atividade
12h30 às 14h	Almoço
	<p>Sessão 2: Grupos de Trabalho – A Agenda de Pesquisa em SAN</p> <p>Subsídios: documento base elaborado pelo Grupo Organizador e produtos dos grupos de trabalho do dia anterior</p>
Dia 6 de dezembro	
9h às 12h	<p>Mesa 3: Financiamento e a organização da área de Pesquisa em SAN</p> <p>Convidados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Paulo Sérgio Lacerda Beirão – Diretor de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI) • Márcia Motta – Diretora Substituta do Departamento de Ciência e Tecnologia – Ministério da Saúde – Decit/MS • Maurício Costa – Superintendente da Área de Tecnologia para o Desenvolvimento Social • Paulo Jannuzzi – Secretário de Avaliação e Gestão da Informação – Sagi/MDS • Representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC) <p>Moderador: Renato Maluf – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional</p>
12h às 13h30	<p>Plenária de Encerramento</p> <p>13h30 às 14h30 – Apresentação e diálogo sobre os resultados do grupo de trabalho do dia anterior</p> <p>14h30 às 15h30 – Apresentação e diálogo sobre a Carta Política</p> <p>15h30 às 17h – Encaminhamentos finais e encerramento</p> <p>Moderadoras: Maria Emília Pacheco (Presidenta do Consea) e Sílvia Rigon (Universidade Federal do Paraná e Consea)</p>

ANEXO III. Lista de Participantes

Nome	Instituição	
1	Aída Couto Dinucci Bezerra	UFMT
2	Alcemi Barros	UFES
3	Alexandro Pinto	MDS/Sagi
4	Altamiro Souza de Lima Ferraz Junior	UEMA
5	Ana Maria Segall Correa	Unicamp
6	Ana Lúcia Pereira	UFTO
7	Ana Luíza Maia	Nutec/Secitece
8	Andhressa Fagundes	UnB/Opsan
9	Andréa Sugai Mortoza	UFG
10	Anelise Rizzolo	UnB/ Opsan
11	Anne Kepple	Unicamp
12	Ari de Freitas Hidalgo	UFAM
13	Carmem Priscila Bocchi	MDS/Sesan
14	Cássia Pereira das Chagas	Fiocruz Brasília
15	Cícero Paulo Ferreira	IFPA
16	Cláudia Maria Bogus	USP
17	Cláudia Soares Monteiro da Silva	UFV
18	Clécio Azevedo da Silva	UFSC
19	Daniela Frozi	Ceresan/ UFRRJ/UFF/Ibase; Nutes/UFRJ; Palin/ Fiocruz
20	Danielle Góes da Silva	UFS
21	Derlange Diniz	UECE
22	Dulce Lopes Barboza Ribas	UFMS
23	Eduardo Nilson	CGAN/MS
24	Elaine de Azevedo	UFGD
25	Elaine Martins Pasquim	MCTI/Secis/CGSA

	Nome	Instituição
26	Élido Bonomo	UFOP
27	Elisabetta Recine	UnB/ Opsan
28	Elza Maria Braga	UFCE
29	Emma Siliprandi	Unicamp
30	Enalie do Espírito Santos Iadanza	SGPR
31	Fernanda Cristina de Lima Pinto	UFPB
32	Gabriela Peixoto Coelho de Souza	UFRGS
33	Haíssa Roberta Cardarelli	UFPB
34	Haroldo da Silva Ferreira	UFAL
35	Hélder dos Anjos Augusto	UFMG
36	Helena Selma Azevedo	UFC
37	Inês Rugani Ribeiro de Castro	UERJ
38	Iracema de Moura	SNAS
39	Irio Luiz Conti	UFRS
40	Islândia Bezerra	UFPR
41	Jader José de Oliveira	SPM
42	José Arimatéa Barros Bezerra	UFC
43	José Divino Lopes Filho	UFMG
44	José Giacomo Baccarin	USP
45	Joseana Maria Saraiva	UFRPE
46	Julian Cassarino	UFFS
47	Juliana Rochet	UnB
48	Juliana Souza Closs Correia	Faculdade São Lucas
49	Juliana Souza Oliveira	UFPE
50	Juliane Helriguel de Melo Perini	Sesan/MDS
51	Julio Cesar Borges	Sagi/MDS
52	Kalid Nogueira	MPOG

Nome		Instituição
53	Leonor Pacheco	UnB
54	Luciene Burlandy	UERJ
55	Maegela Lourenço	FNDE
56	Malaquias Batista Filho	Imip/Coordenação de Nutrição
57	Manoel Pereira de Andrade	UnB
58	Márcio de Matos Caniello	UFCG
59	Maria Alice Araújo Oliveira	UFAL
60	Maria Emília Pacheco	Fase
61	Maria Rita Marques de Oliveira	Unesp-Botucatu
62	Maria Sebastiana Silva	UFG
63	Maria Tereza Borges Frota	UFMA
64	Maria Zenia Tavares da Silva	UFRPE
65	Marília Leão	Abrandh
66	Marta Citelli dos Reis	UERJ
67	Mauricio Sardá de Faria	UFPB
68	Maya Takagi	Sesan/MDS
69	Milton Rondó	MRE
70	Muriel Bauermann Gubert	UnB
71	Nicolau Priante Filho	UFMT/ Cooperativa Cobiratã
72	Norma Sueli Marques da Costa Alberto	Centro Universitário Novafapi
73	Olivia Schneider	UERJ
74	Osvaldinete Silva	UFMT
75	Pedro Israel Cabral de Lira	UFPE
76	Pedro Kitoko	UFES
77	Poliana de Araujo Palmeira	UFCG
78	Rafaela de Sá Gonçalves	MDS/Sesan

Nome		Instituição
79	Raquel de Aragão Uchôa Fernandes	UFRPE
80	Renata Menasche	UFPEl
81	Renato Maluf	UFRRJ/Ceresan
82	Rodrigo Pinheiro de Toledo Vianna	UFPB
83	Rogério Souza de Jesus	INPA
84	Rosana Passos Cambraia	UFVJM
85	Rosana Salles da Costa	UFRJ
86	Rosângela Alves Pereira	UFRJ
87	Sandra Maria Chaves dos Santos	UFBA
88	Shandra Carmen Sales de Aguiar	UFC/Consea-CE
89	Silvia do Amaral Rigon	UFPR
90	Solange Fernades de Freitas Castro	FNDE
91	Sonia Lucena	UFPE
92	Sônia Soares	UFRN
93	Stella Lemke	FNDE
94	Suzi Barletto Cavalli	UFSC
95	Tássio Dresch Rech	Embrapa
96	Terezinha Dias	Embrapa/Cenargen
97	Theonas Gomes Pereira	Novafapi
98	Valéria Torres Amaral Burity	MDS
99	Veruska Prado Alexandre	UFG
100	Wallace Santos	CGAN/MS
101	Walter Belik	Nepa/Unicamp
102	Wanda Griep Hirai	UFAL

ANEXO IV. Carta Política do Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional

A Alimentação Adequada e Saudável é um direito de cidadania, incorporado à Constituição Federal como uma garantia fundamental, sendo a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a expressão das ações e processos necessários para assegurar o cumprimento desse direito humano.

A promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) compreende a efetivação de princípios e práticas que devem orientar o desenvolvimento para a justiça social, uma cultura de paz e solidariedade, a preservação ambiental e o respeito às identidades e à pluralidade de saberes.

O conceito de SAN, construído a partir do diálogo entre sociedade e Estado, no qual houve significativa participação da Academia, foi consagrado na Lei Orgânica de SAN (Lei nº 11.346, de 2006), consistindo na

realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Assim conceituada, a SAN é um campo temático com enfoque analítico distinto, que requer uma ótica integradora multi, inter e transdisciplinar, orientada pela ética e pelas abordagens do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da Soberania Alimentar, incluindo seus princípios e valores.

O conhecimento que vem sendo produzido ao longo da história no campo da SAN tem uma vocação diferenciada, que nasce

do diálogo entre as instituições acadêmicas e diferentes atores, organizações e movimentos sociais, bem como da interação com as políticas públicas. Esse processo contribuiu para a incorporação do tema na Agenda de Pesquisa das universidades e instituições de pesquisa brasileiras. A temática da SAN configura-se como um campo de conhecimento que promove a articulação entre os saberes popular e científico, de forma a gerar processos de desenvolvimento referenciados em uma abordagem dialógica e sistêmica da realidade, reunindo dimensões tradicionalmente fragmentadas no campo acadêmico.

A Pesquisa em SAN abarca uma gama complexa e diversificada de áreas do conhecimento que abrangem, entre outros, estudos sobre a condição alimentar e nutricional de populações, os sistemas alimentares vigentes, seus atores e aspectos ambientais, a relação entre produção - abastecimento - consumo e as culturas e tradições alimentares. Engloba a avaliação de ações, programas e políticas públicas e a análise de processos que promovem ou ameaçam a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e a realização do DHAA.

Nesse sentido, a lógica da construção do conhecimento em SAN demanda a aproximação entre pesquisa e extensão que possibilite uma leitura integral da realidade. Assim, considera-se que a indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão é um princípio que deve orientar a práxis em SAN. No mesmo sentido, a pesquisa e a extensão devem cumprir papel relevante na construção de políticas públicas em SAN e do Sistema Nacional de SAN.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), instância de participação e controle social, é o espaço de articulação entre governo e sociedade civil para proposição, monitoramento e avaliação das políticas públicas de SAN.

A ampliação das pesquisas em SAN e a perspectiva de democratizar o conhecimento e sua divulgação cidadã, bem como a necessidade da destinação de recursos públicos adequados, levaram o Conselho a realizar o presente Seminário de Pesquisa em SAN na cidade de Brasília, nos dias 4, 5 e 6 de dezembro de 2012.

Os resultados do Seminário foram: i) deflagrar as bases para a constituição de uma rede de pesquisadores e pesquisadoras em SAN; ii) discutir uma proposta de Agenda de Pesquisa em SAN; iii) problematizar os desafios de financiamento e organização da SAN enquanto área complexa do conhecimento; iv) promover o diálogo do conhecimento-ação-política e a gestão do conhecimento em SAN.

A realização do Seminário possibilitou o fortalecimento de uma identidade comum, bem como a articulação e intercâmbio entre os diferentes atores envolvidos na Pesquisa em SAN. Nesse sentido, a partir dos debates realizados no decorrer desta atividade, apresentaram-se as seguintes questões, como elementos relevantes à qualificação e expansão da Pesquisa em SAN:

- A proposta de Pesquisa em SAN aqui debatida pressupõe o diálogo aberto e permanente com as organizações e movimentos sociais na orientação de processos de pesquisa e na divulgação e avaliação de resultados, de forma a aproximar os diferentes saberes em construção na sociedade, com vistas a incidir em políticas públicas e impactar nas condições de SAN da população.
- A articulação entre os atores envolvidos na Pesquisa em SAN deve ser fortalecida por meio da constituição de uma rede de pesquisadores/pesquisadoras e organizações que atuam neste campo; bem como por meio da realização de eventos científicos regulares regionais e nacional, contando com a participação das organizações e movimentos sociais.

- Torna-se relevante o estabelecimento de parcerias e processos colaborativos entre pesquisadores/pesquisadoras, universidades e instituições de pesquisa, visando à constituição de espaços institucionais que atuem no campo da Pesquisa em SAN.
- Configura-se uma necessidade iminente de constituição de uma área de conhecimento de SAN no âmbito das agências de fomento à pesquisa e pós-graduação, de forma a possibilitar a abordagem multidimensional e interdisciplinar aqui proposta.
- Reafirmam-se as práticas interdisciplinares, a necessária rearticulação entre ensino/pesquisa/extensão, o rompimento da lógica de fragmentação da política de produção científica, bem como o reconhecimento desta área de pesquisa e a revisão da lógica produtivista expressa, entre outros, pelos atuais critérios de avaliação da produtividade que atribuem valores inferiores às ações de extensão. Na mesma direção, no que se refere à divulgação científica, faz-se necessário considerar a importância de publicações voltadas para as demandas da sociedade no âmbito das agências de fomento e das Instituições de Ensino Superior e de pesquisa.
- A dimensão que a temática vem tomando, com o crescente volume de estudos e pesquisas, bem como da mobilização social, demandam a orientação de recursos e editais específicos para o fortalecimento da construção do conhecimento em SAN no Brasil, garantindo a equidade na distribuição e acesso na captação de financiamento entre regiões, centros e pesquisadores/pesquisadoras emergentes e consolidados.
- A partir do debate das proposições previamente levantadas nas Conferências de SAN, os(a)s participantes aqui reunidos propõem uma agenda inicial de pesquisa a ser apresentada

ao Consea e submetida à consulta pública, de forma a legitimar a sua construção no âmbito da sociedade e da Academia, visando estabelecer os parâmetros basilares à produção da Pesquisa em SAN.

- A perspectiva predominante da Pesquisa em SAN faz com que a análise e a avaliação das políticas públicas ocupem lugar proeminente na Agenda de Pesquisa, razão pela qual o relatório final do Seminário apresenta um conjunto de indicações e aponta lacunas relativas à formulação e implementação de programas relacionados com a SAN. Essas informações estarão disponíveis no sítio do Consea Nacional para conhecimento, divulgação e contribuições.⁴

Nós, participantes deste Seminário, manifestamos nosso compromisso com os preceitos e propostas aqui pactuadas. Reafirmamos que as ações em pesquisa devem estar em consonância com a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada, na busca por um novo modelo de desenvolvimento para a sociedade brasileira.

Brasília, 6 de dezembro de 2012.

⁴ Disponível em: <www.presidencia.gov.br/consea>.

ANEXO V. Agenda de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional – versão final pós consulta pública

CONSULTA PÚBLICA

Agenda de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional

Apresentação e contexto

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) apresenta a **Agenda de Pesquisa em SAN**.

A **Agenda de Pesquisa** é resultado de um conjunto de etapas iniciadas com a identificação de temas de pesquisa entre as proposições aprovadas nas quatro Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional⁵ (CNSANs) e na agenda de prioridades de pesquisa em saúde do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde.⁶ Esta identificação gerou um documento-base analisado no Seminário de Pesquisa em SAN, realizado em dezembro de 2012. Posteriormente, durante os meses de junho e julho de 2013, foi realizada uma consulta pública que recebeu contribuições de quase 150 participantes, com sugestões de mais de 200 linhas de pesquisa.

As referências adotadas para o que neste documento está identificado como campo de pesquisa em SAN foram duas:

Conceito de SAN:

⁵ Destaca-se que nas Conferências de SAN não são previstos espaços específicos para apresentação de temas de pesquisa, mas em todos os relatórios finais existem propostas nesse sentido. Portanto, foram revisadas as proposições aprovadas nas Conferências Nacionais e identificadas propostas de pesquisa em SAN entre elas. Os relatórios das Conferências estão disponíveis em: <http://www2.planalto.gov.br/consea/eventos/copy_of_conferencias>.

⁶ Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agenda_portugues_montado.pdf>.

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (LOSAN - Lei nº 11.346/2006).

2. Princípios que regem o Sistema Nacional de SAN:

O SISAN reger-se-á pelos seguintes princípios:

*I - **universalidade e eqüidade** no acesso à alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação;*

*II - **preservação da autonomia e respeito à dignidade das pessoas;***

*III - **participação social** na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional em todas as esferas de governo; e*

*IV - **transparência** dos programas, das ações e dos recursos públicos e privados e dos critérios para sua concessão. (LOSAN Lei nº 11.346/2006).*

Os temas de pesquisa foram organizados segundo as diretrizes da Política Nacional de SAN.⁷ Para cada um dos temas, são

⁷ BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN),

apresentados subtemas, dimensões ou particularidades que podem gerar pesquisas e estudos, segundo os resultados das Conferências Nacionais, do Seminário de Pesquisa e da Consulta Pública.⁸ Vale destacar que algumas linhas de pesquisa poderão estar presentes em mais de um tema, ou mesmo, na avaliação do leitor, deveriam estar alocadas em outro tema. Esclarece-se que o critério de posicionamento foi a análise do que se considerou o núcleo da linha, permitindo, conseqüentemente, uma nova alocação caso o critério de classificação seja alterado. Finalmente, optou-se por alterar o mínimo necessário a redação encontrada tanto nos relatórios finais das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) quanto nas sugestões recebidas na consulta pública. Dessa maneira, muitas das propostas não estão em um formato estrito de objetivo de pesquisa.

Temas de pesquisa:

- A) Acesso universal à alimentação adequada e saudável e à água, cultural e socialmente adequadas, considerando as características e/ou desigualdades geográficas, de gênero, étnicas, raciais e demais vulnerabilidades sociais.**
- B) Sistemas sustentáveis e descentralizados de produção, processamento, distribuição e abastecimento de alimentos, considerando extração, pesca e aquicultura, e tecnologias de base agroecológica.**
- C) Educação e formação em Segurança Alimentar e Nutricional.**
- D) Atenção nutricional em todos os níveis da atenção à saúde articulada às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional.**

estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>.

Acesso em: 23 set. 2013

⁸ As sugestões recebidas na Consulta Pública não estão apresentadas literalmente, uma vez que muitos temas receberam sugestões semelhantes e requereram uma forma que contemplasse a todas.

E) Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada em âmbito nacional e internacional.

Espera-se que este documento subsidie grupos de pesquisa, programas de pós-graduação, instituições e setores de ensino e pesquisa e, acima de tudo, agências de fomento na formulação de linhas de estudo e iniciativas de financiamento e fortalecimento deste campo de conhecimento e ação. Destaca-se que não foram apontadas prioridades de pesquisa, pois a depender do contexto e objetivos, os critérios de priorização podem e devem ser específicos para a situação e necessidades. Da mesma maneira, entende-se que este é um documento processual, isto é, seu aprimoramento é consequência da sua utilização por diferentes grupos, setores e instituições e, acima de tudo pela evolução do contexto, conhecimento e necessidades.

O Consea, como destacado na Carta Política, aprovada no Seminário de Pesquisa em SAN, espera que este documento contribua para o fortalecimento do diálogo aberto e permanente com as organizações e movimentos sociais na orientação de processos de pesquisa e na divulgação e avaliação de resultados, de forma a aproximar os diferentes saberes em construção na sociedade, com vistas a incidir em políticas públicas e impactar nas condições de SAN e na realização do Direito Humano à Alimentação Adequada para a população brasileira.

Brasília, dezembro de 2013.

Agenda de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional

A) Acesso universal à alimentação adequada e saudável e à água, cultural e socialmente adequadas, considerando as características e/ou desigualdades geográficas, de gênero, étnicas, raciais e demais vulnerabilidades sociais.⁹

A1) Acesso físico e econômico à alimentação adequada e saudável e à água.

- Valorização de produtos tradicionais e artesanais e do patrimônio cultural alimentar por meio de ampliação da disponibilidade.
- Alimentos tradicionais, regionais, “de rua”: produção e comercialização.
- Uso de alimentos regionais da agricultura familiar na alimentação.
- Uso de ingredientes transgênicos nos cardápios da alimentação escolar.
- Oferta de alimentos sem glúten na alimentação escolar.
- Abastecimento e acesso à água nas diferentes regiões do País.
- Acesso à água em situações de emergência (escassez e excesso).
- Mercado de trabalho, geração de emprego e renda e suas implicações no acesso aos alimentos.

⁹ As dimensões e temáticas referentes às características específicas e desigualdades vivenciadas por grupos socialmente vulnerabilizados, como povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, gênero entre outros são transversais a todos os temas de pesquisa. Portanto, as sugestões relativas a estes grupos poderão estar incluídas em todos os demais itens.

- Equipamentos públicos para preparo e distribuição de alimentos (restaurantes populares, cozinhas etc.).
- Alternativas fiscais para ampliação da produção e acesso a alimentos para pessoas portadoras de necessidades alimentares especiais.

B) Sistemas sustentáveis e descentralizados de produção, processamento, distribuição e abastecimento de alimentos, considerando extração, pesca e aquicultura, e tecnologias de base agroecológica.

B1) Distribuição espacial, zoneamento e mapeamento da produção de alimentos.

- Zoneamento, mapeamento e georreferenciamento da produção e diversidade agroalimentar.
- Zoneamento, mapeamento e georreferenciamento da biodiversidade.
- Zoneamento, mapeamento e georreferenciamento dos sistemas e espaços de produção de alimentos.
- Diagnóstico e mapeamento de cadeias produtivas de base familiar da produção às demandas de consumo.
- Potencial econômico e das vocações regionais por zoneamento agrícola e pesqueiro, e monitoramento ambiental.
- Censo agropecuário, da pesca e aquicultura, enfoque regional, por bioma.
- Geografia da produção de alimentos, mercados consumidores e impacto nos preços de alimentos.

B2) Análise dos aspectos socioeconômicos, tecnológicos, nutricionais, ecológicos e culturais da produção de alimentos.

- Impacto ecológico, social, econômico e cultural dos diferentes sistemas de produção de alimentos e modelos de ocupação de espaço.
- Impacto dos diferentes sistemas de produção, processamento, distribuição e abastecimento de alimentos no clima e poluição.
- Análise do custo econômico dos diferentes sistemas de produção de alimentos e seu ciclo de produção e reprodução.
- Influência do mercado nas mudanças no sistema produtivo e na cultura alimentar da população brasileira.
- Desenvolvimento e validação de instrumentos e métodos relacionados ao estudo de cadeias alimentares e inclusão social.
- Cadeia de produção agropecuária e costeira voltada à obtenção do alimento seguro e adequado nutricionalmente.
- Empregabilidade, vínculos e Segurança Alimentar e Nutricional nos diferentes sistemas de produção, processamento, distribuição e abastecimento de alimentos.
- Identificação de agentes infecciosos, com diferentes características, na cadeia alimentar de produtos e subprodutos de criações para consumo humano.

- Produção de alimentos adaptada a diferentes contextos regionais e biomas, com destaque para o semiárido.
- Segurança Alimentar e Nutricional no semiárido: acesso ao crédito na agricultura familiar, tecnologias de abastecimento de água para produção e consumo, produção de alimentos adaptada à região, situação nutricional.
- Fornecimento de alimentos para consumo interno: pequena propriedade rural, agricultura familiar e latifúndio.
- Produção de hortifrúti e criação de pequenos animais frente à sustentabilidade e às condições locais.
- Produção de alimentos frente à demanda de consumo.
- Impacto de diferentes formas de financiamento sobre sistemas de produção e processamento de alimentos para consumo humano.
- Análise da regulamentação de agrotóxicos na proteção à saúde de produtores e consumidores, e em comparação à legislação internacional.
- Êxodo rural e acesso à titulação de posse da terra pelo agricultor(a).
- Questão agrária, posse da terra, segurança territorial e violência.

B3) Agricultura urbana e periurbana.

- Agricultura urbana e periurbana como estratégia de criação de espaços de sociabilidade e pertencimento no planejamento urbano de cidades saudáveis e sustentáveis, em metrópoles ou outros centros.
- Perfil, caracterização e organização sociopolítica dos agricultores(as) da produção agroecológica urbana e periurbana.
- Mapeamento de experiências de produção urbana e periurbana.
- Agricultura urbana e acesso à alimentação saudável e agroecológica.
- Produção, comercialização, abastecimento e consumo dos produtos de agricultura urbana e periurbana.
- Produção agroecológica, desenvolvimento de tecnologias sociais para agricultura urbana e periurbana.
- Acesso às políticas públicas de assistência técnica e extensão rural, acesso à terra e aos recursos naturais.
- Associação da agricultura urbana e periurbana a serviços públicos para construção de políticas e ações de promoção da saúde dentro do SUS e do SISAN.
- Quintais agroflorestais para produção de alimentos.
- Hortas comunitárias, cultivo de plantas medicinais de uso tradicional brasileiro e propriedades medicinais.

- Manejo de resíduos sólidos/ gestão de resíduos orgânicos.
- Tratamento e uso da água na produção urbana e periurbana de alimentos.

B4) Agroecologia.

- Perfil e caracterização do agricultor.
- Sistemas e processos de transição agroecológica.
- Sistemas agroflorestais.
- Análise comparativa entre cultivos tradicionais e orgânicos, considerando aspectos sociais, ambientais, econômicos, entre outros.
- Cadeia de produção agropecuária diversificada, orgânica.
- Transição agroecológica, em especial as de base familiar, meio urbano/rural/periurbano/ em assentamentos/ e em povos e comunidades tradicionais (PCTs).
- Levantamento nacional de pesquisadores em SAN com ações iniciais ou consolidadas, associadas ao campesinato e à agroecologia.

B5) Agrobiodiversidade e Recursos Genéticos (RGs).

- Cadeias produtivas do extrativismo.
- Manejo de produtos florestais não madeireiros.
- Etnoconhecimento sobre a agrobiodiversidade.
- Agrobiodiversidade, sistemas ecológicos (agroecológicos) e orgânicos de produção de alimentos: implementação, fomento, mercados sociais.

- Domesticação de espécies alimentares silvestres em ambientes diferentes, incluindo florestas e análise de fluxo migratório.
- Segurança Alimentar, agrobiodiversidade e territórios rurais tradicionais.
- Práticas e hábitos de consumo de plantas nutraceuticas, plantas alimentícias não convencionais e novos usos da agrobiodiversidade.
- Culinária ecológica, composição nutricional de alimentos da agrobiodiversidade.
- Conservação e promoção do uso dos recursos genéticos.
- Uso e conservação dos recursos genéticos nos sistemas agrícolas.
- Levantamento e conservação dos parentes silvestres de plantas nativas.
- Manejo comunitário da agrobiodiversidade.
- Bancos Ativos Comunitários de Germoplasmas Crioulos (BAGs) Comunitários.
- Prospecção de recursos genéticos silvestres e melhoramento genético participativo.
- Mapeamento de variedades crioulas e dos parentes silvestres das plantas cultivadas.
- Identificação de redes/cadeias de distribuição de sementes, mudas e propágulos de plantas crioulas.
- Mapear lavouras/plantações de variedades OGMs

na agricultura convencional e na agricultura familiar, analisando o fluxo gênico e contaminação genética das variedades crioulas.

- Estudos sobre plantas nativas e/ou crioulas de regiões de clima temperado.
- Mapeamento de ações de proteção a sementes crioulas.
- Resgate de espécies alimentares ameaçadas de extinção.
- Recursos genéticos de variedades crioulas e de espécies nativas: coleta, conservação, agregação de valor.
- Viabilização econômica da extração e comercialização de recursos naturais de modo sustentável e que não comprometa a Segurança Alimentar e Nutricional.
- Prospecção da biodiversidade para identificação de espécies com interesse nutricional.

B6) Agricultura familiar e campesinato.

- Produção familiar de alimentos para autoconsumo e de manejo de espécies locais.
- Formas coletivas e solidárias de produção de alimentos.
- Organização sociopolítica de pequenas comunidades produtoras de alimentos.
- Métodos de produção, relação social e econômica solidária entre pequenos produtores de alimentos.

- Acesso aos meios de produção: água, terra, sementes, Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural), seguro agrícola, infraestrutura de moradia rural.
- Preservação de florestas na propriedade rural e Segurança Alimentar e Nutricional.
- Agricultura familiar: agrobiodiversidade, vigilância sanitária, agrotóxicos.
- Cadeia produtiva de alimentos da agricultura familiar comercializados para mercados institucionais, análise de diferentes dimensões, entre elas: saúde dos trabalhadores/manipuladores, sustentabilidade, qualidade sanitária, transporte.
- Mapeamento de uso de sementes crioulas entre agricultores familiares que comercializam para mercados institucionais.
- Impacto de monoculturas de organismos geneticamente modificados em regiões e propriedades de agricultura familiar.
- Fomento, infraestrutura e assistência técnica na agricultura familiar.
- Agroindústria familiar: qualidade regulamentar, higiênico-sanitária, simbólica e de sustentabilidade.

B7) Tecnologias sociais de produção, processamento e comercialização de alimentos.

- Tecnologias sociais em diferentes contextos regionais e biomas.

- Tecnologias sociais para produção de alimentos em áreas urbanas, de grande vulnerabilidade social e adensamento populacional.
- Tecnologias sociais de produção, processamento, distribuição e comercialização de alimentos.
- Sistemas diversificados de produção e processamento de alimentos.
- Sistemas produtivos complexos frente à cultura de povos indígenas, povos e comunidade tradicionais, assentamentos, acampamentos.
- Processamento de alimentos e novas tecnologias sustentáveis e adequadas socialmente.
- Desenvolvimento de cultivares de trigo com menor percentual de glúten.
- Determinantes da produção de alimentos sem glúten.
- Desenvolvimento de produtos regionais sem glúten e ricos em componentes bioativos e seguros.
- Produção de alimentos adaptada aos trópicos.
- Fruticultura tropical.
- Produção de alimentos em assentamentos, acampamentos, comunidades quilombolas e indígenas.
- Produção e conservação de alimentos sem o uso de agrotóxicos, corantes e conservantes químicos.

B8) Abastecimento e comercialização de alimentos.

- Acesso dos agricultores aos mercados consumidores.
- Análise dos circuitos curtos de produção, distribuição e consumo de alimentos.
- Sistemas de abastecimento (incluindo atacado - centrais de abastecimento).
- Técnicas de armazenagem de alimentos e preservação da qualidade nutricional.
- Desperdício e reaproveitamento de alimentos no abastecimento e armazenamento.
- Logística de distribuição.
- Compras institucionais (PAA, Pnae etc.).

B9) Acesso e qualidade da água.

- Legislação e sistemas de produção agropecuária e compatível com a proteção das áreas de recarga dos aquíferos e dos corpos hídricos.
- Sistemas de otimização do armazenamento e de tecnologias sociais voltadas para o uso da água, considerando as características da produção agroecológica.
- Avaliação da eficiência hídrica de sistemas de produção agropecuária.
- Mapeamento e dimensionamento da qualidade e disponibilidade hídrica superficial e subterrânea.

- Saneamento rural e destinação de resíduos da produção agropecuária.
- Doenças transmitidas por agentes etiológicos na água.

B10) Pesca e aquicultura.

- Pesca e aquicultura orgânica e agroecológica: mapeamento de métodos de produção.
- Censo agropecuário, da pesca e aquicultura, enfoque regional, por bioma.
- Levantamento e análise de sistemas de pesca e aquicultura.
- Produção e processamento de peixes para a alimentação escolar.
- Articulação agricultura e pesca/aquicultura.

C) Educação e Formação em SAN.

C1) Formação profissional em SAN, formação continuada, educação popular e estímulo ao desenvolvimento do conhecimento.

- Inserção (transversal) dos temas e saberes de SAN e DHAA nos currículos das diferentes profissões relacionadas.
- Ensino e interdisciplinaridade em SAN.
- Estratégias de integração do ensino, pesquisa e extensão em SAN.
- Práticas curriculares e fundamentos teórico-metodológicos no fomento à participação, cidadania,

emancipação social, Direito Humano à Alimentação Adequada e sua exigibilidade.

- Projetos político-pedagógicos dos cursos de Nutrição e Segurança Alimentar e Nutricional.
- Análise e avaliação qualitativa e quantitativa do conteúdo relacionado à SAN nos currículos dos cursos de Nutrição do Brasil.
- Formação em Nutrição em Saúde Coletiva na educação superior.
- Mapeamento de estágios curriculares de vivência em áreas em Insegurança Alimentar e Nutricional.
- Análise do impacto das iniciativas das agências de fomento à pesquisa e formação na área de SAN.
- Atuação dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) em ações relacionadas à SAN.
- Instituições e centros de pesquisa em SAN e formação de recursos humanos.
- Estratégias de divulgação e visibilidade dos resultados de pesquisa para a sociedade brasileira.
- Formação em educação profissional e tecnológica em Segurança Alimentar e Nutricional.
- Metodologias de formação e educação continuada junto aos profissionais que atuam em SAN.
- SAN nos planos político-pedagógicos nas escolas do campo, urbanas e comunidades tradicionais (diversos níveis, de ensino fundamental à educação superior).

- SAN e DHAA nos currículos em todos os níveis de educação.
- Atuação de professores de ensino fundamental e médio como multiplicadores de SAN.
- Processo de ensino e aprendizagem em SAN.
- Formação de técnicos de nutrição e dietética para atuarem nos diferentes programas públicos relacionados à SAN.
- Estratégias de valorização do saber popular sobre Segurança Alimentar e Nutricional, respeitando aspectos antropológicos e culturais relacionados à produção e ao consumo de alimentos quanto à agroecologia, ao valor integral dos alimentos, ao patrimônio e à cultura alimentar, e ao armazenamento de alimentos.
- Métodos para estudos e pesquisa participativa com entidades da sociedade civil para estratégias de EAN.
- Formação em agroecologia para agricultores familiares.
- Estratégias de difusão e popularização do conhecimento em SAN para jovens e adolescentes nas escolas em suas comunidades.
- Formação de conselheiros em SAN.
- Formação de gestores e servidores públicos que atuam em SAN.

C2) Educação Alimentar e Nutricional dirigida à população.

- Diagnóstico e análise periódica do consumo alimentar nacional com capacidade de análise das especificidades regionais, de gênero e de grupos populacionais específicos.
- Práticas de hábitos alimentares saudáveis e cantina escolar.
- Hábitos, práticas e cultura alimentar.
- Cultura alimentar das regiões, de populações específicas e em diferentes faixas de renda.
- Documentação e promoção das culinárias.
- Alimentos tradicionais, regionais, “de rua”: aspectos simbólicos, sensoriais, sustentabilidade.
- Patrimônio alimentar material e imaterial, cultura e práticas alimentares no Brasil.
- Mapeamento de alimentos e preparações tradicionais, de comunidades indígenas.
- Etnobiodiversidade, saberes e práticas da alimentação.
- Impacto das diferentes práticas de comensalidade na qualidade da alimentação.
- Hábitos alimentares: dieta diversificada, cultura alimentar, consumo de alimentos industrializados e de alimentos regionais, preferências alimentares em áreas urbanas e rurais.

- Práticas culinárias, apresentação e consumo alimentar.
- Práticas alimentares e significados socioculturais dos alimentos ao longo do curso da vida.
- Papel da agricultura camponesa na definição dos hábitos alimentares das populações.
- Metodologias de educação para o consumo sustentável.
- Impacto da propaganda e *marketing* relacionados aos temas/áreas da SAN.
- Mapeamento, caracterização e análise das ações de Educação Alimentar e Nutricional no âmbito do Sisan, do Pnae e do SUS.
- Mapeamento, caracterização e análise das ações de Educação Alimentar e Nutricional desenvolvidos pela sociedade civil.
- Saber popular/tradicional e práticas pedagógicas na EAN.
- Resultados e impacto da EAN no Programa Saúde na Escola.
- Resultados e impacto da EAN em grupos de pessoas com necessidades alimentares especiais, como doença celíaca.
- Resultados e impacto da EAN em iniciativas de aproveitamento integral dos alimentos em diferentes contextos e programas.
- Estratégias para uso e entendimento da rotulagem de alimentos em diferentes grupos populacionais.
- Análise comparativa de resultados e impacto entre diferentes metodologias de EAN dirigidas a crianças, adultos, famílias, comunidades.

- EAN com crianças e adolescentes e prevalência de sobrepeso e obesidade.
- EAN e consumo de alimentos altamente processados.
- EAN na escola, currículo, estratégias, conhecimento de alunos e professores.
- Práticas escolares e pedagógicas de patrimônio imaterial, diversidade e cultura alimentar no País.
- Hortas escolares e Educação Alimentar e Nutricional na produção de alimentos e dinâmica pedagógica da escola.
- Função pedagógica e contexto curricular da alimentação.
- Experiências e resultados da EAN em escolas ministradas por nutricionista.
- Desenvolvimento de projetos, resultados e impacto de ações de EAN em diferentes equipamentos públicos de SAN, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias, banco de alimentos.
- Metodologias de Educação Alimentar e Nutricional entre diferentes culturas, grupos populacionais, gênero, e transmissão de saberes entre gerações sobre alimentação, costumes, técnicas, práticas, formas de produção (plantio, colheita, transformação) e consumo.
- Projetos de disseminação e popularização do conhecimento em EAN em rádios locais e comunitárias.
- História da alimentação e desenvolvimento social.

D) Atenção nutricional em todos os níveis da atenção à saúde articulada às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional.

D1) Atenção nutricional.

- Resultados e impacto de práticas de alimentação alternativa.
- Resultados e impacto de práticas de alimentação vegetariana e outras.
- Promoção da alimentação saudável e da atividade física.
- Amamentação: tipologias, duração e fatores condicionantes, ideologias e condutas relacionadas com a amamentação e alimentação da criança, avaliação das atividades de promoção nos serviços de saúde.
- Necessidades alimentares especiais e a alimentação cotidiana.
- Alimentação no âmbito da Política Nacional de Práticas Integrativas Complementares.
- Aspectos genéticos da obesidade e de transtornos alimentares.
- Bancos de leite humanos e apoio a puérperas.
- Programas e ações de alimentação e nutrição nos diferentes ciclos de vida.
- Formas de acesso à atenção nutricional.
- Acesso à informação sobre atenção nutricional.
- Tecnologias de cuidado à saúde

- Presença do profissional nutricionista na gestão da alimentação escolar, na saúde pública e ações de Educação Alimentar e Nutricional.
- Atribuições do nutricionista na implementação de políticas públicas de SAN: dificuldades e estratégias.
- Necessidades de consumo frente à prática de atividade física, escolhas individuais e realidade dos indivíduos.
- Mapeamento das necessidades alimentares e suplementações nutricionais.
- Identificação, caracterização e mapeamento das necessidades alimentares especiais em nível municipal.
- Inserção da Nutrição na Atenção Básica (Nasf – Núcleo de atenção à saúde da família e ESF – Equipe Saúde da Família).
- Análise da construção da intersetorialidade da SAN no SUS.

D2) Qualidade sanitária dos alimentos e regulação

- Doenças transmitidas por agentes etiológicos nos alimentos.
- Contaminação e níveis de glúten residual nos alimentos industrializados, e sua capacidade funcional.
- Alimentos tradicionais, regionais, “de rua”: condições higiênico-sanitárias e desafios regulamentares.
- Rotulagem de alimentos contendo ingredientes transgênicos.
- Presença de alérgenos em alimentos, contato no processo de produção e viabilidade de rotulagem frente a normas nacionais e internacionais.

- Qualidade nutricional e sanitária de refeições produzidas e de alimentos adquiridos para instituições públicas (escolas, hospitais, quartéis etc.) pelo Pnae, PAA, agricultura familiar, mercados locais e feiras livres.
- Controle da qualidade da água para consumo e produção de alimentos.
- Construção de indicadores e realização de diagnósticos sobre contaminação de alimentos por agrotóxicos e transgênicos.
- Toxicidade de agrotóxicos.
- Alternativas de aprimoramento à rotulagem de alimentos.
- Alternativas, resultados e impacto de diferentes medidas para controle da publicidade de alimentos.

D3) Impacto da situação de saúde e características da alimentação na SAN.

- Transgênicos e impacto sobre a saúde e meio ambiente.
- Alimentação saudável no ambiente escolar e Programa Saúde na Escola (PSE).
- Avanço e fortalecimento do Pnae.
- Consumo alimentar e valor nutricional, qualidade e contaminação da dieta, abrangendo famílias sob a linha da pobreza, incluindo o consumo alimentar de crianças.
- Tecnologia de alimentos: controle de qualidade e contaminação, aspectos nutricionais, mercadológicos e de biossegurança.

- Impacto na saúde humana do uso de produtos químicos sintéticos na criação de animais.
- Impacto e qualidade nutricional dos produtos transgênicos.
- Transgênicos e agrotóxicos na alimentação da população brasileira, na saúde da população, efeitos no meio ambiente em curto, médio e longo prazo.
- Rastreamento do uso de substâncias não permitidas nas formulações de alimentos industrializados.
- A dinâmica do sistema agroalimentar industrial e seus impactos na nutrição e saúde.
- Consumo de transgênicos e agrotóxicos e saúde da população brasileira.
- Saúde humana e ambiental e práticas de produção agroecológica.
- Substituição parcial do sódio em aditivos alimentares e excesso deste nutriente em alimentos industrializados e impacto na saúde e nutrição.
- Gordura vegetal hidrogenada em alimentos industrializados e impacto na saúde e nutrição.
- Impacto à saúde pelo consumo de alimentos e grãos com contaminação química, biológica ou sanitária.
- Diferenças de risco e vulnerabilidade por região do Brasil para doenças associadas ao uso de agrotóxicos.
- Análise do impacto na saúde humana das situações derivadas dos agentes infecciosos, com diferentes

características, na cadeia alimentar de produtos e subprodutos de criações para consumo humano.

- Análise do impacto na saúde do uso de diferentes aditivos, melhoradores, conservantes e similares em alimentos industrializados.
- Características de disruptores hormonais dos herbicidas e riscos entre grupos populacionais, como crianças, adolescentes, idosos.
- Saúde mental, medicamentos e alimentação saudável.
- Monitoramento do consumo de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) em alimentos processados na população em geral e entre grupos específicos de descendentes de japoneses (tofu), descendentes de italianos (polenta à base de milho), escolares (alimentação escolar) e outros produtos e grupos populacionais.
- Impacto à saúde humana e animal frente ao mapeamento de dosagens de resíduos dos principais herbicidas associados aos OGMs, em rações animais e em produtos alimentares, como no milho (pamonha, milho verde, curau) e na soja (tofu, leite de soja, hambúrguer de soja etc.) de baixo processamento.

D4) Nutrição, alimentação e determinantes sociais.

- Determinantes da fome e da desnutrição.
- Condicionantes sociais e biológicos na alimentação complementar.
- Situação de saúde e nutrição da criança durante o aleitamento e complementação alimentar, com atenção especial aos alimentos que contêm glúten.

- Determinantes e fatores de risco para carências nutricionais por micronutrientes (ferro, vitamina A, ácido fólico, iodo e outros).
- Doença celíaca e impacto em pacientes anêmicos.
- Determinantes e fatores de risco do sobrepeso e obesidade.
- Complicações metabólicas e sistêmicas do sobrepeso e obesidade.
- Distribuição espaço-temporal do consumo alimentar e atividade física para sobrepeso e obesidade.
- Situação de SAN da população utilizando-se metodologias participativas, inquéritos e dados do Sisvan, chamadas nutricionais e outros estudos, contemplando: consumo alimentar, estado nutricional da população, condições de produção, disponibilidade e acesso aos alimentos e acesso à água.
- Identificação de carências e doenças específicas de povos e comunidades tradicionais.
- Identificação e mapeamento de aspectos físicos, socioeconômicos, culturais, linguísticos, nutricionais, territoriais, demográficos e ambientais na determinação do acesso à alimentação saudável.
- Valor simbólico e cultural das refeições.
- Características familiares e hábitos alimentares.
- Identidade cultural e inclusão social a partir da alimentação.

- Determinantes do comportamento alimentar.
- Desenvolvimento de tabela nacional e regional de composição de alimentos.

D5) Métodos e técnicas para análises em SAN.

- Métodos de pesquisa qualitativa sobre aspectos biológicos, simbólicos e culturais em pesquisas populacionais.
- Métodos de pesquisa sobre teorias compreensivas sobre alimentação humana.
- Métodos biográficos e autobiográficos sobre alimentação humana.
- Métodos e técnicas de acompanhamento nutricional.
- Georreferenciamento do estado nutricional.
- Métodos e técnicas de avaliação de consumo alimentar.
- Modelos preditivos da saúde e nutrição.
- Sistemas de informações sobre alimentação e nutrição.
- Desenvolvimento e validação de instrumentos, métodos e indicadores de vigilância nutricional.
- Desenvolvimento e validação da avaliação de gasto energético.
- Desenvolvimento e validação do manejo clínico dos problemas nutricionais.
- Desenvolvimento e validação de métodos e indicadores de avaliação nutricional no contexto familiar.

- Desenvolvimento e validação de métodos participativos.

E) Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada em âmbito nacional e internacional.

E1) Políticas públicas nas óticas da SSAN e do DHAA.

- Análise das políticas e programas de SAN na ótica dos princípios e valores que pautam o conceito de SAN.
- Princípios na execução de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional: descentralização, intersetorialidade, participação social e construção do sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Resgate e documentação de experiências inovadoras e criativas no âmbito da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.
- Desenvolvimento e validação de métodos para análise e avaliação de ações, programas e políticas públicas em SAN, incluindo metodologias participativas e indicadores municipais/locais.
- Exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada.
- Autonomia e representatividade de Conselhos e Comissões Regionais de SAN.
- Conselhos e Comissões Regionais de SAN, disseminação da cultura de SAN e formação de gestores e comunidade em geral.
- Controle social no planejamento, execução e avaliação de políticas e programas relacionados à Segurança

Alimentar e Nutricional, ao Direito Humano à Alimentação Adequada e à Soberania Alimentar.

- Avaliação da sustentabilidade dos conselhos municipais/regionais/territoriais de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Desafios enfrentados por Conselhos Municipais de SAN (Comseas) na tentativa de garantir o acesso às políticas públicas de SAN e o acesso ao alimento e à água: formas de promover o trabalho intersetorial e de qualificar o trabalho dos Comseas.
- Metodologias de gestão e controle social no Sisan.
- Sisan e articulação com a sociedade civil.
- Análise de processos políticos e decisórios de construção e implementação de políticas e programas públicos de SAN.
- Monitoramento e avaliação do orçamento de programas de Segurança Alimentar e Nutricional.
- PNSAN e demais políticas públicas (SUS, Política de saúde mental etc.).
- Análise comparativa da efetividade das ações e programas de Segurança Alimentar E Nutricional nos municípios com e sem conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Impacto das políticas públicas na Segurança Alimentar e Nutricional.
- Impacto de projetos de SAN com equipes multidisciplinares.

- Avaliação de políticas e programas de saúde e nutrição e outras políticas e programas relacionados à SAN, ao DHAA e à Soberania Alimentar.
- Agroecologia, promoção da saúde e forma alternativas de combate à fome.
- Ações afirmativas em SAN e foco em população negra.
- Impacto do Programa Bolsa Família (PBF) sobre a SAN de titulares de direito com e sem capacitação para inserção no mercado de trabalho.
- Difusão da cultura da SAN, DHAA e Soberania Alimentar no âmbito do Suas.
- SAN e infraestrutura (recursos humanos e materiais) das cozinhas das escolas e outros equipamentos sociais de alimentação e nutrição.
- Terceirização nos serviços públicos de alimentação.
- Indicadores sobre as instituições que realizam o processo de distribuição de alimentos: frequência de recebimento, procedimentos de entrega, armazenamento e uso dos produtos recebidos.
- Sustentabilidade ambiental, social e econômica em produção de refeições.
- Aquisição de produtos da agricultura familiar: segurança e qualidade dos alimentos.
- Alimentação escolar: composição nutricional, frutas e hortaliças no cardápio, adequação do horário de distribuição, adequação de recursos financeiros.

- Compras institucionais de produtos do extrativismo e da agricultura familiar em reservas extrativistas e povos e comunidades tradicionais.
- Avanço e fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e outros programas de interesse para Segurança Alimentar e Nutricional.
- Políticas públicas e arranjos institucionais que visam aumentar o acesso dos agricultores familiares e PCTs (povos e comunidades tradicionais) a Ater; formas de superar os obstáculos.
- Acesso a serviços e programas públicos e garantia de direitos, em especial o direito à terra na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada.
- Indicadores sobre a população que recebe alimentos distribuídos pelo governo: avaliação nutricional, consumo dos produtos.
- Acesso a serviços e programas públicos e garantia de direitos, em especial o direito à terra.
- Análise de políticas públicas de promoção do acesso e fabricação de alimentos sem glúten.
- Políticas de combate emergencial à fome.

E2) Métodos e indicadores.

- Referencial teórico-metodológico de SAN, Soberania Alimentar e DHAA.
- Construção de indicadores e métodos de DHAA e de Soberania Alimentar para avanço nas políticas públicas de SAN.

- Elaboração de indicadores de Direitos Humanos para formulação e monitoramento das políticas públicas de SAN.
- Desenvolvimento de metodologias para identificação e qualificação da participação social.
- Desenvolvimento e validação de métodos para avaliação de ações, programas e políticas públicas, incluindo metodologias participativas e indicadores municipais.
- Análise de metodologias adotadas nos estudos realizados sobre políticas públicas de SAN, frente aos novos desenhos de políticas, planos e programas (participativos e intersetoriais).
- Construção de indicadores sobre a situação de insegurança alimentar e nutricional e insegurança hídrica da população em PCTs, urbanos e periurbanos.
- Diagnósticos e avaliação de indicadores de miséria e fome.
- Construção de indicadores em Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo insegurança hídrica, na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada.
- Macrodeterminantes e diagnóstico em SAN.
- Situação de SAN da população utilizando-se metodologias participativas.
- Inquéritos e dados do Sisvan, chamadas nutricionais e outros estudos, contemplando: consumo alimentar, estado nutricional da população.
- Condições de produção, disponibilidade e acesso aos alimentos, incluindo a água.

- Diagnóstico nacional em SAN dos PCTs.
- Segurança Alimentar e Nutricional sob a ótica da territorialidade, gênero, população indígena, PCTs, campesinato/agricultura familiar, PAA.
- Violações do Direito Humano à Alimentação Adequada e fortalecimento dos sistemas de Direitos Humanos em nível local.
- Monitoramento da compreensão, da utilização e dos resultados referentes aos mecanismos de realização do Direito Humano à Nutrição/Alimentação Adequada em territórios de vulnerabilidade e risco social.
- Determinantes sociais da Segurança e Insegurança Alimentar e Nutricional.
- Análise comparativa de preços de alimentos destinados às pessoas com necessidades alimentares especiais e seu impacto na qualidade de vida.
- Análise intersetorial da volatilidade dos preços de alimentos, incluindo causas e desdobramentos.
- Comercialização de alimentos em espaços públicos tendo em vista o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Soberania Alimentar, e análise da alimentação como bem público (ex.: creches, escolas, hospitais, terminais de ônibus, metrô, trens etc.).
- Capacidade de resiliência das comunidades em situações de Insegurança Alimentar e Nutricional.
- Impacto de empreendimentos sobre a SAN, incluindo impacto ambiental e a Soberania Alimentar de PCTs.
- Necessidades e demandas específicas em SAN por região nas estratégias de desenvolvimento dos territórios.

E3) SSAN e DHAA em âmbito internacional.

- Conceito de Soberania Alimentar e implicações teórico-políticas.
- Representações sociais sobre DHAA e Soberania Alimentar.
- Promoção do DHAA em nível internacional.
- Movimentos sociais e Soberania Alimentar: novas institucionalidades, agendas de lutas, influência nas políticas nacionais e acordos internacionais.
- Etnodesenvolvimento e Segurança Alimentar e Nutricional.
- Política externa brasileira na área de alimentação e nutrição.
- Interfaces de temas de SAN e desenvolvimento rural com países da América Latina e África.
- Cooperação Internacional Sul-Sul: políticas de promoção à Segurança Alimentar e Nutricional, governança global e Soberania Alimentar
- Incorporação da agenda de SAN nos organismos de governança internacional. Ex.: ONU (FAO/PNUD/Habit), CPLP, OEI, OEA, entre outros. Impactos das ações desses organismos internacionais para o desenvolvimento de políticas de SAN em nível nacional.
- A Soberania Alimentar e o fenômeno da transnacionalização.
- Direito de propriedade intelectual e SAN.

CRÉDITOS:

O Seminário Nacional de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional foi realizado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação. O Ministério das Relações Exteriores/Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome e a Universidade de Brasília/Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição apoiaram o evento.

Organização:

Coordenação Geral:

Elisabetta Recine

Núcleo Agenda de Pesquisa em SAN:

Antônia Angulo Testa

Elaine Martins Pasquim

Leonor Pacheco

Silvia Rigon

Núcleo Programação e Metodologia:

Anelise Rizzolo

Elisabetta Recine

Renato Maluf

Terezinha Borges Dias

Marcos Lopes

Núcleo Convidados:

Ana Maria Segall

Daniela Frozi

Elaine Martins Pasquim

Elza Braga

Núcleo Infraestrutura e Comunicação:

Michelle Andrade

Elaine Martins Pasquim

Júlio César Borges

Rafaela de Sá Gonçalves

Apoio Metodológico:

Karina Perpétuo Guimarães

Coordenação dos Grupos de Trabalho durante o Seminário:

Ana Maria Segall

Andhressa Fagundes

Elaine Martins Pasquim

Julian Perez

Muriel Bauermann Gubert

Priscila Bocchi

Wallace dos Santos

Elaboração da Carta Política:

Anelise Rizzolo de Oliveira

Daniela Frozi

Silvia Rigon

Julian Perez

Renato Maluf

Relatório final elaborado por Andhressa Fagundes e revisado por Elaine Pasquim (MCTI) e Elisabetta Recine (Opsan/UnB)

Diagramação:

Assessoria de Comunicação do Consea

Grupo de Trabalho Pesquisa em SAN – Consea:

Alexandro Pinto (MDS)

Ana Maria Segall (Unicamp)

Anelise Rizzolo (UnB)

Antônia Angulo Testa (UnB)

Carmen Priscila Bocchi (MDS)

Cássia Pereira (DIREB/Fiocruz)

Daniela Frozi (Renas)

Elaine Martins Pasquim (MCTI)

Elisabetta Recine (UnB)

Elza Braga (UFCE)

Julian Perez Cassarino (FBSSAN)

Juliane Perini (MDS)

Júlio César Borges (MDS)

Leonor Pacheco (UnB)

Manoel Andrade (UnB)

Marcos Lopes (MRE)

Rafaela de Sá Gonçalves (MDS)

Renato Maluf (UFRRJ)

Silvia Rigon (UFPR)

Sonia Lucena (CFN)

Terezinha Borges Dias (Embrapa)

Wallace Santos (MS)

**ESTA OBRA FOI IMPRESSA
PELA IMPRENSA NACIONAL**

SIG, Quadra 6, Lote 800

70610-460 Brasília, DF

5.000 exemplares

